



**RELATÓRIO DAS LINHAS DE
ACÇÃO GOVERNATIVA
PARA O ANO FINANCEIRO DE 2007**

**REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA.**

16 de Novembro de 2006

**RELATÓRIO DAS LINHAS DE
ACÇÃO GOVERNATIVA
PARA O ANO FINANCEIRO DE 2007**

Índice

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Linhas de Acção Governativa Ano Financeiro de 2007

INTRODUÇÃO	7
-------------------------	----------

PRIMEIRA PARTE

Balanço das acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano 2006	9
--	----------

- | | |
|---|----|
| 1. Breve retrospectiva dos trabalhos realizados ao longo do ano | 10 |
| 2. Desafios da Acção Governativa | 11 |

SEGUNDA PARTE

Prioridades da acção governativa da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2007	13
--	-----------

TERCEIRA PARTE

Coragem para assumir a mudança e comprometimento solidário – análise de temas específicos	19
--	-----------

- | | |
|---|----|
| 1. Reforma da Administração e do Sistema Jurídico | 20 |
| 2. Organismos Consultivos da Opinião das Forças Sociais | 22 |
| 3. Recursos Humanos | 23 |
| 4. Apoios ao Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas | 26 |
| 5. Trânsito, Habitação e Projectos de Urbanismo | 28 |
| 6. Solidariedade Humana | 30 |
| 7. Desenvolvimento da Educação e Cultura | 31 |
| 8. Construção de uma Sociedade Harmoniosa | 32 |

CONCLUSÃO	39
------------------------	-----------

Índice

Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2007 do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

———— Síntese ————

Área da Administração e Justiça	45
Área da Economia e Finanças	57
Área da Segurança	67
Área dos Assuntos Sociais e Cultura	77
Área de Transportes e Obras Públicas	93
Comissariado contra a Corrupção	99
Comissariado de Auditoria	105

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2007

———— Síntese ————

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2007 (Síntese)	109
--	------------

**Governo da Região
Administrativa Especial de Macau
da República Popular da China
Linhas de Acção Governativa
Ano Financeiro de 2007**

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Linhas de Acção Governativa Ano Financeiro de 2007

**Chefe do Executivo Ho Hau Wah
16 de Novembro de 2006**

Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Legislativa,
Excelentíssimos Senhores Deputados:

INTRODUÇÃO

No decurso deste ano, com o apoio empenhado do Governo Central e contando com os esforços comuns de toda a população de Macau, a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) tem continuado a superar os desafios e a autoqualificar-se no processo de abertura e transformação social, conquistando novos progressos, sob a égide dos princípios “um País, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia.

Ao longo deste período, o Governo analisou com acuidade as situações de desarticulação resultantes das diferenças entre o desenvolvimento global e o desenvolvimento sectorial, o desenvolvimento a longo prazo e o desenvolvimento a curto prazo da sociedade, razão pela qual tomou medidas de longo alcance para assistir os grupos sociais de carência absoluta e de carência relativa. O Governo reforçou o investimento em sectores não-económicos da sociedade para efeitos da promoção de um desenvolvimento equilibrado de diferentes sectores sociais. Procurámos identificar áreas fulcrais para a introdução de mecanismos de consulta da opinião pública, a fim de elevar o nível de democratização no processo de definição das políticas.

Hoje, a estratégia de desenvolvimento da RAEM já passou da fase de incremento privilegiado do sector predominante da nossa economia para entrar numa nova fase, em que se dá destaque

ao desenvolvimento global sob o impulsionamento do sector predominante. Os frutos das obras desenvolvidas na primeira fase, objectivamente, constituíram-se em recursos para suportar os trabalhos da segunda fase. Para o próximo ano, o Governo, tendo em consideração as noções de continuidade e revisão das políticas, irá empenhar-se na reconversão estratégica a partir de intervenções em duas áreas: por um lado, guiados pelos princípios de humanização e especialização do sector dominante, promover a diversificação adequada da nossa economia e dos nossos serviços sociais; por outro, são intervenções a nível infraestrutural, no sentido de, através da observação dos sinais exteriores da vida pública, melhor compreender os conflitos sociais latentes e identificar as raízes desta problemática complexa, com vista a assegurar uma distribuição justa de benefícios e oportunidades aos sectores sociais. Para garantir um aperfeiçoamento profundo dos trabalhos no âmbito da acção social, iremos dedicar mais esforços para a elevação da qualidade das forças vivas da nossa sociedade. Iremos empenhar-nos na divulgação de valores humanistas em todos os níveis e na promoção de princípios éticos em todos os sectores. Iremos despender mais energias para aprofundar a reforma administrativa e a inovação social, sempre guiados pelo espírito de “servir melhor o público”. Iremos criar mais oportunidades para o desenvolvimento pessoal dos nossos cidadãos e condições de vida mais agradáveis para a nossa população. Iremos trabalhar para alargar as bases materiais e espirituais necessárias para assegurar uma sociedade de harmonia.

Primeira Parte

**Balanço das acções do Governo da
Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano 2006**

1. Breve retrospectiva dos trabalhos realizados ao longo do ano

No âmbito da administração pública, demos continuidade à consolidação dos trabalhos de reforma em curso e aprofundámos a reorganização da estrutura administrativa. Na sequência das reformas empreendidas nos últimos anos, conseguimos centralizar os serviços dispersos em áreas diferentes e substituir os trabalhos manuais por meios informatizados, transformando radicalmente o panorama dos serviços públicos.

O Governo, a partir de intervenções na área de serviços ligados à qualidade de vida da população, conseguiu reunir uma experiência útil no domínio da auscultação da opinião pública, sendo de destacar a medida inovadora de os dirigentes da administração se disponibilizarem a entrar em diálogo directo com os cidadãos e a ouvir as suas sugestões.

Os trabalhos de reforma jurídica desenvolvidos sob a direcção eficaz do mecanismo central conheceram progressos a nível da qualidade e quantidade dos resultados. As intervenções no Direito constituíram o eixo da acção governativa para efeitos do aumento do grau de transparência na governação e reforço da fiscalização activa das políticas pela Assembleia Legislativa e pelos cidadãos.

Face à conjuntura social e tendo sempre presente as características da evolução da criminalidade, o Governo manteve-se firme na sua vontade de combater todas as formas de criminalidade, redefinindo, programando e executando medidas eficazes. O Governo aliou-se às associações para promover acções de prevenção criminal, com vista a melhor proteger a vida e os bens dos cidadãos e a manter a segurança e a estabilidade da nossa sociedade.

No decurso do ano, a economia conheceu um nível de retoma acelerado. O crescimento rápido da indústria do turismo e do jogo gerou um rendimento satisfatório. Tanto o número das sociedades comerciais constituídas como o respectivo capital social atingiram índices mais elevados e muitos sectores de actividade registaram resultados animadores. O mercado financeiro, de um modo geral, manteve-se estável e o nível de poupanças da população conheceu uma subida constante.

A implementação do CEPA contribuiu para aprofundar a cooperação económica entre Macau e o Continente Chinês. A postura pragmática do Governo e do empresariado local contribuiu para intensificar o intercâmbio com o exterior e a cooperação regional. A realização com êxito da Segunda Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau) confirmou o papel de Macau enquanto plataforma de serviços. O recém-inaugurado Parque Industrial Transfronteiriço será uma experiência piloto a servir de referência no plano de reforma estrutural.

Com os esforços de todas as partes, a situação do emprego conheceu uma melhoria constante. O Governo iniciou um conjunto de intervenções no sistema jurídico destinado a melhor proteger os direitos legítimos dos trabalhadores e reforçou as medidas para promover o desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

A causa do ensino sempre esteve na primeira linha das preocupações do Governo. O Governo fez grandes investimentos na ampliação das infraestruturas físicas e nos recursos humanos deste sector. Por outro lado, registaram-se progressos nos trabalhos de revisão da legislação do sector educativo.

O Governo manteve-se empenhado no reforço dos serviços na área de acção social e segurança social, tendo prestado um significativo apoio aos grupos sociais fragilizados e generalizado o conceito de segurança social sustentada. Demos continuidade ao impulsionamento dos trabalhos destinados a garantir a saúde da população e a prevenir a incidência de enfermidades, com vista a construir uma cidade saudável.

O Governo tem depositado particular atenção na melhoria das condições de habitabilidade da população. Assim, deu-se início, de forma programada, aos trabalhos de reordenamento dos bairros antigos. Tanto o Governo como os cidadãos sentiram a premência da necessidade de reorganizar o sistema de trânsito rodoviário. O Governo tomou atempadamente medidas para enfrentar o problema de salinidade das águas, promover a poupança de energias e a generalizar a consciência da importância de protecção ambiental no seio da sociedade.

O Governo organizou uma série de acções diversificadas no plano cultural, artístico e desportivo, sempre sob a égide dos princípios de generalização dos benefícios e elevação da qualidade – políticas que mereceram o acolhimento dos cidadãos. Ao desenvolver acções para elevar gradualmente a qualidade de vida dos cidadãos, o Governo também investiu na formação de valores locais com talento e potencialidades na área do Desporto e da Arte. Nós incentivámos a leitura, promovemos a divulgação da Ciência, encorajámos o desenvolvimento da tecnologia informática e estamos empenhados em elevar o patamar do progresso social.

2. Desafios da Acção Governativa

Todos nós observámos com acuidade que o crescimento acelerado da economia e da sociedade iria fazer nascer novas oportunidades, mas também poderia agravar a conflitualidade. Alguns problemas de raiz histórica voltaram a emergir das profundezas e fomos obrigados a confrontar-se com dificuldades nunca antes identificadas. O desequilíbrio característico da primeira fase da expansão económica, de certo modo, colocou as pequenas e médias empresas e a população numa situação difícil e no horizonte se pode vislumbrar os primeiros sinais de inflação. Os problemas resultantes da falta de recursos humanos são preocupantes e as dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas tendem a agravar-se. Podemos constatar uma tendência crescente de sede por bens materiais e posturas de visão curta e o aumento de incidência da pequena criminalidade.

As mudanças drásticas da sociedade e os desafios, tanto os novos como os de longa data, decorrentes da acção governativa, confirmam a existência de um espaço de manobra maior que o previsto para melhorar os trabalhos do Governo. Temos consciência desta exigência premente da sociedade. O cerne de toda esta problemática reside na forma como as políticas devem reflectir a vontade da população e qual a direcção correcta para o desenvolvimento

social. O objectivo último será sempre a elevação da credibilidade do poder público dentro de um sistema político em que o Executivo assume um papel predominante.

Há que reconhecer que algumas políticas e medidas não foram providas por uma ampla base de apoio popular. Outras, foram concebidas sem um conhecimento adequado dos factores favoráveis e das condições negativas. Ainda constatámos situações em que os meios de execução política substituíram os objectivos e situações em que as decisões se limitaram a incidir sobre procedimentos do dia a dia. Esta é a radiografia do comportamento institucional de alguns organismos públicos. Este modelo de actuação fez com que os organismos se afundassem no vício de resolver problemas de forma casuística, sem capacidade para dominar e compreender o significado da interligação multifacetada de todas as vertentes de governação.

Temos ainda que enriquecer a nossa sabedoria e elevar a arte de bem governar. Alguns organismos públicos são reféns de uma mentalidade presa a concepções abstractas, sem capacidade para discernir os aspectos práticos dos problemas. Outros, faltam-lhes criatividade e capacidade para se distanciarem do quotidiano, limitando-se a reproduzir mecanicamente os procedimentos que dominam, sem nenhum esforço para avaliar e ponderar a conjuntura, sem a sensibilidade para antecipar as crises e sem visão estratégica. Em algumas áreas, não soubemos transmitir bem os nossos objectivos à sociedade, não logrando, deste modo, conquistar maior apoio da população para as nossas medidas.

As circunstâncias que acabei de enunciar levaram a que alguns organismos públicos não tenham sabido atribuir suficiente importância à participação da população no processo de definição de políticas. Por esta razão, mesmo quando as políticas e medidas apresentadas sejam as mais adequadas, esses organismos têm dificuldade em assegurar a compreensão da população, conquistar a sua adesão e obter a sua colaboração, resultando no aumento do grau de constrangimento na execução das políticas e na redução da sua eficácia.

No sistema político em que é atribuído um papel predominante ao Executivo, é exigido aos agentes de governação não só uma excelente capacidade de trabalho mas também elevados padrões de comportamento ético. No entanto, não deixamos de reconhecer que ainda existem pontualmente casos, embora raros, de falta de dedicação, ausência de sentido de responsabilidade, colocação de interesse particular acima de outros interesses, ânsia para conquistar uma imagem de mérito e alijamento de responsabilidades, criação de histórias de ficção para encobrir a incompetência e recurso a técnicas de relações públicas para camuflar os erros no seio dos dirigentes da Administração. Nós exigimos a essas pessoas que reflectam bem sobre o seu comportamento, rectificando as opções erradas que têm tomado. Queremos que eles melhorem o seu desempenho profissional e utilizem a referência do grau de satisfação do público para demonstrar que são as pessoas certas nos lugares certos.

O Governo tem uma consciência clara da existência de todos esses problemas, a nível objectivo e subjectivo, e reitera o seu compromisso de, com sentido de responsabilidade, reajustar as políticas, com vista à sua resolução.

Segunda Parte

**Prioridades da acção governativa da
Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2007**

Nos próximos anos, prevemos a estabilização do ritmo de desenvolvimento social e crescimento económico de Macau e a sedimentação das transformações estruturantes. Nessas circunstâncias, devemos ter uma visão de alcance estratégico para melhor identificar os rumos do desenvolvimento futuro e, em conjunto, lutarmos para atingir os nossos objectivos.

No domínio do desenvolvimento da economia, iremos assistir no futuro à evolução do turismo tradicional para um novo modelo de turismo que integra de forma orgânica as componentes de cultura, convenções e exposições, jogo, venda a retalho, desporto, ocupação de tempos livres e férias, gastronomia típica e grandes eventos, entre outros. Esta linha de desenvolvimento irá impulsionar o crescimento conjuntural do sector de serviços. A articulação de uma indústria de turismo diversificada com a oferta de serviços comerciais de qualidade irá criar novas oportunidades de negócios e fazer nascer e crescer novos sectores de actividade.

No domínio dos serviços sociais e noutros domínios, iremos desenvolver as nossas acções sempre guiados pelo princípio “servir melhor o público”, adoptando uma postura realista face aos problemas da sociedade e procurando identificar as origens profundas desses problemas. Comprometemo-nos a analisar as questões numa perspectiva de longo prazo e a tomar as necessárias medidas adequadas. O Governo irá empenhar-se na elevação da qualidade de vida da população, oferecer-lhe mais oportunidades de aprendizagem e aperfeiçoar as suas capacidades para responder às contingências, tendo em vista uma partilha justa dos frutos do progresso social. Nesta nova fase, é fundamental para a RAEM saber evidenciar, em todas as vertentes da governação, o conceito de sustentabilidade.

Em Macau, o sistema em vigor é o sistema capitalista. A nossa sociedade aceita que os empresários, se cumprirem rigorosamente a lei e assumirem integralmente as suas obrigações perante a sociedade, têm todo o direito em procurar a maior rentabilidade dos seus investimentos. No entanto, tanto o Governo como a sociedade estão atentos ao problema do fosso existente entre as camadas abastadas e os estratos sociais mais pobres. O fundamento nuclear das nossas políticas consiste na garantia de a população em geral beneficiar dos frutos do progresso social. Queremos, em primeiro lugar, melhorar as condições de vida dos mais pobres e prestar assistência eficaz aos necessitados. Em relação à classe média, o Governo está disponível para ouvir as suas opiniões independentes, aliviar a carga fiscal que recai sobre ela e proporcionar-lhe melhores oportunidades de desenvolvimento profissional. Em relação aos empresários, a nossa obrigação é proporcionar-lhes boas condições de investimento e oportunidades iguais de desenvolvimento.

A confluência de factores objectivos e subjectivos permitiu o crescimento rápido do sector de serviços e contribuiu para uma maior aproximação de Macau aos padrões internacionais. Temos consciência da disparidade que existe entre a velocidade do desenvolvimento e as práticas arreigadas da nossa população. Compreendemos a inadequação de uma parte da nossa população, incluindo dentro dela alguns funcionários, face a esses fenómenos de mudança. O Governo está muito atento a esta situação. O Governo da RAEM irá colocar-se na primeira linha de combate, assumindo com sentido de responsabilidade e em conjunto com

os cidadãos, a iniciativa de corresponder a essas transformações estruturais. Iremos liderar as gentes de Macau para afastar os escolhos no caminho do progresso, procurando abraçar as oportunidades de mudança para conquistar maiores êxitos e fazer reflectir o nosso grau de desenvolvimento na garantia de maior estabilidade.

Perante os desafios colocados pelas mutações da sociedade, o Governo, no próximo ano, irá prosseguir os trabalhos de reforma administrativa de uma forma mais sólida, integral e profunda. Iremos inovar o sistema consultivo da Administração, promover maior aproximação da acção governativa com as preocupações da sociedade e incrementar o nível de participação da população nas medidas e políticas do Governo.

O Governo irá dar início aos trabalhos preparatórios no âmbito das eleições do próximo Chefe do Executivo em 2009 e as eleições para a 4ª. Assembleia Legislativa. Vamos envidar esforços para que em 2007 possam estar concluídos os estudos e os trabalhos de redacção dos projectos e realizar a auscultação de opinião pública, a fim de garantir que esses projectos estejam prontos para serem entregues à Assembleia em 2008, para efeitos de apreciação.

A diversificação adequada da economia pode ser útil para a optimização da estrutura das nossas indústrias, contribuindo para a estabilidade económica e para o alargamento de opções e oportunidades de emprego. Este é o caminho certo para garantir o desenvolvimento sustentável da RAEM e o objectivo para o qual o Governo e o empresariado local têm desenvolvido esforços contínuos. Para além do processo de diversificação vertical do sector predominante da economia, o Governo irá conceder maior apoio e assistência aos sectores com grandes potencialidades de desenvolvimento, designadamente, o sector de exposições e convenções.

As características singulares da cultura de Macau oferecem-nos condições únicas para o desenvolvimento da indústria cultural. No entanto, a indústria cultural não é a mesma coisa que uma actividade cultural, porque a primeira exige a participação das empresas, enquanto principal investidor. Por isso, queremos convidar todos os peritos, especialistas e personalidades interessadas neste tema a estudar e encontrar uma fórmula que integre organicamente os elementos culturais de Macau com as oportunidades de desenvolvimento empresarial, apresentando e divulgando as linhas de desenvolvimento da indústria cultural consentâneas com as realidades de Macau. Nos últimos tempos, tanto em Macau, como nas regiões vizinhas, registou-se um crescente interesse pela cultura gastronómica de Macau, com particular atenção nas potencialidades comerciais da cozinha local. Face a este cenário, o Governo irá incrementar as medidas de apoio, com vista ao desenvolvimento saudável de estabelecimentos de restauração locais com tradição histórica e de renome. O Governo está a acelerar os estudos tendentes à concepção e à execução de melhores e mais eficazes medidas de apoio, em articulação estreita com a sociedade civil.

O Governo da RAEM continuará a promover activamente a cooperação regional tendente a transformar Macau numa plataforma de serviços com atractivos singulares e capacidade

para proporcionar serviços de elevada qualidade, abrindo novos caminhos para o seu desenvolvimento e entrosamento no caudal comum do desenvolvimento regional. A par de esforços para promover o desenvolvimento local, o Governo irá aprofundar a cooperação estratégica com os territórios do Grande Delta do Rio das Pérolas, especialmente as províncias vizinhas de Guangdong e Fujian. Iremos agarrar com sentido estratégico as oportunidades únicas de desenvolvimento oferecidas pela zona económica a oeste do estreito e das regiões do centro, por forma a alcançar o desenvolvimento sustentável local dentro do contexto em que todas as partes saiam ganhadoras dos projectos de cooperação. Iremos também impulsionar projectos de parceria entre as empresas locais e as empresas do Continente Chinês e as empresas das regiões vizinhas e reforçar a cooperação económica multilateral com os países de expressão portuguesa. Essas são as nossas estratégias de desenvolvimento preconizadas para o futuro. Quero, aqui, reiterar um ponto que me é caro: a população em geral e os funcionários públicos em particular, têm a obrigação de aderir com mais fervor à sua identificação com a Pátria a que pertence, alargar os seus horizontes para o panorama internacional, não vacilar na defesa dos valores de abertura e cooperação e trabalhar com dedicação, para construir a harmonia e prosperidade de Macau e da região em que ela está inserida.

Para o próximo ano, a prioridade política será colocada nos trabalhos de protecção do ambiente, trânsito, energia, recursos hídricos e urbanização, de entre outros. O Governo irá lançar oportunamente obras de infraestruturas de grandes dimensões. Apelamos a todos os trabalhadores da Administração Pública para que nunca esqueçam que a motivação que suporta todas as nossas acções reduz-se a uma ideia essencial: a elevação gradual da qualidade de vida da população e a promoção do desenvolvimento harmonioso e gradual de Macau. Acreditamos que a sociedade comunga desses objectivos, pelo que devemos trabalhar em conjunto para concretizar as políticas acima descritas.

No plano dos trabalhos de construção de uma cultura humanista, a transmissão de valores éticos de geração para geração foi prejudicada pelas rápidas mutações da nossa sociedade. Devemos, em primeiro lugar, trabalhar para transformar radicalmente o nosso panorama espiritual, procurando criar sistemas mais abertos e plurais, próprios de uma sociedade moderna. Podemos tirar partido dos mecanismos e forças do mercado, para libertar as energias criativas das tradições oriental e ocidental, criando melhores condições para a formação de elites e a produção de obras de significado duradouro e ideias originais.

O crescimento económico tem atingido índices animadores e as receitas do Governo cresceram até a um nível satisfatório. Nesta conjuntura, o Governo tem a responsabilidade moral de melhorar os benefícios sociais e reforçar o sistema de segurança social. No próximo ano, iremos dar prioridade a esta área.

No plano da política do desporto, pretendemos encorajar a população, especialmente aqueles que não têm o hábito da prática desportiva, para fazer mais exercícios físicos. Iremos tomar medidas para prolongar a carreira de atletas de talento e estabilizar a competitividade

desportiva dos valores locais, no sentido de generalizar a prática desportiva na sociedade. Para o próximo ano, o Governo irá aplicar com rigor e cuidado os recursos, com vista a garantir que os 2.^{os} Jogos Asiáticos em Recinto Coberto sejam um sucesso.

Nos últimos tempos, mais pessoas têm vindo a prestar atenção ao fenómeno de expansão acelerada da indústria do jogo. Esta atenção é um sinal de maturidade e visão estratégica da sociedade. Por isso, a forma como acompanhamos e nos relacionamos com o crescimento desta indústria tem consequências profundas na estratégia de diversificação adequada da economia. A posição do Governo é clara. A indústria do jogo é apenas um elemento constituinte do sector turístico de Macau. Macau não está interessada num percurso de desenvolvimento unilateral com incidência no jogo, com exclusão de outros ramos e o aumento das receitas do jogo também não constitui o único objectivo fundamental da acção governativa. O crescimento acelerado da indústria do jogo nos últimos tempos não passa de um fenómeno temporário, característico da primeira fase da recuperação económica. Quando outros projectos do sector turístico forem concretizados, haverá maior harmonização no ritmo de desenvolvimento de diferentes ramos de actividade. O Governo irá tomar medidas adequadas e criar incentivos eficazes para promover uma interacção saudável entre a indústria do jogo e outros sectores económicos, com vista ao seu desenvolvimento comum. O Governo irá estudar as experiências de países e regiões mais avançados e articular os seus resultados com a realidade de Macau para elaborar legislação adequada e assegurar a sua aplicação rigorosa, com o objectivo de regular e fiscalizar de forma mais eficaz a indústria do jogo. Iremos, em articulação com a sociedade civil, desenvolver iniciativas para curar e prevenir o jogo compulsivo e as suas ramificações, com recurso à colaboração de profissionais qualificados. Iremos também constituir um Conselho Consultivo para o Desenvolvimento da Indústria do Jogo, composto por personalidades representativas de diferentes interesses. Há um consenso social de grande abrangência no sentido de o Governo desenvolver mais esforços para garantir um crescimento saudável e sustentado da economia, de que faz parte também a indústria do jogo.

Senhores Deputados, irei agora expor-vos as políticas e medidas preconizadas pelo Governo para enfrentar os problemas que têm merecido maior atenção da nossa sociedade. Nos dias que se seguem, os Secretários das várias áreas governativas irão prestar esclarecimentos mais pormenorizados sobre as políticas sectoriais previstas para o próximo ano.

Terceira Parte

**Coragem para assumir a mudança e comprometimento
solidário – análise de temas específicos**

1. Reforma da Administração e do Sistema Jurídico

Hoje, se a qualidade dos trabalhos e os resultados no âmbito da reforma da Administração e do Sistema Jurídico continuarem a manter-se ao nível de há uns anos atrás, então devemos reconhecer que as políticas concebidas pelo Governo falharam na resposta ao fenómeno de rápido desenvolvimento que estamos a viver na actualidade, tornando-se também em obstáculos que irão impedir um maior progresso social no futuro. Neste sentido, o Governo irá colocar-se na primeira linha de mudança e comprometimento, assumindo a missão de aprofundar as reformas em todas as vertentes. No capítulo da Administração e Justiça, das Linhas de Acção Governativa, está listada uma parte dos grandes projectos de reforma administrativa e jurídica. Nesta base, o Governo irá investir todas as suas energias para, no primeiro semestre do próximo ano, apresentar ao público um programa plurianual que constitui o roteiro e o calendário de todos os empreendimentos reformistas por si concebidos. Queremos, a curto prazo, revolucionar os trabalhos de algumas áreas sectoriais, para que as reformas possam ser realizadas com maior eficácia.

Iremos articular de forma criativa a reforma da Administração e a reforma do Sistema Jurídico, no sentido de aplicar os resultados da reforma administrativa para promover a reforma do Direito e utilizar os frutos da reforma do Direito para fundamentar a reforma da Administração. Com o objectivo de garantir os valores de justiça e equidade, devemos munir-nos de coragem para nos libertar das amarras de conceitos e regimes obsoletos, procurando inspirarmo-nos nas experiências das sociedades modernas. Devemos tomar medidas para erradicar de vez todas as práticas que sacrificam a eficiência e desperdiçam recursos no seio do funcionamento interno dos organismos públicos e serviços de atendimento. Essas práticas constituem verdadeiras incubadoras de burocracia estéril, actos irregulares e procedimentos administrativos inúteis. Nesta base, iremos impulsionar acções de fusão e reajustamento funcional em larga escala dos organismos públicos. Iremos revogar um grande volume de legislação que não tem acompanhado a evolução social e produzir legislação consentânea com as exigências modernas dos padrões internacionais. O nosso objectivo é concluir todos os trabalhos de renovação geracional do sistema de Administração Pública e do Sistema Jurídico, num espaço de tempo não muito longo.

Para o próximo ano, o Governo irá potenciar o papel estratégico do modelo de serviço “one stop”. Iremos criar uma estrutura centralizada com funções de fiscalização interna e capacidade de resposta rápida às contingências, designada por Centro de Informações da Administração, a funcionar segundo o modelo “one stop”. Iremos instalar centros de prestação de serviços nos vários bairros e desenvolver o modelo “one-stop”, no sentido de congregar serviços de organismos e áreas diferentes. Estes dois tipos de centros irão oferecer serviços de alta qualidade, que sejam acessíveis em termos temporais e espaciais, em resposta às necessidades reais do público e também assegurar trabalhos de auscultação da opinião pública. Esta medida constitui uma referência importante para orientar as reformas dos

organismos públicos, no sentido de representar uma integração orgânica das reformas das diferentes vertentes da Administração Pública, garantindo a sua celeridade e eficácia.

Iremos reforçar a formação no domínio da definição de políticas, capacidades decisórias e gestão administrativa para mudar a cultura institucional arreigada nos organismos públicos de privilegiar as operações rotineiras em detrimento da definição de estratégias, de privilegiar as actividades quotidianas em detrimento da gestão criativa, de privilegiar o parcial em detrimento do conjuntural e de privilegiar a execução em detrimento da decisão, o que tem resultado em situações de desequilíbrio na acção governativa. O nosso objectivo é a integração das componentes política e administrativa na aplicação das acções governativas.

O compromisso em institucionalizar um regime de responsabilização é um sinal claro da coragem da equipa governativa da RAEM. O Governo irá, no próximo ano, aperfeiçoar a legislação competente e definir medidas adequadas, com o objectivo de definir um sistema de responsabilização de funcionários, com parâmetros científicos e englobando vertentes multifacetadas. Por um lado, podemos reforçar a consciência de responsabilidade da equipa governativa e promover a democratização do sistema político, e por outro, uma vez clarificadas as responsabilidades e as competências dos dirigentes e chefias, eles terão melhores condições para trabalhar com maior eficácia, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de Macau.

Iremos continuar a difundir os valores de democracia e humanismo no funcionamento dos organismos públicos, como forma de elevar o seu nível de gestão. As vozes dos trabalhadores constituem a opinião pública no seio dos organismos públicos. Fazemos questão de otimizar o mecanismo de apresentação de sugestões e queixas por parte do pessoal dos organismos públicos, para que os problemas sejam tratados a tempo e resolvidos com justiça. Os dirigentes e as chefias têm a obrigação de ouvir assiduamente as sugestões dos subordinados sobre o trabalho desenvolvido, para daí extrair ideias úteis para melhorar o serviço prestado. Iremos tomar medidas adequadas para mitigar a pressão de trabalho sentida pelo pessoal dos organismos públicos, premiar o bom desempenho, elevar a motivação e promover a harmonia. Em relação aos trabalhadores que sofrem de depressão emocional resultante de uma variedade de factores, há que ser compreensivos e prestar-lhes apoio moral por iniciativa própria, por forma a permitir que o pessoal e a população em geral reconheçam as preocupações humanistas da Administração.

O Governo, partindo de uma visão estratégica e global, para além de impulsionar a execução de projectos de reforma específicos e sectoriais, decidiu, para o próximo ano, inaugurar uma reforma global da Função Pública, no sentido de estimular maior dinamismo dos trabalhadores e criar condições para que estes realizem as suas potencialidades, elevem a qualidade do seu desempenho e reforcem o seu espírito de coesão. Queremos que o nosso corpo de funcionários seja responsável, competente, honesto, pragmático e criativo.

Aceleraremos e aprofundaremos a reforma do Sistema Jurídico em todas as suas vertentes. O Governo irá recorrer aos serviços de uma equipa de peritos com elevado sentido de

responsabilidade e competência profissional para se dedicar exclusivamente aos trabalhos de redacção legislativa, com vista a produzir, quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos e com eficiência, os melhores resultados possíveis. Iremos convidar as forças vivas da sociedade a participar neste processo, no sentido de garantir o respeito pela autoridade do Direito e conseguir a identificação da população em relação à legislação posta em vigor, conquistando deste modo o seu cumprimento consciente por parte dos cidadãos.

Em relação a uma parte da legislação que foi produzida no passado e que carece de revisão, serão tomadas medidas administrativas adequadas, dentro do princípio da legalidade, para fazer corresponder os seus efeitos às necessidades actuais da sociedade. No plano da Administração Pública, é nossa obrigação tomar sempre a iniciativa, no quadro da legalidade, para melhorar a prestação de serviços. Não devemos contentarmo-nos apenas com a satisfação das solicitações do público, devemos antes procurar superar as suas expectativas.

Em relação às entidades e organismos públicos com competência para a regulação do mercado e às políticas e actividades públicas que implicam gastos avultados, iremos reforçar as acções de fiscalização e auditoria para a promoção da noção de administração honesta e íntegra. Iremos aperfeiçoar os mecanismos de denúncia de actos de corrupção e intensificar a investigação de trabalhadores suspeitos desse crime. Iremos também melhorar o regime de provedoria administrativa. Não iremos, nunca, tolerar comportamentos maliciosos merecedores de reprovação, mas também nunca iremos culpabilizar os inocentes.

2. Organismos Consultivos da Opinião das Forças Sociais

Muitos membros dos organismos consultivos da Administração deram um contributo relevante na definição de políticas e medidas, mas de um modo geral, podemos dizer que esses organismos entraram num estado de esclerose institucional, deixaram de poder cumprir com eficácia as suas funções e não desempenharam o seu papel de transmissores dos sentimentos e aspirações da sociedade aos decisores políticos. Esses organismos têm hoje uma representatividade insuficiente para transmitir com realismo as opiniões e desejos da população, não podendo, por isso, corresponder às necessidades do Governo no âmbito da fundamentação das suas políticas. Nos tempos modernos em que vivemos, onde a aquisição de informação é a chave de qualquer empreendimento de sucesso, estes organismos não puderam proporcionar informações oportunas para suportar as decisões administrativas do Governo, agravando as dificuldades e alargando a margem de erro da acção governativa.

O Governo efectuou um estudo sobre os organismos consultivos da Administração e decidiu redimensionar e reajustar as suas funções. Iremos dar prioridade à eficácia dos trabalhos, eliminando práticas de índole formalista. Iremos aumentar o número de membros dos organismos consultivos, convidando a aderir a esse projecto personalidades de reconhecido mérito da sociedade civil e do sector representado, especialmente jovens de talento e representantes de grupos minoritários ou novas forças sociais. Queremos garantir que diferentes grupos sociais, ou mesmo diferentes escolas de pensamento do mesmo estrato social, possam

fazer ouvir a sua voz no seio dos organismos. Iremos reestruturar esses organismos e mudar os seus procedimentos, abrindo canais de diálogo mais diversificados, no sentido de articular as reuniões de consulta com as visitas de consulta, as consultas regulares com as consultas especiais, as consultas às associações com as consultas de opinião pública, as consultas colectivas com as consultas individuais. Todas essas componentes devem manter uma relação de interacção e de complementaridade, contribuindo para formar uma radiografia completa da nossa sociedade.

Para ampliar o valor referencial, a complementaridade e o rigor das informações provenientes desses organismos consultivos, iremos implementar algumas medidas de apoio importantes. Em primeiro lugar, os gabinetes dos Secretários irão reorganizar a distribuição de trabalho, no sentido de designar um elemento incumbido de concertar as actividades dos organismos consultivos existentes e de assegurar a ligação com os sectores e associações, por forma a acompanhar de perto a actualidade social e as opiniões da população. Os dirigentes e chefias devem identificar os fenómenos e incidentes sociais de grande relevância pública e acorrer prontamente aos locais da sua ocorrência. Os órgãos de comunicação social, enquanto instrumentos da opinião pública, são já, em si, uma plataforma de consulta social de grande projecção. O carácter plural e visão de futuro das informações provenientes da comunicação social são insubstituíveis. Iremos intensificar o diálogo com esses órgãos e acompanhar de perto e oportunamente as solicitações e aspirações da sociedade veiculadas por esses órgãos.

Na concepção e execução de políticas de longo alcance com repercussão na qualidade de vida de toda a população, ou na definição de estratégias pioneiras, o Governo irá recorrer a todos os meios de auscultação para reunir de forma mais ampla as opiniões e a sabedoria do público. Queremos conquistar a mais larga base de apoio popular para suportar as nossas políticas, de modo a garantir a sua continuidade, a sua articulação com outras medidas e a sua aplicação progressiva.

O alargamento e aperfeiçoamento do sistema consultivo do Governo servem para promover a adesão das pessoas às políticas definidas, contribuindo também para melhorar as estratégias e medidas preconizadas. Este sistema pode constituir um instrumento útil para o processo gradual de democratização política e para a formação de quadros políticos de mérito. Mas mais importante ainda, num sistema político em que predomina o Poder Executivo, esta abordagem contribui para assegurar que o Governo e a sociedade civil possam partilhar dos valores inerentes à democracia política. Tudo isto pode contribuir para dar origem a um sistema democrático de natureza consensual e interdependente, evitando deste modo graves conflitos entre as partes e garantindo um ambiente político harmonioso. Assim, deixaremos de pagar um preço elevado pela democratização do nosso sistema político.

3. Recursos Humanos

Devido às limitações impostas por condições objectivas e a razões de ordem subjectiva, as dificuldades ao nível dos recursos humanos têm sido uma constante em Macau. O

desenvolvimento acelerado da economia e da sociedade e a intensa mobilidade dos recursos humanos dentro dos sectores de actividade contribuíram para o agravamento da situação, tornando-se num obstáculo ao desenvolvimento sustentável de Macau. Este ano, muitos sectores de actividade, principalmente as pequenas e médias empresas, têm sido confrontados com uma situação de extrema carência de trabalhadores e necessidade de optimização. Tratam-se de dificuldades incontornáveis de um processo de crescimento. O Governo compreende muito bem e tem prestado grande atenção à evolução desta situação, razão pela qual, garantido o consenso social necessário, irá coordenar todos os esforços para, com base na experiência e nos resultados de uma análise científica, resolver o problema. Iremos tomar medidas imediatas para responder às dificuldades mais prementes, e iremos também programar um conjunto de acções destinadas a aperfeiçoar toda a estratégia de gestão dos recursos humanos.

A valorização e qualificação dos recursos humanos constituem uma prioridade do Governo da RAEM, em resposta à exigência consensual da sociedade nesta matéria. A qualificação de recursos humanos locais é benéfica para o reforço da competitividade e confiança dos trabalhadores, oferecendo também melhores oportunidades para o seu desenvolvimento profissional; é favorável para aumentar a eficiência e a eficácia das empresas; é útil para a formação de um corpo de trabalhadores com conhecimentos e capacidade de adaptação para fazer face ao desenvolvimento das nossas indústrias e pode também contribuir para uma diversificação adequada da nossa economia e para a constituição de uma reserva de quadros qualificados. A prioridade do Governo neste domínio é a elevação qualitativa das acções de formação, a fim de garantir que os cursos sejam concebidos para responder directamente às necessidades e exigências actuais e futuras do mercado. Ao melhorar as acções de formação para efeitos de ingresso no mercado de trabalho e as acções de formação em serviço, iremos, com base na tendência de evolução do sector de serviços, planear oportunamente acções de formação destinadas à mobilidade no emprego. Os organismos públicos e as entidades competentes reajustarão as suas acções em função das transformações do mercado, apresentarão ideias inovadoras e reorganizarão os modelos de formação. Os trabalhadores que neles prestam serviço devem tomar maior iniciativa em divulgar junto das empresas, especialmente as pequenas e médias empresas locais, as noções de gestão moderna, designadamente o horário flexível de formação e o recurso a meios informáticos de formação. O Governo, em estreita articulação com as associações de trabalhadores e as associações de empregadores, irá reforçar a coordenação dos trabalhos no âmbito da formação e do recrutamento e as acções de acompanhamento pós-formação. Para garantir que os trabalhadores e os empregadores sejam os verdadeiros beneficiários do progresso social, o Governo irá continuar a implementar o sistema de certificação.

O Governo irá tomar medidas para ampliar as potencialidades de emprego dos trabalhadores locais. Através do aperfeiçoamento da legislação, iremos encorajar as pessoas que ainda não estão a trabalhar a candidatar-se a um emprego a tempo parcial. O Governo desenvolverá esforços para criar as condições propícias por forma a atenuar a carência de empregadas domésticas e apoiar as domésticas aptas para reintegrar-se no mercado de trabalho ou a participar nas actividades sociais. O Governo continuará a apoiar os cidadãos activos de

meia idade e com baixo nível de instrução, na reintegração no mercado de trabalho ou na mudança profissional.

O Governo irá proteger as oportunidades de emprego dos trabalhadores locais. Estamos, em articulação estreita com o órgão legislativo, empenhados em acelerar e aperfeiçoar os trabalhos de produção legislativa relativos à garantia dos interesses dos trabalhadores locais e à importação de mão-de-obra, a fim de defender os interesses e os direitos legítimos dos trabalhadores. O Governo manter-se-á firme no combate ao fenómeno de mão-de-obra clandestina e mão-de-obra ilícita e reforçará a assistência aos trabalhadores não-residentes e à gestão da importação de mão-de-obra. O Governo irá aumentar a transparência do mecanismo de fiscalização, tomando medidas oportunas para garantir as oportunidades de emprego da população local. O Governo irá implementar a medida de cobrança de uma taxa pela contratação de trabalhadores importados. O Governo irá, em articulação com os empregadores e os trabalhadores, definir a proporção de mão-de-obra local e mão-de-obra importada para diferentes ramos de actividade, tendo em conta a realidade de cada empresa. No próximo ano, o Governo irá criar um Gabinete de Recursos Humanos, incumbido de realizar os estudos e criar uma base de dados de recursos humanos. O Governo, de acordo com a proporção definida, irá assegurar um processamento mais racional e centralizado dos pedidos de importação de trabalhadores, com vista a auxiliar as pequenas e médias empresas a fazer face às dificuldades resultantes da falta de recursos humanos. No processo de resolução do problema de carência premente de recursos humanos, iremos desenvolver todos os esforços para reunir um consenso social de maior abrangência. No entanto, não devemos deixar de olhar com realismo as dificuldades que a sociedade está a passar, para procurar resolver os seus problemas, com sentido de responsabilidade. O Governo é firme na sua vontade de proteger os interesses dos trabalhadores locais e nunca irá tolerar a contratação abusiva de trabalhadores não-residentes para substituir os trabalhadores locais. O Governo, no próximo ano, irá acelerar os trabalhos de produção legislativa para o estabelecimento de um regime sancionatório que pune severamente todos os elementos associados a esta danosidade social.

Garantir que os trabalhadores sejam tratados de forma justa é um sinal de progresso social e uma condição imprescindível da harmonia. Assim sendo, cabe ao Governo tomar iniciativas para a concretização deste objectivo. A partir do próximo ano, os organismos públicos e pessoas colectivas de Direito Público irão aplicar o regime de salário mínimo a todos os trabalhadores que prestam serviços de limpeza e segurança adjudicados pelo Governo. Logo após o Ano Novo, o Governo irá divulgar o texto de recolha de opiniões sobre este projecto, para auscultação da opinião pública, com o objectivo de criar um regime mais consentâneo com os valores humanistas.

Muito embora a problemática dos recursos humanos seja uma questão controversa, a sociedade de Macau sempre soube perspectivá-la com racionalidade. Em relação a esta questão, concordamos plenamente que a solução do problema passa pela defesa dos interesses dos sectores envolvidos, mas também exige uma visão conjuntural e a compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável. Acreditamos que é perfeitamente possível a concertação de

interesses das partes para se chegar a uma solução que satisfaça a todos. O Governo irá fomentar reuniões entre as partes envolvidas, de forma a garantir uma maior eficácia e transparência nas acções de recrutamento e um maior apoio da sociedade.

Para atenuar as dificuldades imediatas de contratação de trabalhadores sentidas pelas pequenas e médias empresas, o Governo irá permitir, sob forma controlada, o aumento adequado de recrutamento de trabalhadores não-residentes e simplificar os procedimentos administrativos necessários. Entendemos que, a revisão oportuna de medidas e um regime de reajustamento flexível do número de trabalhadores importados, constituem mecanismos essenciais de toda a política de recrutamento de mão-de-obra do exterior, razão pela qual o Governo, tendo em consideração o nível de desenvolvimento social e os direitos legítimos dos trabalhadores, irá definir e reformular as políticas de forma justa e adequada.

A definição da política de recursos humanos deve ser concertada com as políticas de outras áreas, para que produza resultados mais eficazes. Para isso, no próximo ano, o Governo irá realizar estudos que sustentem uma política demográfica mais adequada ao desenvolvimento de Macau, o mais rápido possível.

Pensamos que uma sociedade motivada para a aprendizagem está melhor apetrechada para responder ao fenómeno de desemprego estrutural e contribuirá para elevar a qualificação da população e a competitividade sustentada da RAEM. O Governo irá incentivar os cidadãos em elevar o seu nível educacional e a melhorar a sua aprendizagem e capacidade de adaptação. O Governo, no próximo ano, irá criar um fundo próprio para apoiar os cidadãos, especialmente os jovens e os que ainda não completaram o ensino básico, para participarem em programas de formação em serviço.

4. Apoios ao Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas

A prosperidade de Macau é fruto do trabalho de todos. As pequenas e médias empresas sempre se identificaram com os interesses globais da sociedade, nos bons e maus momentos. Elas, no desenvolvimento das suas actividades, têm contribuído, de forma significativa, para o crescimento económico de Macau, para a criação de mais postos de trabalho e para a garantia da estabilidade social. Nesta nova fase em que nos encontramos, as pequenas e médias empresas assumirão um papel renovado e insubstituível, procurando oportunidades para alcançar novos êxitos. O Governo irá continuar a reforçar o apoio às pequenas e médias empresas. Face ao ritmo acelerado das mutações sociais, há que saber identificar as necessidades dos tempos modernos, pelo que iremos criar medidas de apoio de carácter mais específico e prático, no sentido de auxiliar as pequenas e médias empresas a superar as dificuldades e promover o seu crescimento.

Para o próximo ano, o Governo irá acelerar os trabalhos de coordenação tendentes à criação, dentro da estrutura administrativa vigente, de um Centro de Prestação de Serviços às Pequenas e Médias Empresas, vocacionado para um apoio mais completo e uma ligação mais

directa com as pequenas e médias empresas. Este Centro irá prestar serviços mais eficazes, segundo o modelo “one stop”, às pequenas e médias empresas, proporcionando-lhes uma capacidade de resposta mais rápida face às transformações do mercado. Para além de dar prioridade à resolução das necessidades prementes de mão-de-obra, o Governo irá empenhar-se em várias vertentes, com vista a proporcionar um apoio eficaz ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

Para fazer face às dificuldades resultantes do aumento dos custos de exploração comercial e das dificuldades de obtenção de financiamento, o Governo irá aperfeiçoar o programa de apoio ao funcionamento e reconversão das pequenas e médias empresas. Das medidas preconizadas para obtenção de crédito, a mais importante incidirá sobre o alargamento das finalidades de aplicação dos fundos de apoio, a simplificação dos requisitos de candidatura, o aumento do limite máximo do montante a conceder e o prolongamento do prazo de reembolso. Por outro lado, o Governo tem estado a concertar com a concessionária para estudar a possibilidade de redução das tarifas de energia eléctrica, com vista a diminuir os custos de exploração das pequenas e médias empresas.

O processo de globalização e um maior conhecimento de Macau no seio da comunidade internacional contribuíram para atrair mais investimentos para o mercado local. Perante esta situação, as pequenas e médias empresas de Macau podem adoptar um modelo de gestão assente em duas vertentes: por um lado, investir mais no mercado local e, por outro, iniciar-se no investimento no exterior. Encorajamos e apoiamos essas empresas a aproveitarem-se plenamente das vantagens resultantes do papel de Macau enquanto plataforma regional de serviços. Devem agarrar todas as oportunidades para se expandirem e penetrarem nos mercados externos. Devem participar nos projectos de cooperação com empresas da China Continental e de outras regiões. O Governo continuará a reforçar a divulgação de informações úteis para o desenvolvimento comercial, no sentido de promover mais e melhores actividades comerciais de origem local. O Governo irá estimular a participação de empresários locais nas actividades de intercâmbio e cooperação comerciais com os da China Continental e do exterior.

O crescimento e o sucesso de uma empresa são dependentes de um conjunto de factores. Não acreditamos que as pequenas e médias empresas caiam no erro de acreditar que, uma vez afastadas as dificuldades de contratação de mão-de-obra e de custos de exploração elevados, podem ficar descansados e que tudo vai ser um mar de rosas daí em diante. A RAEM de hoje está verdadeiramente vinculada à evolução do panorama internacional e situa-se na antecâmara de entrada na era de economia do conhecimento. Por essa razão, há que introduzir vinho novo em garrafas antigas. As indústrias tradicionais devem mudar a sua filosofia. Cito o exemplo do sector de venda a retalho que sempre soube revitalizar as suas actividades, razão pela qual prevemos que vai ainda passar por grandes transformações. Desde que saibamos valorizar a criatividade e a qualidade, poderemos sempre elevar a mais valia dos nossos produtos e serviços, fazendo-os responder às necessidades do mercado. Para tal, os organismos competentes da Administração irão conceder um maior apoio e

encorajar as pequenas e médias empresas a aperfeiçoar as suas infraestruturas e modernizar a sua gestão, com vista a elevar a sua competitividade.

O crescimento rápido da economia dará origem, naturalmente, ao aumento dos custos de produção e à carência de trabalhadores, mas, por outro lado, irá também fazer emergir novas formas de gestão, irá levar o nome de Macau ao conhecimento de muito mais pessoas e irá proporcionar muito mais oportunidades de desenvolvimento. Há que reconhecer que muitos empresários souberam agarrar e explorar as oportunidades oferecidas pelo crescimento do sector do turismo. O Governo é a favor e apoiará as empresas e as associações comerciais de diferentes sectores de actividade a alargar os seus horizontes, a experimentar novos trilhos, a associarem-se à indústria predominante de Macau, para que a árvore de crescimento económico plantada em Macau dê mais frutos.

5. Trânsito, Habitação e Projectos de Urbanismo

Devido a condicionalismos de ordem física, Macau sempre teve que conformar-se com a insuficiência de facilidades de comunicação rodoviária. O crescimento económico e o aumento contínuo de turistas que nos visitam provocaram a saturação das nossas vias públicas, agravando os problemas de trânsito. Para fazer face a este problema e garantir o desenvolvimento sustentável, o Governo tem programado para o próximo ano uma série de medidas eficazes de ordenamento rodoviário tendentes a atenuar o congestionamento de trânsito, o qual tem vindo a afectar a qualidade de vida da população.

A origem dos problemas de trânsito é complexa. Cabe-nos assegurar a coordenação sistemática de intervenções em várias vertentes para a resolução global desta problemática. O Governo, em estreita colaboração com o órgão legislativo, irá aperfeiçoar os projectos legislativos que respeitam à problemática do trânsito rodoviário, procurando concluir, em breve, o processo legislativo desses diplomas. O Governo irá reunir as competências dispersas em vários organismos públicos numa nova entidade de coordenação designada por Direcção dos Serviços para os Assuntos de Trânsito. Clarificadas as responsabilidades e competências desta entidade, cremos que ela terá todas as condições para cumprir a sua missão com sucesso. Iremos acelerar os trabalhos no âmbito dos projectos de reordenamento das principais redes rodoviárias e alargar a estrada circular do litoral da península de Macau, para efeitos da sua ligação com as artérias de comunicação do exterior. Em resposta às necessidades resultantes do desenvolvimento rápido das ilhas e a mudança de hábitos da população, iremos acelerar a construção de um túnel apto para permitir a circulação de veículos, independentemente das condições climáticas, por forma a garantir o tráfego fluente de pessoas e bens entre Macau e Taipa. Iremos intensificar a fiscalização e criar condições para a elevação da qualidade e segurança dos serviços do sistema de transportes públicos. Para além de adjudicar mais licenças de táxis, iremos tomar medidas para incentivar a prestação de serviço de táxis nas zonas não turísticas. Iremos continuar a aumentar os lugares de estacionamento em silos e reforçar o cumprimento das normas reguladoras de trânsito, a fim de libertar as estradas da excessiva ocupação pelos veículos.

O Governo tem-se empenhado no estudo de outras soluções para aliviar a sobreocupação das estradas por veículos.

Da avaliação do rumo da evolução do desenvolvimento sustentável de Macau, chega-se à conclusão que atenuar o problema de trânsito apenas através de medidas para promover uma maior fluidez na circulação viária não é suficiente para responder às necessidades do público em matéria de transportes, nem satisfaz as solicitações da sociedade. Com o apoio da população, o Governo está decidido a concretizar, o mais breve possível, o projecto de criação de um sistema de transporte colectivo sobre carris. O Governo já lançou uma nova ronda de trabalhos de auscultação para recolher as opiniões de toda a população e propostas de aperfeiçoamento de medidas. Com base nos resultados recolhidos, o Governo irá elaborar um projecto definitivo, mais científico e racional, que tenha a virtualidade de facilitar o transporte dos cidadãos, iniciando, o mais rapidamente possível, a construção do metro ligeiro, por forma a contribuir para a resolução dos problemas de trânsito.

Para que Macau seja uma cidade de excelência, saudável e harmoniosa, o Governo irá incrementar as acções para efeitos de manutenção do estatuto de património mundial conquistado por Macau e conceber um plano faseado de urbanização com base nos resultados de estudos científicos que responda às necessidades de crescimento económico e progresso social. A urbanização de zonas novas irá reflectir a prioridade que colocamos no planeamento e na criação de equipamentos complementares. O reordenamento de bairros antigos será assegurado tendo em consideração o princípio de salvaguarda dos direitos legítimos dos moradores e o propósito de elevação da qualidade de vida. Contando com a colaboração do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos, o Governo irá alargar o acesso dos moradores às informações e dados que lhes dizem respeito, encorajando-os a expressar as suas opiniões. Queremos que todos os trabalhos sejam desenvolvidos com a devida atenção pelo factor humano e sob o princípio de legalidade. Comprometemo-nos a desenvolver os maiores esforços para concertar os interesses dos diferentes grupos sociais envolvidos, no sentido de, em conjunto, trabalharmos para criar um ambiente comunitário harmonioso e saudável.

O Governo está empenhado em proporcionar melhores condições de habitabilidade à população e disponibilizar mais espaços de lazer para o usufruto dos nossos cidadãos. Para tal, o Governo contratou uma empresa de consultadoria incumbida de estudar e planear a construção de novos aterros, em cumprimento rigoroso das normas estabelecidas pela Comissão de Recursos Hídricos do Rio das Pérolas e tendo sempre presente o conceito de desenvolvimento sustentável. A concretização dos aterros irá oferecer mais espaço físico para integrar a reserva de terras de Macau. Iremos utilizar os terrenos conquistados ao mar para aperfeiçoar a rede de trânsito, fazer obras que tornem a nossa costa mais atraente, construir mais espaços verdes, equipamentos de lazer e infraestruturas turísticas. Queremos que esta nova zona urbana seja uma referência para o futuro. Este projecto, obtida a necessária autorização do Governo Central, será objecto de auscultação pública, para efeitos da sua posterior implementação gradual.

A motivação que nos anima no sentido de reunir todas as energias para ajudar os nossos cidadãos a resolver os seus problemas de habitação é a nossa preocupação em garantir o bem estar da população, para que todos possam crescer, viver e trabalhar em condições condignas. Para este fim, o Governo tem estado a realizar obras na zona norte da cidade para efeitos de construção de habitações sociais, em cumprimento da sua promessa de proporcionar mais moradias aos necessitados. Iremos também construir mais habitações económicas. Os organismos públicos competentes tiveram que repensar a sua filosofia, com vista a aperfeiçoar a legislação reguladora do arrendamento, concurso e alienação. A nossa intenção é assegurar que a oferta de habitações sociais e económicas venha a responder efectivamente às necessidades dos nossos cidadãos. O Governo irá efectuar estudos profundos para, no próximo ano, definir medidas que apoiem a população, designadamente os jovens, na aquisição de habitação pela primeira vez.

6. Solidariedade Humana

A solidariedade entre as pessoas faz parte de uma tradição excelente característica de Macau e constitui, em si, uma exigência moral incontornável da sociedade moderna. Iremos fazer um aproveitamento racional de todos os recursos disponíveis no âmbito dos serviços médicos proporcionados pelo Governo e pela sociedade civil, pelos hospitais e pelas clínicas, no sentido de criar uma rede de serviços de saúde que garanta a cobertura total de todos os bairros comunitários. Iremos instruir as entidades competentes para providenciar serviços sob o modelo “one stop”, mais humanos e eficazes aos grupos sociais debilitados. Iremos dar prioridade aos projectos de serviço social de maior premência e reforçar o apoio às entidades formadas por profissionais de ramos especializados, no âmbito dos serviços de reabilitação. Face às necessidades dos idosos, iremos no próximo ano, tomar as medidas legislativas necessárias para garantir aos nossos cidadãos da terceira idade o apoio que necessitam. Para responder às situações de risco individual e crises domésticas, o Governo irá criar uma rede de serviços com responsabilidades específicas para prestar assistência às famílias em crise, com vista à promoção de harmonia dentro das famílias. Assumimos a obrigação de assegurar bem todos os trabalhos no âmbito da protecção ambiental, porque se trata de um aspecto essencial da qualidade de vida dos cidadãos. Não só devemos realizar bem as tarefas que exigem uma atenção imediata, como também ter a visão de futuro para tomar as medidas preventivas necessárias. O êxito de todas as acções nos domínios que acabei de referir depende de uma colaboração desinteressada entre os organismos públicos, entre o Governo e a sociedade civil. O nosso desejo é estender a solidariedade humana aos que realmente precisam de ajuda, queremos que eles sejam os verdadeiros beneficiários das nossas acções.

No próximo ano, o Governo irá incentivar as empresas locais a instituir mais regimes de aposentação de natureza privada para os seus trabalhadores. Para este fim, o Governo irá estudar a viabilidade de conceder a isenção do imposto profissional sobre as contribuições por parte do trabalhador. Aprovado o diploma regulador desta matéria, mais cidadãos nossos poderão gozar dos benefícios da prosperidade económica.

O Governo também irá analisar as experiências de sociedades mais avançadas para aperfeiçoar o sistema de segurança social segundo critérios mais humanos, mais modernos e de maior cobertura.

7. Desenvolvimento da Educação e Cultura

No domínio da educação, teremos sempre presente nos nossos trabalhos as noções de padronização e diversificação, em resposta às necessidades do sector educativo. O Governo irá impulsionar a reforma do sistema educativo no sentido de apetrechar as escolas com os recursos de alta qualidade de que precisam face à presente conjuntura social. Elas devem elevar a qualidade do ensino. O ambiente social em que todos estamos a viver tende a valorizar os conceitos de mercado e competitividade no desenvolvimento das actividades educativas. A filosofia predominante da sociedade coloca a ênfase no papel insubstituível de articulação entre os diversos agentes: as escolas, os pais, os professores e os alunos. Iremos divulgar melhor a noção de autonomia pedagógica, no sentido de promover a competitividade das escolas, explorar as potencialidades não evidentes e aproveitar as vantagens intrínsecas. Não nos contentamos em limitar apenas o volume de trabalho dos professores segundo critérios racionais. Queremos promover activamente a dignificação das funções de professor e a elevação do seu estatuto social, para que eles possam fazer uso dos seus dotes naturais para transmitir conhecimentos aos estudantes. Iremos assimilar os modelos pedagógicos e experiências de outros países mais avançados para despertar o interesse dos alunos pela aprendizagem. É nossa obrigação estimular a curiosidade intelectual dos estudantes e revelar as suas potencialidades, trabalhando para que o interesse pela aprendizagem contínua se estenda das escolas até à sociedade. Iremos difundir métodos para ensinar aos estudantes universitários abordagens mais eficazes para a absorção de conhecimentos e treiná-los a adquirir capacidade de raciocínio abstracto e de integração de saberes. Devem também ter um espírito crítico fundamentado numa postura científica de dúvida metódica para que saibam utilizar a sua criatividade em todas as áreas em que pretendam intervir. Queremos promover um ensino multifacetado para que os estudantes adquiram capacidades polivalentes e ganhem uma visão mais alargada, no sentido de dotá-los com os instrumentos intelectuais necessários para dar um conteúdo prático aos saberes de diferentes disciplinas científicas. Queremos que eles sejam uma elite de vanguarda da comunidade intelectual. Queremos generalizar a noção de aprendizagem por gosto e estudar apenas por curiosidade intelectual. Apoiamos a manutenção de cursos e disciplinas de menor acolhimento público, porque eles podem deter um valor estratégico inestimável. Queremos assegurar um desenvolvimento equilibrado entre a vertente de ensino virado para o mercado e a vertente de ensino virado para o saber desinteressado. O nosso objectivo é a construção de um sistema de conhecimentos e de educação moderno e saudável. As instituições do ensino superior e do ensino não-superior têm a obrigação de oferecer aos estudantes uma educação completa que valorize a concorrência e a colaboração. Queremos criar condições para que os jovens que manifestem capacidades de liderança possam evidenciar os seus talentos ainda na fase estudantil.

Para o próximo ano, o Governo irá dedicar todas as suas energias para a materialização

do objectivo estratégico de estender a gratuidade a todo o ensino não-superior, continuando a executar as medidas necessárias para este fim. Iremos definir uma solução viável, dentro da maior brevidade, para o cumprimento desta missão histórica de grande alcance, em data não posterior a 2009.

Iremos dar ênfase às vertentes de generalização e especialização no desenvolvimento das actividades pedagógicas, científicas, culturais e artísticas. Iremos difundir a importância do interesse e gosto pela leitura de obras populares, mas também queremos despertar o interesse do público para a leitura de obras clássicas dos grandes autores da literatura mundial. Iremos promover mais recensões de livros e a troca de experiências de leitura. Iremos continuar a promover a organização de concursos e actividades juvenis sobre temas científicos, que tanto sucesso tem tido nos últimos anos, para despertar o interesse dos jovens e da população em geral pelo conhecimento da Ciência, fomentando um ambiente social que valorize o espírito científico e a racionalidade. Incentivamos a alteração do modelo de organização de seminários e conferências por forma a estimular o debate e o confronto de ideias, com vista a despertar o interesse intelectual da população. Iremos promover actividades culturais de organização espontânea que não se conformam com modelos pré-estabelecidos, para fomentar um ambiente social propício à discussão de problemas e ao intercâmbio de conceitos. Iremos oferecer oportunidades para que pensadores com ideias originais e de elevado prestígio intelectual possam ter um fórum para expor as suas teorias. Queremos também estimular a criação literária e encorajamos a publicação de mais obras de grande visão, de análise cuidada e de elevada qualidade literária. Iremos lançar a experiência-piloto de organização de cursos não curriculares, gratuitos, de divulgação de conhecimentos de literatura, história, ciência das religiões e filosofia, que valorizem o conteúdo humanista e a racionalidade. Os cidadãos interessados poderão inscrever-se nesses cursos e adquirir conhecimentos num ambiente sem pressão. Queremos convidar mestres de diferentes domínios académicos e artes para transmitir os seus saberes, de modo que os seus ensinamentos encontrem ouvidos interessados e possam perdurar no tempo e enriquecer o património intelectual da Humanidade. O Governo irá melhorar as instalações destinadas a exposições e aperfeiçoar o equipamento físico dos recintos de espectáculos artísticos, para que o público interessado tenha acesso a facilidades de alta qualidade. Iremos explorar e cultivar o campo da teoria da arte e crítica artística, porque queremos elevar o nível de apreciação e valorização artísticas da sociedade. Entendemos que a organização de mais actividades culturais e artísticas de melhor qualidade contribui para apurar a sensibilidade da população pelo Belo e divulgar os valores de uma cultura moral.

8. Construção de uma Sociedade Harmoniosa

A construção de uma sociedade harmoniosa constitui uma componente essencial do progresso social. Nesta fase de desenvolvimento social que estamos todos a viver, cumpre-nos compreender o significado de mudança dos tempos e enriquecer o conceito de harmonia. Nós devemos assumir uma postura de abertura e perspectivar todas as mudanças numa visão estratégica para construir uma sociedade harmoniosa de alta qualidade.

Macau é uma cidade internacional com a natureza de porto franco, razão pela qual sempre tem demonstrado uma atitude de abertura face à chegada da vaga da globalização. A nossa sociedade está neste momento a viver um período de reajustamento sem precedentes. Neste contexto, é natural que a harmonia social apresente dinâmicas multifacetadas. Este é um sinal positivo de maturidade da nossa sociedade.

Com o fenómeno de rápida reconversão económica, o ambiente social de Macau, caracterizado por uma certa acalmia, transformou-se num ambiente pleno de mutações. Hábitos sociais fundados em concertação deram lugar a práticas que valorizam a concorrência intensa. Os desafios resultantes deste fenómeno chegaram a dar origem a pedidos de ajuda de alguns sectores. Esta foi uma realidade que conviveu com a prosperidade económica verificada.

Sabemos muito bem que os diferentes sectores sociais têm, cada um deles, as suas próprias aspirações. Não é fácil conciliar esses interesses, porque essas aspirações foram transmitidas ao Governo todas ao mesmo tempo. Tudo isto é revelador de uma verdade: tanto o Governo como a sociedade civil, tem a obrigação de trabalhar em conjunto para criar uma sociedade harmoniosa. Esta é a missão que nos une.

Nesta fase de transformação social, a mudança e o comprometimento são os dois pilares da construção de uma sociedade harmoniosa. Só quando nos soubermos colocar ao lado do processo de mudança no momento certo é que seremos capazes de neutralizar o impacto negativo das transformações e reduzir os efeitos dos factores que provocam a desarmonia. Só quando soubermos assumir com firmeza o nosso comprometimento, é que poderemos evitar o alijamento de responsabilidades por cima dos outros, concretizando deste modo o valor de solidariedade e extinguindo os factores que ameaçam a harmonia social.

A mudança e o comprometimento são as duas faces da mesma moeda. A assumpção consciente e por iniciativa própria da mudança, é prova da coragem de se comprometer, com sentido de responsabilidade. Uma atitude de comprometimento sem reservas exige a coragem para aceitar os sacrifícios resultantes da mudança. Por isso, a mudança e o comprometimento representam em si valores superiores da nossa sociedade e constituem os alicerces sólidos que suportam a harmonia que todos almejamos. A História ofereceu-nos esta oportunidade única para todos nós demonstrarmos o nosso apego a esses valores espirituais. Temos a obrigação de não deixar escapar esta oportunidade.

Entendemos que, tanto o Governo como a sociedade civil devem fazer maior esforço para se aperfeiçoar. Este é o pressuposto da harmonia social. Neste domínio, o Governo tem responsabilidade acrescida. Cabe ao Governo concretizar na sua acção diária os princípios “um País, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia, guiado sempre pelo espírito de mudança e comprometimento. Esta é a missão fundamental que lhe compete no processo de construção de uma sociedade harmoniosa. Acreditamos que a comunhão de propósitos e a união de esforços entre o Governo e a sociedade civil para a

construção de uma sociedade harmoniosa são os garantes do êxito da materialização dos princípios “um País, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia.

A verdadeira harmonia sustenta-se em instituições que aderem ao valor da justiça. O Governo deve tirar partido das vantagens de um sistema político, fundado no predomínio do Poder Executivo, para materializar o princípio da justiça em todas as vertentes de governação. Devemos elevar a transparência da acção governativa em toda a sua extensão, especialmente a transparência dos processos que envolvem interesses empresariais e o direito ao emprego da população. Iremos fornecer à Comunicação Social informações mais completas, mais pormenorizadas e mais articuladas. Iremos reforçar a fiscalização e a auditoria das actividades da Administração Pública, combatendo com firmeza todas as irregularidades e práticas ilícitas. A institucionalização da justiça é o único meio para garantir a paz social num contexto de interesses sectoriais contraditórios. É a defesa intransigente e vigorosa do valor da justiça que nos dá alento para combater todas as injustiças e velar pela harmonia da sociedade.

Iremos institucionalizar mecanismos para reduzir os conflitos sociais. Iremos ouvir as pessoas com atenção e conciliar os interesses das partes, para garantir um clima de diálogo construtivo fundamentado na racionalidade e na correcção. Pensamos que, assim, podemos assegurar que as diferentes opiniões e as posições em confronto sejam bem compreendidas por todos. Sob um espírito de cooperação amistosa e uma postura científica, podemos encurtar a distância que separa diferentes interesses e construir uma base consensual para resolver rapidamente as grandes problemáticas controversas, evitando, deste modo, o arrastamento permanente da tensão, em prejuízo da harmonia social e dos interesses da população.

Em última análise, a resolução de conflitos sociais é sempre dependente de instituições fundadas no Estado de Direito. Temos a obrigação de divulgar o princípio da legalidade e promover a consciência cívica junto da população, incentivando-a a aderir de forma consciente ao dever de cumprimento das leis. Só assim é que as aspirações de diferentes sectores sociais ficarão sob a protecção da lei. Só assim é que podemos evitar que essas aspirações sejam manipuladas e transformadas em desafios que ameaçam a harmonia social. O espírito da legalidade fundamenta-se em juízos de valor justos para poder resolver a rivalidade de interesses entre sectores sociais, razão pela qual assume o papel de paradigma eterno da harmonia social.

O reforço da cooperação entre o Governo e as associações é uma vertente fundamental no processo de construção de uma sociedade harmoniosa. O Governo irá tirar partido dos mecanismos de consulta existentes e da rede de serviço público estendida pelas várias zonas urbanas, para desenvolver uma relação mais estreita e frutuosa com as associações, de modo a melhorar os serviços proporcionados ao público. Respeitamos o estatuto privilegiado que as associações gozam no seio da sociedade. Por isso, iremos continuar a apoiar as associações nas suas actividades de prestação de serviços e na organização de iniciativas sociais.

Acreditamos que, com os esforços desenvolvidos pelo Governo e a boa vontade e solidariedade de todos os sectores da nossa sociedade, não se verificarão problemas ou conflitos que não possam ser resolvidos com a colaboração sincera entre os diferentes sectores sociais ou entre o Governo e a sociedade civil. O Governo irá também colaborar activamente com a sociedade civil para tomar medidas preventivas e atenuar o agravamento de problemáticas sociais, antes que se acumulem até um ponto sem retorno. Iremos investir todas as nossas energias para aperfeiçoar as nossas estratégias e os serviços prestados ao público na linha de frente, procurando resolver problemas que afectam a população em geral, mas também resolver as dificuldades individuais. Queremos fazer o possível para corresponder às expectativas dos cidadãos. Só quando a população se sente satisfeita se pode garantir uma harmonia verdadeira, completa e duradoura.

A harmonia é sempre uma projecção da personalidade individual e da família. Devemos procurar chegar à essência do pensamento ético do Homem para fazer compreender às pessoas que a moral é um sinónimo da felicidade. É fundamental que todos saibamos que a moral não só é algo que é preciso, mas também algo que deve ser realizado em todos os momentos da nossa vida. A exigência ética é uma componente insubstituível da dignidade humana, um espelho reflector do nosso carácter.

A construção de uma cultura ética exige que os dirigentes e chefias da Administração em especial, sujeitem o seu comportamento a elevados padrões deontológicos, afirmando sem hesitação e com firmeza a sua predisposição para servir com honestidade o público e fazer reflectir esta atitude em todas as suas acções. Só assim será possível evidenciar os fundamentos éticos da nossa Administração.

O patriotismo e a identificação com os superiores interesses de Macau são as luzes que nos guiam nos trabalhos de construção de uma cultura ética, os seus resultados reflectem-se nos pormenores mais ínfimos da nossa vivência quotidiana. O núcleo desses princípios consiste na dedicação plena à causa pública e a colocação do interesse global acima de tudo. Devemos incorporar no nosso comportamento todos esses valores e trabalhar para que mais pessoas ganhem o entusiasmo para aderir a esses valores.

Desde que contribuam para o bem estar da comunidade e o progresso social, devemos reconhecer a utilidade de alguns aspectos positivos resultantes da reconversão do nosso sistema social. Ao mesmo tempo, devemos manter uma disciplina moral exigente, no sentido de reduzir os efeitos negativos desses fenómenos. Só assim, é que seremos capazes de manter a integridade dos nossos valores éticos no meio das contradições que visualizamos. Assim, é que os valores éticos poderão ser concretizados com realismo em função das características da era em que vivemos. A nossa imunidade face aos desvios morais tem de ser sujeita constantemente a provas para que se possa fortalecer.

O crescimento de uma cultura moral na sociedade depende da transmissão de valores éticos à juventude. Devemos institucionalizar com celeridade a educação moral e cívica nos

ensinos primário e secundário. O Governo irá continuar a providenciar mais professores qualificados vocacionados para ensinar nas áreas de educação cívica e moral, no sentido de transmitir à nossa juventude os valores de uma conduta ética. Devemos criar oportunidades para que os jovens tenham um contacto real com a complexidade dos fenómenos sociais, no sentido de apurar a sua capacidade de avaliação moral. Aos cidadãos que tiverem demonstrado um comportamento moral irrepreensível e superior, iremos atribuir-lhes o reconhecimento e os prémios que merecem. Iremos divulgar os seus feitos para que sirvam de referência às actividades de difusão de valores morais.

A moralidade de uma sociedade também se fundamenta no espírito científico pragmático e numa atitude de procura do saber. Devemos fazer tudo para conhecer a verdade dos factos, em toda a sua extensão. Devemos retirar ensinamentos da História e aplicar os mais rigorosos métodos de raciocínio lógico para uma compreensão completa da natureza das coisas e dos seus efeitos. Só assim, é que poderemos ter uma opinião racional e imparcial dos fenómenos. Só assim, é que poderemos garantir que todas as nossas acções visem a realização do interesse colectivo. O Governo, através do Centro de Estudos Estratégicos para o Desenvolvimento Sustentável, irá reorganizar os recursos da sociedade e realizar estudos científicos sobre as políticas demográfica, de planeamento urbano, de diversificação adequada da economia e de elevação da qualidade de vida da população, no sentido de reunir os fundamentos científicos necessários para a definição de estratégias de longo alcance nestas matérias.

A alma e a razão formam o berço dos valores morais. Iremos todos dedicarmo-nos ao estudo das grandes religiões e escolas de pensamento, incluindo o Confucionismo e o Taoísmo, absorvendo a essência do que elas têm de melhor para a difusão de valores humanistas e aplicando no quotidiano as lições úteis para os tempos modernos em que vivemos. Queremos que a nossa população ganhe a consciência da necessidade de se identificar de livre vontade a esses valores, fortalecendo, assim, os fundamentos morais da nossa sociedade e fazendo perdurar a civilização ética.

A construção de uma sociedade harmoniosa exige uma entrega total do Governo para assumir a mudança e comprometimento em toda a sua linha de acção. A sedimentação do valor de justiça em todas as vertentes da acção governativa, incluindo a instalação de mecanismos para a resolução de conflitos sociais, irá fortalecer os alicerces da harmonia social. As decisões judiciais legitimadas pelo sentido de justiça serão sempre a fortaleza que sustenta o princípio da legalidade e uma arma para combater os fenómenos de desarmonia, a favor da segurança e da harmonia. A generalização de valores humanistas universais contribui para a formação de uma cultura ética social. Todos esses elementos que acabei de enunciar – a justiça, a imparcialidade e a paz – são garantes da estabilidade social e progresso humano. A solidariedade e o espírito filantrópico constituem a mão invisível que irá moldar uma distribuição justa e equilibrada das riquezas. Uma vivência humanista multifacetada contribui para que um estilo de vida saudável e recto forme o caudal mais largo da experiência social.

Senhora Presidente,

Senhores Deputados,

Atendendo ao crescimento das receitas públicas, o Governo irá continuar a implementar as medidas de isenção e redução de taxas e impostos, com vista a apoiar as pequenas e médias empresas, melhorar as condições de vida dos cidadãos e promover a harmonia social. O Governo irá continuar a aplicar as medidas de redução e isenção fiscais adoptadas no corrente ano, designadamente o imposto profissional, a contribuição industrial, a contribuição predial, a taxa de licença de reclamos e tabuletas, o imposto de turismo, a taxa de licença de exploração dos vendilhões, a renda das bancas dos mercados, o imposto do selo sobre os seguros, à excepção do seguro de vida, o imposto do selo sobre os juros e comissões das actividades de crédito bancário. Iremos continuar a política de atribuição de um subsídio aos idosos. Iremos também incluir, no próximo ano, o imposto de selo sobre o seguro de vida, a taxa sobre os telemóveis e a taxa sobre os “pagers” na lista de actos que irão beneficiar de isenção e redução fiscais. As medidas de isenção e redução fiscais acima descritas irão representar uma diminuição de receita pública na ordem dos quatrocentos e setenta milhões de patacas. O Governo, tendo em atenção o estado actual da economia e a evolução salarial da nossa sociedade, decidiu propor um ajustamento salarial para os trabalhadores da Função Pública, elevando de 52,5 patacas para 55 patacas, o valor de cada ponto indiciário. Este ajustamento representa um aumento de 4,76 %. No próximo ano, o Governo irá apresentar a proposta de lei sobre esta matéria à Assembleia Legislativa, para efeitos de apreciação.

Conclusão

Senhora Presidente e Senhores Deputados,

A Região Administrativa Especial de Macau encontra-se na encruzilhada entre duas opções estratégicas de desenvolvimento: o modelo tradicional e o modelo moderno. A prioridade deixou de ser colocada nos objectivos parcelares de políticas sectoriais para incidir nas infraestruturas sociais, políticas e administrativas. Temos a obrigação de erguer alto a bandeira dos valores morais e alargar os horizontes da nossa visão para encontrar no campo prático um modelo que reúna as virtudes de uma sociedade tradicional com as potencialidades de uma sociedade moderna. Assim, poderemos ter esperança de que, um dia, todos os grupos sociais, toda a população, no fundo, todos nós, possamos ser os verdadeiros beneficiários do progresso social e do desenvolvimento saudável.

Temos orgulho do princípio “um País, dois sistemas”, porque ele sempre tem sido um baluarte firme da solidez das nossas instituições. Os nossos cidadãos, diligentes e honestos, este meio milhão de pessoas, sempre se associaram aos superiores interesses da Pátria e de Macau, nos bons ou maus momentos. Apoiados nestes dois pilares, podemos tirar pleno partido de todas as vantagens para construir uma sociedade plural, harmoniosa e com substância. A população em geral expressou sem reservas as suas aspirações e tem participado com entusiasmo nas obras de construção da nossa sociedade, enriquecendo e animando a vivência quotidiana. A confluência de todos esses factores positivos levou a que alguns conflitos sectoriais tenham sido oportunamente evitados ou canalizados para uma resolução feliz. Do mesmo modo, as problemáticas sociais foram acompanhadas de forma atenta, por forma a serem tratadas adequadamente.

Se soubermos olhar com lucidez as dinâmicas do processo de desenvolvimento de Macau, facilmente chegaremos à conclusão que é natural que numa sociedade democrática como Macau, exista uma cultura de eleições. Uma cultura de eleições pode, por um lado, contribuir para uma maior concorrência e progresso da sociedade, mas, por outro lado, também pode levar a que muitas questões sejam politizadas, dando origem a situações de conflito. Estes conflitos podem manifestar-se de uma forma agressiva. Mas, desde que saibamos manter a serenidade e uma postura correcta, em cumprimento escrupuloso da Lei Básica, mesmo que essas contradições venham a causar um ambiente de desarmonia e instabilidade durante algum tempo, nunca poderão abalar a nossa vontade firme e confiança no progresso humano. Elas não irão arrefecer as aspirações de harmonia da população nem impedir a aplicação correcta do princípio “um País, dois sistemas”.

A população de Macau está cada vez mais ciente de uma verdade: a construção de uma sociedade harmoniosa não é apenas uma exigência imediata dos nossos tempos, é também uma missão permanente virada para o futuro; é uma responsabilidade das pessoas da nossa geração que deve ser transmitida às gerações vindouras. A construção de uma sociedade harmoniosa nunca deve ser vista como uma obra de engenharia política passiva, de pura fachada. Pelo contrário, é uma missão histórica de significado indelével com consequências no bem estar de todos nós. Acreditamos que os nossos cidadãos estão dispostos a lutar ao

Conclusão

nosso lado para a construção de uma sociedade harmoniosa para, um dia, poder colher os frutos de vitória nesta batalha que nos une.

Nestes sete anos, a Assembleia Legislativa tem sempre prestado uma colaboração leal aos trabalhos desenvolvidos pelo Governo. A Assembleia tem desempenhado com crescente eficácia e de forma equilibrada a sua função fiscalizadora das acções governativas, corrigindo em tempo oportuno os desvios das nossas estratégias. Os trabalhadores da Função Pública têm dedicado todas as suas energias para bem servir o público. Entre dificuldades e desafios, nunca perderam o seu sentido de lealdade. Os cidadãos construíram a prosperidade que todos estamos a viver, com o seu trabalho e constituem a base que suporta a acção governativa. As aspirações de diferentes grupos sociais, por sua vez, chamaram a atenção do Governo para dificuldades que urgem ser ultrapassadas. O Governo Popular Central e os seus organismos sediados em Macau sempre se prontificaram para acorrer a todas as solicitações de apoio apresentadas pela RAEM. Quero deixar aqui expresso o meu sentido agradecimento a todos pela vossa solidariedade.

Dou por terminada a minha intervenção. Os meus agradecimentos à Senhora Presidente e aos Senhores Deputados.

**Linhas de Acção Governativa
para o ano financeiro de 2007
do Governo da Região
Administrativa Especial de Macau
— Síntese —**

Área da Administração e Justiça

Face aos novos desafios e oportunidades resultantes do rápido crescimento económico da Região Administrativa Especial de Macau, as políticas e medidas no domínio da Administração e Justiça continuarão a ser concebidas em função dos objectivos globais e planeamento do Governo, sob a égide dos princípios “servir melhor a população” e “evoluir com os tempos”. As acções a serem desenvolvidas irão responder de forma cabal às necessidades da população e do progresso social, incutindo o espírito de mudança e compromisso. O Governo, no pressuposto da garantia da estabilidade do funcionamento da Administração Pública e do equilíbrio entre as preocupações de rigor e oportunidade no âmbito dos trabalhos de revisão da legislação, irá não só acelerar a reforma, dando prioridade aos projectos essenciais, assegurando o ritmo e a continuidade dos projectos, como também proceder à revisão geral do sistema da Administração Pública e acelerar o processo de reforma jurídica, aumentando a sua eficácia, no sentido de criar condições favoráveis ao desenvolvimento sustentado de Macau.

Continuaremos a concretizar novos projectos, numa perspectiva de sistematização, abordagem científica e maior recurso aos meios informáticos. Iremos alargar as acções de auscultação de opinião pública e aproveitar os contributos e os conhecimentos das forças vivas da sociedade, com vista a explorar ou redefinir os rumos das opções políticas.

Iremos reforçar a coordenação central das diversas actividades, procurando a integração e interacção das acções no domínio da Administração e Justiça, no sentido de potenciar o resultado das reformas. Os temas relacionados com a qualidade de vida e os assuntos cívicos serão aprofundados e aperfeiçoados. Assim, iremos impulsionar o desenvolvimento das seguintes acções governativas na área da Administração e Justiça:

1. REFORMA INTEGRADA DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO PÚBLICO E EXTENSÃO AOS BAIRROS COMUNITÁRIOS DE SERVIÇOS QUALIFICADOS

O Governo irá alargar a rede de serviços junto dos bairros, desenvolver esforços para congregar a prestação de serviços num local e aprofundar o modelo *One Stop* dos serviços e funções dos organismos. Criaremos o Centro de Informações do Governo e Centros de Prestação de Serviços ao Público distribuídos pelas várias zonas da cidade, com vista à integração dos recursos e, posteriormente, à criação de uma rede de serviços eficaz e de elevada qualidade pronta para responder às necessidades da população.

Iremos criar o regime de certificação do Programa de Carta de Qualidade e o Prémio de Serviço Público de Alta Qualidade, com vista a estimular o dinamismo dos trabalhadores. Iremos também difundir a cultura de servidor público, elevando as capacidades funcionais e o desempenho dos trabalhadores.

Implementámos o projecto do Sistema Electrónico de Tratamento de Reclamações Inter-Serviços, em colaboração conjunta do Centro de Atendimento e Informação ao Público, do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e do Corpo de Polícia de Segurança Pública.

Paralelamente, lançou-se a versão experimental do Sistema Fonético de Informação dos Contactos dos Serviços Públicos, de forma a proporcionar aos cidadãos os serviços de consulta 24 horas por dia. No próximo ano, continuaremos a reforçar, através do aproveitamento das tecnologias de informação, a coordenação entre os vários serviços para aumentar a eficiência no tratamento das queixas e sugestões.

Em relação à área dos registos e do notariado, o Governo, aproveitando a experiência adquirida no processo de simplificação de procedimentos relativos às informações escritas sobre os imóveis ("busca"), irá alargar progressivamente esse processo à emissão de certidões referentes às sociedades, de certidões de nascimento, entre outros. Entretanto, iniciaram-se as acções de consulta relativa ao Código do Registo Civil e os trabalhos preparatórios para a instalação da rede de informações imobiliárias; e reforçaram-se as funções do Ficheiro Notarial Central. Por outro lado, o Governo irá proceder à revisão e alteração do regime de registo predial e ao estudo sobre a viabilidade da integração dos serviços de registo e notariado nas transacções de imóveis, lançando, ainda, uma versão simplificada da informação escrita sobre o registo comercial.

2. OPTIMIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO E INCENTIVO À INOVAÇÃO, REAJUSTAMENTO FUNCIONAL E COORDENAÇÃO GLOBAL

Concluiu-se, no corrente ano, o estudo sobre a optimização dos procedimentos administrativos relativos à assistência social e à declaração e pagamento de impostos pelas empresas. O Observatório da Administração Pública apresentou propostas viáveis e medidas de melhoramento acerca do processo de aquisição de bens e serviços pela Administração. No próximo ano, o Governo irá não só simplificar os circuitos administrativos e procedimentos comuns aos diferentes organismos, conjugando esta medida com a execução dos projectos de Governo Electrónico e Carta de Qualidade, como também irá adoptar e alargar o uso das fichas de pontuação equilibrada (Balance Scorecard).

Criou-se uma base de dados sobre os auditores internos do Sistema de Certificação Internacional de Gestão de Qualidade ISO; e até finais de Outubro de 2006, um total de 54 subunidades orgânicas de 10 serviços e entidades públicas obtiveram a certificação internacional. O Governo reforçará, no próximo ano, a formação de auditores internos para o projecto de certificação ISO, assim como implementará o Plano sobre a Criatividade dos Funcionários Públicos no Trabalho, com vista a promover o espírito de equipa e a comunicação entre os colegas e elevar o grau de satisfação dos funcionários por um trabalho bem realizado.

Continuaremos a aprofundar a reforma dos organismos da Administração e o reajustamento das funções; e iremos rever o critério da racionalidade da criação de estruturas destinado a otimizar a estrutura da Administração. Iremos delimitar as responsabilidades do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e de outros organismos e rever a sua estrutura orgânica; criaremos a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego e a Direcção dos

Serviços de Protecção Ambiental; vamos dar início aos trabalhos de reestruturação da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, atribuindo-lhe as competências necessárias para melhor responder às necessidades da reforma administrativa e de gestão dos trabalhadores da Função Pública.

A interacção entre o Governo e a sociedade desenvolvida ao longo dos anos após a transferência da soberania, permitiu desde já o estabelecimento de canais de comunicação assentes em bases concretas. Iremos aprofundar, por meio de ajustamento de políticas e medidas, os trabalhos no âmbito da Lei Básica e da legislação vigente concernente; e realizar estudos específicos e reforma dos organismos consultivos existentes, reforçando as suas funções e qualidade, e aumentando o número dos seus membros, atraindo os jovens a contribuírem com os seus conhecimentos, de forma a obter ideias mais inovadoras. Ao mesmo tempo, iremos intensificar a interacção entre o Governo e a sociedade, disponibilizando-se pessoal encarregue pelo diálogo e contacto com as associações, permitindo, assim, responder directamente às opiniões e sugestões. Iremos também aprofundar a interacção entre os organismos públicos e as associações e cidadãos dos bairros, através das delegações dos serviços dos organismos públicos instaladas ou a instalar nos diversos bairros, permitindo, deste modo, conhecer e compreender de perto os anseios da sociedade.

3. IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DO REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA E REFORÇO DO DIÁLOGO ENTRE DIRIGENTES E SUBORDINADOS

O Regime de Previdência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2007, proporcionará a uniformização do regime de aposentação e desvinculação dos trabalhadores e contribuirá quer para estabilizar o corpo dos trabalhadores da Função Pública, quer para melhorar os seus benefícios e regalias. No próximo ano, iremos efectuar a revisão geral do sistema da Administração Pública, nomeadamente das estruturas dos trabalhadores e do Regime Jurídico da Função Pública, introduzindo inovações a nível de estrutura e de base, e rever o regime antigo que constitua obstáculo ao desenvolvimento do sistema da Função Pública, por forma a criar um sistema jurídico da Função Pública modernizado, justo e racional e que dará importância aos resultados, à eficácia e ao compromisso. Iremos rever os seguintes regimes: o regime dos concursos, o regime de recrutamento, o regime contratual, o regime das carreiras e o regime da promoção, procedendo ao estudo sobre o mecanismo central de recrutamento e de promoção. Iremos também efectuar a revisão do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia e a implementação do Estatuto do Chefe do Executivo e Titulares dos Principais Cargos, apresentando propostas de concretização do sistema de responsabilização, definindo normas para regular as situações de substituição e o desempenho de funções no sector privado após cessação de funções na Administração. Em seguida, o Governo continuará a analisar outros regimes no âmbito da Função Pública, designadamente o Regime de Reclassificação e Reconversão Profissional, o Regime Disciplinar e o Regime de Prémios e de Regalias, apresentando propostas para o seu aperfeiçoamento,

para além de proceder à avaliação e revisão do Regime de Avaliação do Desempenho e criar um mecanismo para premiar os trabalhadores com um desempenho excelente.

No próximo ano, iremos continuar a organizar acções de formação específica, de natureza profissional, linguística ou especial, a fim de elevar as capacidades profissionais e técnicas dos trabalhadores e transmitir-lhes os conhecimentos necessários para a gestão administrativa e de crises, inculcando-lhes os conceitos de mudança e compromisso e encorajando-os a actuarem com audácia e originalidade, no âmbito dos trabalhos de reforma. Esses trabalhos de reforma devem acompanhar os tempos modernos e responder às necessidades do desenvolvimento social. Iremos não só promover, gradualmente, cursos de formação via *internet*, aperfeiçoando, de forma continuada, o planeamento das acções de formação e avaliando os seus resultados, como também iremos iniciar os trabalhos preparatórios para a instalação do Centro de Formação de Trabalhadores da Função Pública.

Iremos promover a integração do sistema de gestão de acções de formação com a base de dados de recursos humanos, criar um sistema central de gestão de pessoal e reforçar a coordenação centralizada nos trabalhos de colocação dos trabalhadores da Administração Pública; e transformar gradualmente o laboratório de exame psicotécnico num Centro de Avaliação dos Quadros Qualificados da Função Pública.

No próximo ano, continuaremos a reforçar a gestão humanizada dos funcionários públicos, intensificaremos o diálogo e as técnicas de gestão e a distribuição das tarefas e colocação do pessoal de forma racional, garantindo um tratamento adequado das queixas e sugestões apresentadas pelos funcionários públicos e fortalecendo os mecanismos de tratamento de queixas e reclamações e de fiscalização disciplinar, e criaremos um Centro de Exame Médico para os trabalhadores da Função Pública, que oferecerá serviços de aconselhamento e consulta.

O Governo criará uma equipa de trabalhadores da Função Pública incorrupta e eficiente e continuará a reforçar o diálogo e a cooperação com o Comissariado Contra a Corrupção e o Comissariado da Auditoria, colaborando estreitamente com o Comissariado Contra a Corrupção no âmbito dos trabalhos de prevenção, em cumprimento da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. O Governo irá aperfeiçoar a legislação complementar daí resultante e analisar as vias de cooperação e intercâmbio com a comunidade internacional. O Governo continuará a organizar acções de formação dirigidas aos funcionários, no sentido de disseminar os valores de honestidade, interesse público, observância da lei, eficiência no trabalho e racionalização das despesas. O Governo também irá fiscalizar e avaliar o cumprimento das instruções sobre o comportamento ético dos organismos públicos.

4. AMPLIAÇÃO DAS APLICAÇÕES DO PROJECTO “GOVERNO ELECTRÓNICO” E AUMENTO DAS FUNÇÕES DO BILHETE DE IDENTIDADE DO TIPO “ CARTÃO INTELIGENTE”

Actualmente, existe um total de cerca de 60 serviços electrónicos disponibilizados pelos

diversos serviços públicos, os quais permitem a realização de pedidos ou de marcação prévia através da *internet*. Concluiu-se, em Junho do corrente ano, o projecto “*e-Macao*” pelo Instituto Internacional das Tecnologias de *Software* da Universidade das Nações Unidas, cujo desenvolvimento se realizou a pedido do Governo da Região Administrativa Especial de Macau. Deste modo, proporcionaram-se acções de formação para um total de cerca de 200 funcionários públicos dos mais de 50 serviços públicos. Por outro lado, a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública e a Direcção dos Serviços de Correios definiram a proposta de realização de pagamento electrónico, tendo-se já iniciado a implementação do respectivo projecto-piloto.

A missão que o Governo tem à sua frente consiste na criação de um sistema de gestão informática, de base científica, nos termos definidos nas Bases de Desenvolvimento dos Serviços do Governo Electrónico de Macau, integrando diversas vertentes, designadamente, regimes, estratégias, gestão, execução, serviço e funcionamento, com vista a promover a articulação das actividades com a tecnologia informática. O Governo irá empenhar-se no aperfeiçoamento do Portal do Governo, para que todos os serviços oferecidos pela Administração e as suas informações passem a estar acessíveis através de um único *website*; promoverá a utilização de documentos e formulários electrónicos junto dos organismos públicos; desenvolverá os sistemas electrónicos de tratamento de queixas inter-serviços e de processamento de pedidos de férias, com vista a aprofundar a informatização dos procedimentos de gestão de pessoal e reduzir o uso de papel no seio da Administração. O Governo continuará a desenvolver os trabalhos preparatórios e a incentivar mais serviços públicos a aderirem ao projecto de pagamento por meios electrónicos.

Até finais de Outubro do corrente ano, 87% dos portadores de Bilhete de Identidade de Residente substituíram os seus documentos de identificação, o que implicou a emissão/substituição de um número total de 489 500 do BIR do tipo “cartão inteligente”, prevendo-se que todos os trabalhos estejam concluídos na primeira metade do ano 2007. Além disso, serão prosseguidos os trabalhos tendentes ao aperfeiçoamento e ampliação das funções do BIR do tipo “cartão inteligente”.

5. APERFEIÇOAMENTO DO MECANISMO CENTRAL DE REFORMA JURÍDICA E DESENVOLVIMENTO ORDENADO DOS TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO DO SISTEMA JURÍDICO

No corrente ano, procedemos à conclusão dos principais diplomas legais, nomeadamente do Regime de Previdência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos e da Lei do Trânsito Rodoviário, cujos trabalhos de coordenação decorreram no âmbito do mecanismo central de reforma jurídica. Com base nas acções ora desenvolvidas, iremos concluir, no próximo ano, o projecto de revisão dos Livros I e II do Código Comercial e avançar progressivamente com os trabalhos de revisão dos restantes Livros, de acordo com o plano traçado. Iremos também

rever o Código de Processo Penal e o Código de Processo Civil, e realizar estudos sobre a revisão do Código Penal e do Código Civil.

Iremos maximizar as potencialidades do mecanismo central de reforma jurídica e reforçar a colaboração com os diversos serviços no âmbito dos recursos humanos e técnicas de produção legislativa, no sentido de assegurar uma maior coordenação de esforços para acelerar a revisão e aperfeiçoamento da legislação obsoleta e a redacção de novos projectos de diplomas, garantindo, assim, que a legislação produzida corresponda às necessidades reais da sociedade. Ao mesmo tempo, iremos otimizar e aperfeiçoar a gestão da Base de Dados de Juristas da Região Administrativa Especial de Macau, organizar acções de formação tomando as medidas necessárias para garantir que os quadros jurídicos possam trabalhar em áreas da sua especialidade, afectando com flexibilidade esses recursos humanos, assegurando uma gestão sistematizada e constituindo uma reserva de juristas.

Até princípios de Novembro, foi aprovado e publicado um total de 8 leis e 17 regulamentos administrativos, tendo as propostas de lei relativas ao Sistema Educativo do Ensino Não Superior, ao Trânsito Rodoviário e ao Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores sido já apresentadas à apreciação da Assembleia Legislativa. No próximo ano, iniciaremos não só a revisão do Código do Notariado e do Código do Registo Predial, como também concluiremos os projectos sobre o Regime Jurídico de Licenciamento da Actividade de Mediação Imobiliária, o Regime de Registo de Compra e Venda de Fracções Autónomas de Edifícios em Construção, o Regime de Arrendamento de Imóveis e o Regime Jurídico do Reordenamento de Bairros Antigos, e continuaremos a acompanhar os trabalhos destinados à elaboração da lei exigida pelo artigo 23.º da Lei Básica.

Dos projectos que entrarão em processo legislativo contam-se: o Regime de Indemnização, a Proibição da Venda em «Pirâmide», o Regulamento dos Táxis, o Regime de Segurança dos Produtos, o Regime Geral das Relações de Trabalho, o Regime de Contratação de Trabalhadores Não Residentes, o Regime de Segurança Social, o Regime de Doenças Transmissíveis, o Regime de Prevenção e Limitação do Tabagismo, o Regime de Ensino Superior e as suas normas complementares, o Estatuto das Instituições Educativas Privadas do Ensino Não Superior, o Regime da Escolaridade Obrigatória, o Regime Jurídico da Actividade Hoteleira e Similar e o seu regulamento, o Regime Jurídico de Conservação do Património Cultural, o Regulamento de Segurança contra Incêndios, o Fundo de Reparação Predial, o Regime de Atribuição, Arrendamento e Gestão de Habitações Sociais, o Regime de Entidades Gestoras de Edifícios e o do respectivo pessoal, entre outros.

Iremos instalar, no Portal Jurídico de Macau, um espaço destinado a recolher as sugestões dos cidadãos sobre a produção legislativa, incentivando os cidadãos a expressar as suas opiniões e a apresentar mais sugestões sobre a aplicação da legislação vigente, as necessidades de revisão, os diplomas que precisam de ser melhorados e os que deveriam ser produzidos, com vista a contribuir para o aperfeiçoamento do sistema jurídico da Região Administrativa Especial de Macau.

Ao longo do ano, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau e a Assembleia Legislativa desenvolveram as suas próprias funções e, através dos mecanismos de comunicação, foi elevada a interacção entre ambos os órgãos. No próximo ano, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, com base nos resultados do trabalho desenvolvido no passado e em cumprimento da Lei Básica, continuará a reforçar o diálogo e a interacção com a Assembleia Legislativa e desenvolverá esforços para aperfeiçoar o sistema jurídico vigente, em resposta às necessidades de desenvolvimento social.

No âmbito da cooperação com os órgãos judiciais, será realizado em meados do próximo ano o segundo Curso de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público, como será também efectuado o devido acompanhamento do segundo Curso de Habilitação para Ingresso na Carreira de Oficial de Justiça, sendo também atribuída a maior prioridade à formação oportuna de quadros para servir nos órgãos judiciais. Além disso, procederemos à simplificação dos procedimentos judiciais através da revisão do Código de Processo Penal e do Código de Processo Civil. Por outro lado, propomo-nos adoptar meios não judiciais de tratamento de infracções menos graves, procurando deste modo aliviar a pressão sentida nos órgãos judiciais, com o fim de elevar a eficiência na respectiva actividade e garantir serviços mais acessíveis à população.

6. ELEVAÇÃO DA QUALIDADE DOS QUADROS JURÍDICOS E REFORÇO DAS ACÇÕES DE CONSCIENCIALIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

No âmbito da legislação vigente, a Região Administrativa Especial de Macau, encontra-se, neste momento, a enfrentar novos problemas e desafios resultantes da problemática complexa do desenvolvimento social. Para fazer face a esta realidade, é essencial elevar as capacidades técnicas e profissionais dos trabalhadores da área jurídica. No próximo ano, além de continuarmos a desenvolver as diversas acções de formação da área jurídica, iremos, com base nos laços de cooperação existentes, conceber acções de formação em áreas cruciais para o desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau, designadamente, cursos sobre as técnicas de produção legislativa, organizadas em conjunto com a Comissão dos Serviços Jurídicos do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, acções de formação sobre o Direito Internacional realizadas em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e acções de formação sobre a arbitragem, a intermediação e a reconciliação, para responder às novas exigências do desenvolvimento social.

Os princípios que nortearão todo o programa de divulgação jurídica serão os da generalização do Direito, da consciencialização da noção da importância de obediência à lei e do conceito de Estado de Direito. Continuaremos, com base nos laços de cooperação existentes, a reforçar a divulgação e promulgação da Lei Básica. Por outro lado, na sequência da publicação de diplomas novos e da aplicação da legislação fundamental vigente, o Governo promoverá

actividades específicas de divulgação da legislação junto dos cidadãos e dos funcionários, tendo em conta as realidades.

7. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS NO ÂMBITO DO DIREITO INTERNACIONAL E REGIONAL E CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES INTERNACIONAIS DA RAEM

Em Julho do corrente ano, foi aprovada a Lei da Cooperação Judiciária em Matéria Penal que regula os actos de cooperação judiciária a desenvolver entre a Região Administrativa Especial de Macau e os países estrangeiros. Até finais de Outubro, foram publicados 23 acordos multilaterais e 7 resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, entre os quais a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a Convenção-Quadro para o Controlo do Tabaco. Celebrou-se o Acordo sobre o Reconhecimento e Execução Recíprocos de Decisões Judiciais em Matéria Civil e Comercial entre o Interior da China e a Região Administrativa Especial de Macau, realizaram-se as negociações referentes ao Acordo sobre o Reconhecimento e Execução Recíprocos de Decisões Arbitrais, e prosseguiu-se o acompanhamento do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal. Por outro lado, com base no Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas celebrado com a Região Administrativa Especial de Hong Kong, tem sido cumprido o acordo segundo os procedimentos nele previstos.

No exercício dos poderes delegados pelo Governo Popular Central e com o seu apoio, a Região Administrativa Especial de Macau continuará a promover os trabalhos no âmbito da cooperação judiciária e do Direito Internacional e responsabilizar-se-á pelo cumprimento das suas obrigações internacionais.

8. APROFUNDAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO E ESFORÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE HARMONIOSA

Em resposta às necessidades de produtos alimentícios frescos e vivos em quantidade e qualidade, resultantes do desenvolvimento social, o Governo mobilizará recursos para fortalecer as capacidades de fiscalização sanitária dos serviços. Iremos promover a criação de uma base de dados respeitantes aos locais de origem dos géneros alimentícios vivos e frescos importados e um sistema de vigilância da rede de venda, como também melhoraremos os equipamentos e procedimentos de fiscalização sanitária e de desalfandegamento. O Governo intensificará a fiscalização sanitária e o controlo da higiene do Mercado Abastecedor e do Matadouro.

Na sequência de um processo de auscultação, serão elaborados um conjunto de diplomas relativos à gestão de mercados, vendilhões e estabelecimentos que detêm géneros alimentícios perecíveis, bem como diplomas que regulam a posse de animais, a fiscalização da actividade veterinária e clínicas veterinárias e o exercício profissional de veterinários privados.

Com vista a melhorar e a aumentar o equipamento social dos bairros antigos e a corresponder às necessidades resultantes do desenvolvimento das zonas novas, iremos planear a reconstrução de mercados antigos e a edificação de novos mercados, acompanhando a evolução social e a mudança de hábitos dos cidadãos.

O Centro de Prestação de Serviços do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais desenvolverá esforços para aperfeiçoar as funções do sistema de gestão das relações com os utentes, introduzindo a modalidade de serviço interactivo, proporcionando assim um atendimento personalizado aos cidadãos. O Governo continuará a aperfeiçoar o mecanismo de fiscalização dos serviços, otimizará os circuitos de trabalho, reordenará, com flexibilidade, os meios de atendimento e realizará, periodicamente, acções de inspecção e avaliação.

O Governo potenciará as capacidades do “acesso de serviço único” do Centro de Serviço Telefónico Inteligente, como também conceberá um novo sistema para a recepção de queixas e fará estudos para a instalação de um programa informático na *internet* que permitirá aos cidadãos acompanharem o andamento dos processos de queixas, sugestões e reclamações, no sentido de aumentar a transparência dos trabalhos e reforçar a fiscalização externa. Em colaboração com outros serviços públicos, planearemos a criação de um sistema simplificado de triagem e transferência de processos, que sirva para racionalizar os circuitos de triagem e transferência e reduza o tempo necessário para o envio do expediente. Iremos melhorar o sistema de inspecção de veículos vigente, para efeitos da elevação da sua eficácia. Por outro lado, iremos reforçar as acções de fiscalização da qualidade de serviço dos táxis, como também iremos apresentar uma proposta concreta sobre a emissão de mais licenças de táxis.

O Governo continuará a proceder ao embelezamento das vias públicas dos bairros antigos, em articulação com a divulgação da qualificação de Macau como Património Mundial. O Governo continuará a melhorar os equipamentos desportivos e recreativos, para que se conjuguem esforços na preservação da imagem de Macau enquanto cidade saudável. O Governo efectuará um estudo global das árvores plantadas nas bermas das estradas, para encontrar uma solução para a sua melhor conservação. Com a entrada em vigor da Convenção Fitossanitária Internacional, o Governo acelerará as obras para a criação de um laboratório de fiscalização fitossanitária, com vista a fortalecer a capacidade preventiva contra espécimes biológicos nocivos.

O Governo irá estimular activamente as associações locais a desenvolver as suas actividades, com vista a elevar, por meios diversificados, o nível cultural da população. O Museu das Artes e o Centro Cultural desenvolverão o seu papel de plataforma, continuando a fortalecer as relações de cooperação com os organismos culturais do Interior da China e do exterior. O Governo empenhar-se-á no apoio à criação artística local, promovendo iniciativas culturais de origem local. O Museu das Ofertas sobre a Transferência de Soberania de Macau continuará empenhado em promover os valores patrióticos, fomentando a solidariedade.

As acções prioritárias de promoção da educação cívica programadas para o próximo ano

incidirão sobre os temas de segurança alimentar, saneamento básico, o Regulamento Geral dos Espaços Públicos, a boa vizinhança e a solidariedade entre as pessoas. Iremos produzir uma compilação de material didáctico relativo aos dados de divulgação da educação cívica. Continuaremos a alargar o âmbito do programa de separação e reciclagem de resíduos domésticos e desenvolveremos acções de estudo e divulgação, no âmbito do saneamento básico e protecção ambiental. Iremos organizar um vasto inquérito no âmbito da educação cívica, que servirá de referência para o aperfeiçoamento de serviços.

9. ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PROMOÇÃO DO RECENSEAMENTO ELEITORAL *ON LINE*

Iremos promover o recenseamento eleitoral junto dos jovens, com a colaboração das entidades da sociedade civil e das instituições educativas. O Governo estudará a viabilidade dos eleitores poderem efectuar o seu recenseamento ou a actualização dos dados nas instalações da Administração que disponham de equipamento informático apropriado. O Governo passará também a disponibilizar o serviço de recenseamento eleitoral *On Line*, que permitirá aos cidadãos que possuam a certificação electrónica tratar dos trâmites processuais através da internet.

O Governo irá dar início aos trabalhos preparatórios no âmbito das eleições do próximo Chefe do Executivo em 2009 e as eleições para a 4.^a Assembleia Legislativa. Vamos enviaar esforços para que em 2007 possam estar concluídos os estudos e os trabalhos de redacção dos projectos e realizar a auscultação de opinião pública, a fim de garantir que esses projectos estejam prontos para serem entregues à Assembleia Legislativa em 2008, para efeitos de apreciação.

Até finais de Outubro de 2006, um total de 74 países e territórios acordou em conceder o privilégio da isenção do visto de entrada ou da obtenção do visto à chegada aos portadores do passaporte da Região Administrativa Especial de Macau, ou seja, 57 países e 15 territórios acordaram em conceder o privilégio da isenção de visto de entrada e 2 países o privilégio de obter o visto à chegada. Com o auxílio do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China na Região Administrativa Especial de Macau, serão prosseguidos os trabalhos de divulgação junto dos residentes de Macau de nacionalidade chinesa, em relação ao seu direito de usufruírem de protecção consular e de recorrerem aos serviços de embaixadas chinesas, quando se encontram no estrangeiro. Entre 2007 e 2008, o Governo pretende implementar o programa de emissão de documentos de viagem electrónicos.

No âmbito dos trabalhos de reintegração social e de recuperação de delinquentes juvenis, com a entrada em vigor do Regime Tutelar Educativo de Jovens Infractores, o Governo irá manter uma estreita ligação com os serviços competentes e estabelecerá os mecanismos de aplicação e de acompanhamento das medidas concernentes. Iniciou-se a realização de um

amplo projecto de estudo relativo à idade de imputabilidade penal. Com base nesses resultados, o Governo irá apresentar um projecto sobre a viabilidade de alteração da idade de imputabilidade penal vigente, para efeitos de discussão alargada no seio da sociedade civil. No que diz respeito aos serviços de recuperação de jovens com problemas, o Governo reformulará, no próximo ano, o mecanismo de acompanhamento, de forma a torná-lo mais sistemático e rigoroso, concebendo projectos de aconselhamento obrigatórios e facultativos e reforçando os serviços de ressocialização.

A Comissão Consultiva para os Assuntos das Mulheres criou três grupos de trabalho especializado, no âmbito das políticas sobre as mulheres, direitos e legislação, e educação, divulgação e promoção, e determinou, de acordo com as realidades de Macau, o desenvolvimento de actividades subordinadas ao tema “Criem Um Lar Harmonioso”, numa fase inicial. No próximo ano, será dada continuidade ao estudo da legislação relativa à condição feminina, aprofundando os estudos de investigação e a análise de dados e apresentando sugestões que contribuam para o bem-estar das mulheres. Serão emitidas opiniões sobre as estratégias a prosseguir a médio e longo prazo e sobre as prioridades com que devem ser executadas. Serão também realizadas acções de divulgação que visam motivar as mulheres a participarem activamente nos assuntos sociais, em defesa dos seus próprios interesses.

Área da Economia e Finanças

Ponto de situação sobre a execução das linhas de acção governativa para o ano 2006

Em 2006, sob o impluso do aumento da exportação de bens e serviços e do investimento, a economia de Macau acelerou o seu ritmo de crescimento. No 1.º semestre deste ano, o Produto Interno Bruto cresceu, em termos reais, cerca de 17,7%, prevendo-se que a taxa de crescimento anual poderá ser superior à apurada no ano transacto. Todos os objectivos delineados nas Linhas de Acção Governativa para a Área da Economia e Finanças foram basicamente concretizados.

Promoção do emprego. Registou-se um aumento tanto no número de novos postos de trabalho, como no da população empregada. A taxa de desemprego situou-se num nível relativamente baixo. De Julho a Setembro do presente ano, a população empregada cifrou-se em cerca de 271 mil indivíduos, aumentando cerca de 30 mil novos postos de trabalho face ao período homólogo do ano transacto. A taxa de desemprego foi de 3,8%, significando uma redução de 0,3 pontos percentuais quando comparada com a de igual período do ano anterior; a taxa de subemprego foi de 1 %, correspondendo a uma redução homóloga de 0,5 pontos percentuais. As principais medidas adoptadas com vista à promoção do emprego foram as seguintes: reforço da comunicação e cooperação entre as partes patronal e laboral; melhoria das actividades destinadas à selecção e colocação de emprego e dos serviços de apoio prestados; aperfeiçoamento e enriquecimento do conteúdo do “Regulamento dos Incentivos e Formação aos Desempregados”, com vista a prestar apoio aos trabalhadores locais com idade igual ou superior a 40 anos para efeitos de mudança de profissão; intensificação e aperfeiçoamento da formação profissional e organização de cursos de formação de apoio ao emprego destinados aos indivíduos de meia idade; lançamento do “Programa de Formação para a Valorização de Recursos Humanos”, encorajando as pessoas empregadas para uma aprendizagem contínua; fomento da implementação do “Regime de Avaliação da Qualificação Profissional” e prestação de apoio aos residentes de Macau na obtenção da respectiva qualificação profissional a nível nacional; controlo rigoroso da importação de trabalhadores não residentes (TNRs), punido, nos termos da lei, as acções de contratação de trabalhadores ilegais; e conciliação de conflitos laborais, de modo a assegurar uma relação harmoniosa entre empregadores e empregados.

Apoio a pequenas e médias empresas. Foram reforçadas as funções do “Macao Business Support Centre (MBSC)”, com a prestação a pequenas e médias empresas de um leque de serviços mais variados que, entre outros, se destacam os de consultadoria, de informações, de intercâmbio com o exterior e de bolsas de contacto empresarial. Tem prestado assistência às ditas empresas para a criação de sistemas de contabilidade perfeitos, melhorando a sua gestão financeira, obtendo a “Certificação do Sistema Internacional de Gestão” e elevando a sua competitividade, através do uso das tecnologias de informação. Foram consolidados o “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas”, o “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas” e o “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas Destinados a Projecto Específico”, para a atenuação das dificuldades financeiras encontradas por essas

empresas e o melhoramento da gestão das suas actividades. Procederam-se alterações ao “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas”, principalmente no que diz respeito ao alargamento do âmbito de aplicação da verba de apoio, facilitação de condições de pedido, elevação do limite máximo da verba de apoio e prorrogação do prazo de reembolso da verba concedida, para que mais empresas dessa dimensão pudessem usufruir dos benefícios previstos nesse plano.

Consolidação e enriquecimento do CEPA. Foi bem sucedida a implementação do CEPA. Os tipos de mercadorias exportadas tem vindo a aumentar gradualmente. Até finais de Setembro deste ano, a Direcção dos Serviços de Economia já emitiu 252 “Certificados de Prestador de Serviços” de Macau para 34 companhias, algumas das quais já entraram ou estavam em fase de preparação para entrar no mercado da China Continental. Foram já instalados pelos residentes de Macau, mais de 200 estabelecimentos industriais e comerciais em nome individual, em mais de dez províncias e cidades chinesas. Alguns profissionais, como advogados e médicos, participaram nos respectivos exames nacionais, obtendo as necessárias qualificações profissionais para o exercício das suas actividades. Quanto à facilitação do comércio e investimento, registaram-se em diversas áreas, progressos nos trabalhos de diferentes níveis. Em Junho do corrente ano, foi assinado o Suplemento III do CEPA, tendo sido determinados os critérios de origem de mais 24 itens de mercadorias novos, com isenção de direitos aduaneiros. Assim, a partir de 1 de Julho do corrente ano, o número de mercadorias, com critérios de origem devidamente determinados, e isentos de direitos aduaneiros, totalizava 625, tendo ainda alargada a liberalização dos requisitos de acesso ao mercado do Continente a 8 sectores de serviços, incluindo os jurídicos, de convenções e exposições, entre outros. Em relação à facilitação do comércio e investimento, foi introduzida matéria relativa à cooperação no âmbito da protecção da propriedade intelectual, aumentando para 8 as áreas de cooperação. Por outro lado, foi acrescentada a indústria de convenções e exposições no tocante à cooperação industrial. O CEPA, para além de desempenhar um papel significativo na promoção de intercâmbio e cooperação entre o Continente e Macau, nos domínios económico e comercial, cria condições para fomentar um ambiente relativamente favorável para o desenvolvimento económico global do Território, especialmente a implementação da política de visto individual que tem desencadeado efeitos benéficos importantes para a recuperação económica geral e o desenvolvimento relativamente acelerado de Macau.

Avanço na construção do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai/Macau. Ficou basicamente concluída a construção das infra-estruturas do Parque, tendo, a partir do dia 18 de Outubro deste ano, entrado em funcionamento, a título experimental e durante 24 horas por dia, os postos fronteiriços instalados no Parque entre as Zonas de Macau e de Zhuhai. Têm vindo a ser excelentes a comunicação e a cooperação entre as duas partes na construção das suas Zonas, cujos processos foram praticamente realizados em sincronia. Relativamente à Zona de Macau, os projectos de investimentos captados correspondiam aos critérios da diversificação do tecido industrial, dos quais 7 se relacionavam com a concessão de terrenos para a construção de fábricas e 16 eram relativos ao arrendamento de instalações do edifício industrial.

Reforço da fiscalização do sector do jogo. Procedeu-se à elevação do nível técnico de controlo sobre o sector do jogo através da melhoria do sistema de fiscalização computadorizada. Actualmente, cerca de 90% das máquinas de jogos são fiscalizados via “on-line”. Para reforçar os trabalhos de contagem do numerário contido em todas as caixas de bancas dos casinos, foi, para o efeito, criada uma equipa especial de inspectores. Realizaram-se ainda acções destinadas à formação do pessoal, de modo a elevar a sua capacidade de inspecção. Iniciaram-se os trabalhos de registo e de licenciamento dos promotores de jogos e dos seus colaboradores. A partir do dia 1 de Junho deste ano, só os promotores e seus colaboradores licenciados podem exercer a sua actividade de promoção de jogos dentro de casinos. Foram definidos e implementados os “Requisitos Mínimos de Controlo Interno” que se destinam a servir de padrões mínimos no estabelecimento do seu sistema de controlo interno, para cumprimento das concessionárias. Empenhou-se, ainda, no reforço das acções destinadas à verificação, nos termos da lei, do cumprimento das normas contratuais por parte das concessionárias do jogo.

Manutenção da estabilidade e solidez das finanças públicas e da situação financeira. A execução das contas públicas apresentou um comportamento favorável, com significativo crescimento nas receitas arrecadadas. Nos primeiros nove meses do corrente ano, as receitas públicas (não incluindo as das entidades com autonomia financeira) foram de 19,51 mil milhões de patacas, representando um acréscimo de 18,5% comparativamente ao período idêntico do ano passado, das quais as oriundas dos impostos sobre o jogo ascenderam a 14,86 mil milhões de patacas, traduzindo um aumento de 13,7% em relação ao período homólogo do ano anterior e representando 76% das receitas públicas. No que diz respeito às despesas públicas (não incluindo as das entidades com autonomia financeira), o respectivo valor foi de 9,74 mil milhões de patacas, subindo 10,4% sobre o idêntico período do ano transacto, prevendo-se a obtenção de um saldo positivo na execução orçamental no final do ano, alcançando, assim, o objectivo previamente definido. Tem vindo a ser reforçada e aperfeiçoada a supervisão do sector financeiro, criando o Gabinete de Informação Financeira para intensificar as acções de coordenação no combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. O mercado financeiro tem mantido saudável e estável, com desenvolvimento do sector de forma sustentada, apresentando, de modo geral, os bancos e as seguradoras, melhoramentos nos seus resultados de exploração. Até finais de Agosto, os depósitos totais dos residentes situavam-se na ordem dos 152,9 mil milhões de patacas, correspondendo a um aumento de 18,3% relativamente ao ano transacto, enquanto que o total dos depósitos de não-residentes foi de 53 mil milhões de patacas, ou seja, um acréscimo de 13,8% relativamente ao mesmo período do ano passado. Até finais de Setembro, os activos (não auditados) da Reserva Cambial cifraram-se em cerca de 66,3 mil milhões de patacas e os activos (não auditados) do Fundo de Reserva, atingiram o nível de 11,48 mil milhões de patacas.

Melhoria da segurança social. Foi aumentado, em cerca de 26%, o valor das pensões de velhice, invalidez e social, tendo sido alargada a cobertura da segurança social para mais 10 tipos de trabalhadores por conta própria. Foram iniciados os trabalhos preparatórios para a criação do “Fundo de Garantia Salarial”. Foram adquiridos serviços de estudo a uma companhia

de consultadoria, sobre o regime de segurança social local, preparando para proceder à revisão global e à melhoria integral do mesmo sistema.

Defesa dos direitos dos consumidores. Foram envidados esforços no atendimento e tratamento atempados de queixas e consultas; no desenvolvimento de acções para a promoção e alargamento das “Lojas Aderentes” e das “Lojas Certificadas” e, na promoção do dístico do “Certificado de Ouro de Qualidade”, tendo ainda iniciado a construção do Laboratório de Análises do Conselho de Consumidores.

Intensificação dos trabalhos estatísticos. Foram realizados os “Intercensos 2006”, cujos resultados preliminares serão divulgados até ao final do corrente ano. Procedeu-se à melhoria dos trabalhos estatísticos e ao enriquecimento do conteúdo das publicações estatísticas.

Aperfeiçoamento de diplomas e regulamentos legais. Neste ano, os diplomas legais desta área, cujos processos de revisão ou de elaboração já foram concluídos ou se encontram a desenrolar-se incluem essencialmente os seguintes: “Regime de Administração Financeira Pública”; “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas”; “Lei do Regime Geral das Relações de Trabalho”; “Lei sobre os Princípios Reguladores da Contratação de Trabalhadores Não Residentes”; “Regulamentação da Contratação de Trabalhadores Não Residentes”; “Lei da Segurança de Produtos”; entre outros.

Reforço da cooperação económica e comercial com o exterior. Efectuou-se um melhoramento nos respectivos serviços, de modo a promover o investimento. Foi verificado um aumento contínuo de investimento estrangeiro, destinado a projectos de sectores económicos distintos e com capitais provenientes de diferentes países, indiciando uma diversificação do investimento realizado. Foram criadas delegações económicas nas cidades de Hangzhou, da Província de Zhejiang e de Jieyang, da Província de Guangdong, com vista a alargar a rede de cooperação económica e comercial com o exterior. Empenhou-se na co-organização do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, consolidando, assim, a posição e o papel de Macau como plataforma na cooperação económica e comercial sino-lusófona. E na perspectiva de desempenhar activamente este papel de Macau, foi prestada assistência às empresas de Guangdong e de Fujian para efectuarem visitas de prospecção de mercado ou para participarem nas feiras realizadas nas terras lusófonas, a fim de promover a cooperação económica e comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa. Tem participado activamente nos eventos de promoção comercial no âmbito da “Cooperação da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas”, para a promoção da cooperação entre os membros da Região. Foi realizada com sucesso a 11ª Feira Internacional de Macau.

Linhas de Acção Governativa para o ano 2007

Em 2007, beneficiando de um número elevado de factores favoráveis, prevê-se que a economia de Macau venha a entrar numa nova fase de desenvolvimento, perspectivando-se,

assim, a manutenção de um crescimento estável e saudável da economia global do Território. **As linhas gerais da governação definidas para o domínio da economia e finanças consistem em:** fomento do crescimento estável da economia e da diversificação adequada da sua estrutura; melhoria contínua da situação do emprego e da qualidade de vida da população em geral; reforço do apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas; participação activa na cooperação económica regional e elevação gradual da competitividade geral da economia e empenho na promoção da economia local para um desenvolvimento saudável, coordenado e sustentado. **Os objectivos delineados são:** crescimento estável da economia global; melhoria contínua da situação do emprego e do rendimento da população em geral; manutenção da estabilidade e solidez das finanças públicas e da situação financeira; aperfeiçoamento gradual da estrutura sectorial e melhoramento do ambiente de negócios.

Promoção da diversificação adequada da economia. Empenhar-se-á na consolidação do CEPA e na prestação de apoio à criação de marcas de qualidade para os produtos de Macau, desenvolvendo acções para a captação de investimento estrangeiro e estimulando as empresas locais para apostarem no desenvolvimento de novas indústrias, incentivando e dinamizando o desenvolvimento dos sectores de exposições e convenções, de logística e de outros considerados adequados à realidade local. Serão, ainda, desenvolvidos esforços na promoção do funcionamento eficaz do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai/Macau, através de captação contínua de projectos benéficos para a elevação da qualidade e a diversificação das actividades sectoriais do Território; na prestação de apoio à reconversão e à valorização do sector industrial tradicional, bem como na dinamização do desenvolvimento saudável do sector do jogo e turismo para impulsionar o desenvolvimento de outros sectores de serviços.

Reforço da fiscalização das actividades do sector do jogo. Será melhorada e aplicada, em todos os recintos de jogos, a tecnologia informática de fiscalização *“on-line”*. Para reforçar e aperfeiçoar a inspecção dos casinos, irá ser adoptada uma fiscalização à distância, com controlo electrónico, sincronizado e em tempo real para substituir o modelo da fiscalização in situ dos inspectores nos casinos. Empenhar-se-á na continuação da formação destinada aos inspectores do sector do jogo, a fim de elevar a sua qualidade de fiscalização, encorajando, em especial, o pessoal responsável pela realização de trabalhos de contabilidade e de auditoria, a frequentar cursos de formação desta área, reforçando, deste modo, a fiscalização das contas das concessionárias do jogo; na melhoria dos diplomas legais e regimes, no âmbito do sector do jogo, efectuando a inspecção do funcionamento dos casinos, nos termos da lei; na intensificação da fiscalização das concessionárias do jogo quanto ao cumprimento das normas contratuais, melhorando os trabalhos de auditoria e de inspecção de jogos; no reforço da fiscalização das actividades desenvolvidas pelos promotores de jogos e seus colaboradores, através do registo e do licenciamento dos mesmos; na prevenção e combate ao jogo ilícito e na luta contra o vício do jogo, em colaboração com os serviços competentes para a promoção do sector do jogo em direcção a um desenvolvimento saudável, num ambiente com condições mais benéficas para o incremento da estabilidade e da harmonia da sociedade.

Prestação de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas. Será criado

um centro de serviços orientado para as pequenas e médias empresas na prestação de serviços "One-stop", intensificando a coordenação interdepartamental, por forma a fortalecer os serviços governamentais disponibilizados a favor das referidas empresas. Serão envidados esforços no aperfeiçoamento do mecanismo de apreciação dos pedidos de contratação de mão-de-obra não residente para a atenuação efectiva e atempada das dificuldades relativas à falta de recursos humanos sentidas por essas empresas; na prestação de apoio para a formação de recursos humanos das pequenas e médias empresas; no reforço dos serviços prestados às empresas atrás citadas nas áreas de informação, de tecnologia, de gestão e de formação, ajudando-as a alargar as suas relações com o exterior e ampliar a sua rede do mercado, através da conquista de novos espaços de expansão das suas actividades no Continente ou no exterior; na consolidação e melhoria dos programas de apoio e de garantia de créditos a pequenas e média empresas, bem como dos regimes de incentivos fiscais e da bonificação de juros, por forma a dinamizar o desenvolvimento das empresas em causa; na prestação às citadas empresas, de assistência para melhorar o modelo de exploração e de gestão das suas actividades, ajudando-as a criar um sistema de gestão financeira perfeito e a mudar a sua forma de exploração de actividades; na revisão e alteração da legislação impeditiva ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas, fomentando e promovendo a realização de actividades de apoio destinadas às referidas empresas, por parte de associações cívicas.

Maiores esforços tendentes ao desenvolvimento dos recursos humanos. Serão intensificadas e aperfeiçoadas as acções de apoio ao emprego, implementando, com eficácia, as medidas de apoio ao emprego e os planos de formação destinados aos indivíduos de meia idade e com baixa escolaridade. Reforçar-se-ão adequadamente os recursos investidos na intensificação e aperfeiçoamento das acções de formação profissional, encorajando os desempregados e os trabalhadores efectivos a participarem em cursos de formação, no sentido de reforçar constantemente as suas capacidades e a qualidade de trabalho. Criar-se-á gradualmente um "Regime de Avaliação da Qualificação Profissional" perfeito, promovendo activamente a "Certificação Vocacional e a Certificação Profissional", de modo a elevar o nível dessas qualificações nos diversos sectores. Assente no aperfeiçoamento de diplomas legais e numa fiscalização eficaz de mão-de-obra não residente, será procedida, de forma adequada, à importação de recursos humanos estrangeiros, efectuando ainda revisão e melhoria dos modelos e procedimentos quanto à importação de trabalhadores não residentes, por forma a elevar a eficácia do respectivo processo de apreciação e dar respostas às exigências do desenvolvimento. Serão reforçados os estudos sobre o desenvolvimento e planeamento dos recursos humanos, com vista a promover a adequação dos recursos humanos ao desenvolvimento sócio-económico do território.

Manutenção da estabilidade e solidez das finanças públicas e da situação financeira. No âmbito da gestão das finanças públicas, será reforçada a regulamentação da gestão das receitas e despesas públicas, racionalizando a aplicação dos recursos financeiros, por forma a dinamizar o desenvolvimento económico e o progresso da sociedade. Proceder-se-á à melhoria do "Regime de Administração Financeira Pública", promovendo a eficácia da sua execução e continuando a aperfeiçoar as acções de fiscalização financeira das entidades com autonomia

financeira. Estimular-se-á a utilização das novas “Normas de Contabilidade”, reforçando e aperfeiçoando, de forma contínua, as facilidades destinadas à população, na área da cobrança de impostos. Empenhar-se-á na manutenção e consolidação da situação vantajosa de que Macau dispõe, isto é, de um regime fiscal simples com baixas taxas de impostos, intensificando os estudos das questões financeiras de Macau em causa. Relativamente à inspecção das actividades financeiras, serão aperfeiçoados os diplomas jurídicos do mercado financeiro, no sentido de reforçar e regularizar a fiscalização financeira, por meio de inspecções “on-site” e “off-site”, e outras medidas supervisoras junto das instituições financeiras, combatendo nos termos da lei, as actividades financeiras ilegais. Através do Gabinete de Informação Financeira, serão realizadas, de forma eficiente, acções de coordenação no combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, envidando esforços para assegurar o cumprimento rigoroso da legislação vigente, pelos bancos e seguradoras. Será lançado o “Sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real” (RTGS) em moeda de Patacas, para consolidar as bases financeiras. No âmbito da gestão da Reserva Cambial e do Fundo de Reserva da RAEM, será adoptada uma estratégia prudente e flexível na aplicação de fundos, com o objectivo de garantir a valorização dos seus capitais. Efectuar-se-ão trabalhos preparativos para a organização em Macau da conferência anual do Grupo Offshore de Supervisores Bancários de 2007.

Aperfeiçoamento do regime de segurança social. Tendo em conta o relatório apresentado pela empresa de consultoria e após recolhidas as opiniões públicas, proceder-se-á à revisão e aperfeiçoamento global do regime de segurança social, para a criação de um regime de segurança social que corresponda às características próprias e nível de desenvolvimento económico de Macau. Serão aumentado, de forma adequada, o investimento financeiro na segurança social e ampliada progressivamente, a cobertura da segurança social, efectuando estudos sobre a integração de mais trabalhadores por conta própria no referido regime. Criar-se-á o “Fundo de Garantia Salarial”, realizando esforços para o seu eficaz funcionamento. Cumprir-se-ão os princípios de prudência nos investimentos, para uma gestão eficaz do Fundo de Segurança Social.

Defesa dos direitos dos consumidores. Serão reforçados e regulamentados os trabalhos que visam defender os direitos dos consumidores, empenhando-se na melhoria dos diplomas legais em causa, para a criação progressiva de um mercado de consumo organizado, seguro e confiante. Será avaliado e aperfeiçoado o sistema de “Arbitragem de Conflitos de Consumo”, simplificando os processos de arbitragem e os procedimentos administrativos do respectivo Centro. O sistema e a rede das “Lojas Aderentes” e das “Lojas Certificadas” serão também alargados e melhorados, para reforçar o espírito e a capacidade de autodefesa dos consumidores. Empenhar-se-á na construção de uma imagem de confiança para Macau como um mercado internacional de venda de jóias e ouro de qualidade, à medida que se procederão ao reforço da cooperação entre os serviços, para o combate, em conformidade com a lei, de actos de burla aos consumidores, bem como ao estreitamento de laços e cooperação com organizações de regiões afins.

Intensificação da cooperação económica e comercial com o exterior. Envidar-se-ão

esforços para valorizar o papel de Macau como plataforma de serviços comerciais, empenhando-se na optimização das funções desempenhadas pelas delegações económicas destacadas nas cidades de Hangzhou, da Província de Zhejiang e de Jieyang, da Província de Guangdong, com vista a alargar constantemente a rede de cooperação com o exterior; prestando apoio coordenado ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, na prossecução das acções subsequentes à 2.ª edição do Fórum; desempenhando efectivamente esse papel de Macau e estimulando a cooperação sino-lusófona nos domínios económico e comercial. Por outro lado, serão desenvolvidos, no quadro do CEPA, trabalhos que visam impulsionar a cooperação entre a Província de Guangdong e Macau nas áreas da logística, exposições e convenções, pequenas e médias empresas, entre outras. Empenhar-se-á na promoção da cooperação económica Fujian-Macau, com ênfase no fomento da cooperação bilateral para a identificação de oportunidades nos mercados dos Países de Língua Portuguesa, participando activamente na cooperação económica e comercial da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas e empenhando na intensificação do intercâmbio entre entidades homólogas, principalmente para a promoção da cooperação com os membros da Região nas áreas que envolvem a economia e finanças, as pequenas e médias empresas, a protecção da propriedade intelectual e dos direitos e interesses dos consumidores, as actividades financeiras, entre outras.

Melhoria do ambiente de negócios. Serão procedidas revisão e alteração ou efectuados estudos quanto à definição de diplomas e regulamentos legais relacionados com a área de economia e finanças, nos domínios de comércio externo, indústria, investimentos, propriedade intelectual, inspecção do jogo, actividades financeiras, finanças públicas, impostos, trabalho, recursos humanos, segurança social, defesa dos direitos e interesses dos consumidores, etc. Em simultâneo, serão estudadas medidas para ajustar e aperfeiçoar os equipamentos dos serviços públicos, em resposta ao desenvolvimento socio-económico e às necessidades dos cidadãos, promovendo a disponibilização à população em geral, de maiores facilidades em termos de procedimentos administrativos praticados pelos mesmos serviços públicos, e empenhando-se na optimização de serviços administrativos e no melhoramento e divulgação dos serviços "One-Stop". Será intensificada a aplicação dos meios informáticos através da *internet*, com vista a acelerar o processo da implementação do serviço "governo electrónico", a par do aperfeiçoamento e enriquecimento do Programa "Carta de Qualidade", no sentido de tornar os serviços mais pragmáticos e adequados à realidade.

Aperfeiçoamento do Sistema de Indicadores Estatísticos. Empenhar-se-á no tratamento e análise das informações do "Intercensos 2006", na divulgação dos respectivos resultados globais e revisão das estimativas da população e dos indicadores respectivos desde finais de 2001. Será lançado o "Inquérito aos Orçamentos Familiares" para a recolha da informação actualizada sobre a situação das receitas e despesas das famílias do Território, com vista a aperfeiçoar os respectivos indicadores estatísticos. Divulgar-se-ão os índices de valor e de quantidade do volume de negócios do comércio a retalho, com o intuito de reflectir a sua evolução real e proceder-se-á à promoção e implementação da "Nomenclatura para o Comércio Externo de Macau/Sistema Harmonizado (NCEM/SH) Ver. 4".

Área da Segurança

Enquadrados pelos novos desafios que o desenvolvimento socio-económico hoje em dia nos vai colocando, prosseguimos, durante o corrente ano de 2006, as metas estabelecidas nas linhas de acção governativa para a área de segurança interna, com o sentido de responsabilidade próprio de quem tem a seu cargo a execução de tão importante vertente das políticas públicas para esta área específica da governação da Região Administrativa Especial de Macau. Pretendemos não só um acompanhamento dos estádios de desenvolvimento da RAEM, mas também a promoção do crescimento qualitativo dos serviços quanto ao desempenho das respectivas atribuições. Pensando o estado actual da sociedade, as autoridades de segurança têm ajustado, planeado e executado as medidas de prevenção e combate à criminalidade em função da evolução que vão registando. As corporações e organismos das FSM na implementação das acções decorrentes das suas atribuições e competências, não descutam o aperfeiçoamento constante. Nesse sentido caminham a optimização da gestão interna, a consolidação da disciplina, o incremento da qualidade dos serviços e respectivas capacidades, tudo isto com o objectivo de garantir que os cidadãos vivam em paz e tranquilidade, de manter uma boa imagem internacional de Macau e de promover o desenvolvimento sócio-económico. Foi na senda de tal desiderato primordial que desenvolvemos os trabalhos de que aqui deixamos referência:

Sob o comando e a coordenação dos Serviços de Polícia Unitários(SPU), foram intensificadas operações conjuntas e acções de recolha de informação criminal. Por outro lado, foram desenvolvidas operações conjuntas policiais transfronteiriças de grande envergadura destinadas ao combate ao jogo ilícito, sendo descobertos diversos casos graves e desmantelados vários grupos criminosos. Sensíveis às preocupações das demais áreas de governação presentes nas iniciativas legislativas específicas, as autoridades de segurança não pouparam esforços na prevenção da criminalidade mais sofisticada, como sejam, o terrorismo e o branqueamento de capitais.

Os Serviços de Alfândega(SA) têm feito convergir os valores do respeito pela legalidade e do incremento da fluidez das relações comerciais, para tanto reforçando as medidas aduaneiras, melhorando os equipamentos de “hardware” e agilizando o desalfandegamento no sentido duma boa articulação com o desenvolvimento económico da RAEM. Foram estudadas diversas medidas destinadas à facilidade na passagem das fronteiras, tais como a possibilidade de unificação da declaração alfandegária suportada por um processo de rigorosa autenticação e fiscalização dos dados registados. Por outro lado, os SA negociaram com a China Continental a abertura da via marítima entre Macau e Shenzhen e incrementaram os procedimentos com vista à facturação electrónica em articulação com as companhias que operam nesta área de especialidade. Os SA, em colaboração com os serviços congéneres do território vizinho, interceptaram, não só, entradas ilegais de pessoas como a embarcações navegando sem a necessária licença. Por outro lado, procederam a várias acções de fiscalização na área da propriedade intelectual.

Os diversos planos de operações policiais definidas pelas autoridades de segurança foram efectivamente implementados. Prosseguimos a organização adequada das forças policiais,

preparando-as especificamente em várias valências em função das suas próprias atribuições e das situações concretas, bem como das tendências da criminalidade. Prevenimos e reprimimos tanto os crimes graves, de que são exemplo os que influenciam a economia da sociedade e o desenvolvimento saudável dos sectores do jogo e do turismo como outros que, embora mais leves, perturbam os cidadãos e os turistas. Oferecemos, sem dúvida, um constante combate às manifestações criminosas, o que levámos a cabo em nome da lei e da consolidação dos objectivos em que assenta o conceito de segurança pública interna.

Tendo em conta a caracterização das zonas habitacionais e da rede rodoviária, para além da patrulha apeada, o CPSP aumentou a patrulha motorizada, o que introduz maior flexibilidade e confere mais eficácia ao policiamento, por forma a responder rapidamente às ocorrências imprevistas. Paralelamente, e como medida complementar, vimos substituindo o livro de ponto por sistema electrónico de controlo de patrulha, e aumentando os pontos de patrulha em novas zonas ou zonas em desenvolvimento, bem como nas instalações importantes. Procuramos reprimir atempadamente os crimes “menores”, que são igualmente perturbadores dos cidadãos e dos turistas. Envidámos o planeamento de estratégias de intervenção das forças policiais, prioritariamente vocacionadas para o combate ao furto e ao roubo, bem como incidimos nas actividades de burla nas ruas. Ao mesmo tempo, foram destacados mais agentes para reforçar a fiscalização nos casinos e nas suas zonas periféricas. Os serviços policiais actuaram activamente contra os actos de prostituição e quaisquer lugares onde se verifica esta exploração ilícita da pessoa humana. Além disso, em colaboração com os outros serviços, procedemos às acções contra mão de obra ilegal, lojas ilícitas e pousadas ilegais, etc.

Relativamente à investigação e prevenção criminal, a PJ concentrou esforços no combate aos crimes relacionados com as associações criminosas e com o sector do jogo, bem como contra os crimes económicos e informáticos, para além dos relativos ao abuso de drogas, fenómenos criminógenos que, indiscutivelmente, perturbam a vida dos cidadãos. Foi desenvolvida a sensibilização sobre a cooperação entre a polícia e os cidadãos para a prevenção criminal, sendo intensificada a cooperação policial regional, sendo que, especialmente, foi reforçada a comunicação e cooperação com as polícias do continente chinês. Simultaneamente, recrutou-se mais pessoal e melhoraram-se os equipamentos por forma a elevar a capacidade de descoberta de crimes. Internamente, a PJ promoveu o melhoramento da comunicação e interacção interna, com resultados positivos e assinaláveis.

A vida interna do sistema de forças e serviços de segurança tem sido uma das nossas maiores preocupações, sendo que o seu aperfeiçoamento tem constituído um dos principais motivos de reflexão. Nesse sentido, vimos reforçando as medidas de controle e auditoria, visando não só a fiscalização do cumprimento da lei, como ainda, a eventual intervenção na organização dos serviços, quando tal se mostrar necessário. Assim, e como exemplo desta nossa afirmação, sublinhamos, de entre as medidas adoptadas, a implementação da Carta de Qualidade, que mantemos em permanente actualização pela introdução continuada e sistemática de novos “itens”, bem como as diversas directivas, instruções e orientações de

trabalho emanadas ou homologadas pelo Secretário para a Segurança, para além da permanente intervenção ao nível disciplinar, em cujo âmbito intensificámos a consciência da necessidade do respeito das leis por parte de agentes em todos os níveis da hierarquia, punindo com firmeza as infracções. Para consolidar e desenvolver o espírito de grupo das forças policiais, reforçou-se a comunicação e encontro com os subordinados, resolvendo solidariamente as necessidades dos subalternos. Formámos incessantemente o pessoal, elevando o nível de conhecimentos e as técnicas profissionais, treinando as capacidades físicas no sentido de majorar a qualidade dos agentes policiais, adequando-os à evolução dos tempos. Desenvolvemos também amplamente o intercâmbio e a cooperação policiais, a rede de informações e as operações conjuntas, o que muito contribuiu para elevar a eficácia e rentabilidade dos trabalhos de segurança. Acelerando o recrutamento de pessoal, continuámos a incrementar a formação e educação, ministrando-se cursos de formação aos agentes da linha da frente e formando-se o pessoal de direcção e chefia.

Persistimos em promover as boas relações de interacção entre a polícia e os cidadãos. Através de diversos canais mantivemos a ligação com os diversos sectores da comunidade. Para compreender as necessidades dos cidadãos, promovemos a ligação com as escolas, lojas e associações de moradores, recolhendo notícias de crimes e acompanhando as questões relativas à segurança. Através das actividades promotoras de policiamento comunitário, foram reforçados o combate à criminalidade no sentido de elevar a confiança dos cidadãos, o acompanhamento das questões dos jovens, a preocupação dos problemas emergentes do crescimento dos adolescentes e o reforço do trabalho de prevenção da delinquência juvenil.

O departamento policial responsável pelo trânsito concentrou o seu esforço na prevenção de ocorrência de acidentes rodoviários através de medidas que visam o cumprimento da lei, a educação e a sensibilização. Para articular com o desenvolvimento e reordenamento da sociedade de Macau, não só destacamos mais agentes para intensificar a vigilância do tráfego no sentido de assegurar a sua fluidez, como também incrementámos as actividades de intercepção, no sentido de conter a ocorrência dos graves acidentes de trânsito.

Relativamente ao serviço fronteiriço (entradas e saídas), empenhámo-nos na qualificação dos recursos humanos e materiais, com o objectivo de, sem prejuízo da eficiência e segurança, garantir a fluidez e rapidez da passagem de visitantes, e de impedir que os malfeitores entrem em Macau. Para facilitar os cidadãos, os Serviços de Migração implementaram activamente a Carta de Qualidade e o serviço ininterrupto nas horas de almoço. A criação e funcionamento do mecanismo de colaboração dos serviços policiais no âmbito dos postos fronteiriços de Zhuhai e de Macau reforçou a colaboração bilateral nesta área.

Mantivemos a aposta na formação do corpo de bombeiros e no incremento do treino e dos exercícios, elevámos o nível da sua prestação e da qualidade profissional. Na salvaguarda de segurança pública, no salvamento em caso de sinistro, e na gestão de equipamentos pesados, necessários aquando da ocorrência de calamidades, intensificámos, em articulação com os

demais organismos, a capacidade de prevenção e defesa perante os sinistros e as grandes calamidades no sentido de garantir a segurança pública.

O Estabelecimento Prisional de Macau (EPM) levou a cabo uma série de trabalhos relacionados com a sua reestruturação e legislação a ela conexas. O EPM reponderou o sistema de fiscalização e as instalações de segurança, promovendo a informatização de trabalhos administrativos e criando uma plataforma de intranet. Foi desenvolvendo trabalho preparatório para a construção da nova cadeia. Ministraram-se permanentemente cursos de educação cívica, proporcionámos actividades culturais e recreativas no sentido de empenhar os reclusos na valência da auto-correcção. Foi reforçada a cooperação com as cadeias das regiões vizinhas, sendo celebrado acordo de cooperação. Os trabalhos de transferência de pessoas condenadas foram desenvolvidos com sucesso e sem constrangimentos significativos.

No que diz respeito à gestão dos recursos, a Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau (DSFSM), através do serviço de apoio técnico-administrativo, reforçou a gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros das Corporações e Organismos das Forças de Segurança de Macau, implementando diversos planos destinados ao crescimento das infra-estruturas e ao melhoramento técnico, aperfeiçoando, ainda, a gestão do pessoal, das instalações e dos equipamentos, por forma a racionalizar os recursos e garantir o bom funcionamento dos serviços e o cumprimento efectivo das missões.

O sucesso alcançado durante o ano de 2006 constitui caução de bom desempenho quanto aos trabalhos a desenvolver no ano que se aproxima. Assim, nas linhas de acção governativa para a área de segurança interna para o ano 2007, cumpre distinguir os seguintes aspectos: Implementação rigorosa dos trabalhos conforme os conceitos e objectivos traçados nas linhas gerais de acção governativa do governo da RAEM, aprofundamento das reformas e consolidação da disciplina. Numa perspectiva de “melhor servir o cidadão” e numa visão inovadora, reforçaremos a consciência de sacrifício pelo bem público e o sentido de responsabilidade, garantindo a segurança dos cidadãos, cumprindo a lei, servindo cidadãos.

No próximo ano empenhar-nos-emos quanto a três aspectos fundamentais: 1, Reforçar a coesão interna do sistema de forças e serviços de segurança através do controlo disciplinar e regras de gestão, ajustando, sempre que necessário, a distribuição do trabalho e do pessoal. 2, Motivar as forças policiais para a entreaajuda no combate aos crimes de menor gravidade, que, não obstante, prejudicam seriamente a vida dos cidadãos em geral e dos turistas em particular. 3, Observar de perto a tendência do ambiente de segurança, combater os crimes relacionados com o jogo, a criminalidade relacionada com as seitas e os crimes organizados transfronteiriços no sentido de reprimir a ocorrência dos crimes graves.

Ao nível de gestão, prosseguiremos os princípios da simplificação, da unidade e da coordenação interactiva e auditada, nunca esquecendo a reforma da estrutura das FSM, aperfeiçoando a organização da estrutura interna de cada serviço, reordenando as funções de gestão e a distribuição das responsabilidades. Continuaremos a reorganizar a estrutura e a

melhorar a colocação do pessoal e manter-nos-emos em permanente observação quanto à prestação das corporações e organismos das Forças e Serviços de Segurança de Macau, procedendo ao reajustamento ou à reestruturação dos planos de trabalho, com privilégio para a especialização do pessoal.

O pessoal constitui a principal e mais preciosa riqueza das corporações, pelo que além do recrutamento contínuo do pessoal qualificado, iremos dar importância à sua formação e reforçar a comunicação interna no sentido de formar uma boa relação de trabalho, elevando a capacidade de resposta e incrementando a coesão das corporações. Melhoraremos a qualidade de trabalho através dos mecanismos de gestão, interna e externa, com vista a afirmar a boa imagem da polícia e dos serviços, dando importância à fiscalização por parte de cidadãos, da sociedade e dos media reforçando a confiança na corporação.

Com o desenvolvimento da economia e a expansão do sector de turismo de Macau, os trabalhos de segurança pública colocam-se perante grandes desafios, entre os quais, o 2.º Campeonato Asiático em Recinto Coberto do próximo ano. Iremos criar um grupo especializado no sentido de fazer um planeamento rigoroso, elaborando planos de segurança e prevenção do fogo bem como planos de exercícios a fim de garantir a sua boa realização.

As autoridades estão atentas à eventual evolução das ocorrências criminais mais leves, como o roubo, o furto e a burla para um tipo de ocorrências mais violentas. Nesse sentido iremos fazer um planeamento importante já no próximo ano, tomando medidas de prevenção activa, reajustando o patrulhamento nos locais mais vulneráveis à ocorrência de crimes. Será também reforçada a cooperação policial com as polícias do território vizinho visando a impedir a actuação dos criminosos. Tudo isto sem prejuízo da manutenção das operações convencionais de combate à criminalidade.

Perante a nova conjuntura do sector do jogo, iremos tomar medidas tendentes à prevenção e repressão dos crimes, tais como, os relacionados com o jogo ilícito, a usura e outras actividades criminosas ligadas, desenvolvidas ou potenciadas pelo jogo e à sua margem, para além das actividades relacionadas com crime organizado e transfronteiriço. Aceleraremos os procedimentos de investigação, intensificando as operações anti-criminais.

Resumindo as linhas de acção governativa e a estratégia expostas acima, destacamos aqui os pontos principais de trabalho das corporações e organismos:

1. Planear, sob o comando geral dos SPU, as operações policiais destinadas à garantia de segurança pública, à prevenção e ao combate da criminalidade. Desenvolver o trabalho de segurança em níveis diferentes tecendo a minuciosa teia da prevenção. Os SPU coordenarão a recolha e análise de informações e as operações policiais transfronteiriças no sentido de elevar a capacidade de resposta. O CPSP e a PJ otimizarão a sua performance, intensificando o trabalho da linha frente, o patrulhamento e os meios de controle. Por via da qualificação do pessoal e do recurso à ciência e à tecnologia nos trabalhos de polícia,

aumentar-se-á a capacidade de investigação criminal. Por outro lado, através de um planeamento rigoroso, combateremos as actividades criminosas, tais como o furto, o roubo a burla e o consumo de droga que perturbam directamente a vida da população causando-lhe insegurança, bem como os crimes relacionados com o jogo e os de associação criminosa. Serão levadas a cabo operações no sentido de garantir a estabilidade de estado e sentimento de segurança de Macau.

2. No plano interno, procuraremos afirmar cada vez mais a boa imagem da polícia a partir da sensibilização para um ideário de valores deontológicos. Através do aperfeiçoamento do sistema disciplinar, reforçaremos a coesão e o controle internos, no sentido de assegurar um serviço de boa qualidade, consolidando a relação entre a polícia e os cidadãos. Através da formação, promoveremos a melhor qualificação do pessoal. Desenvolveremos amplamente o intercâmbio e a cooperação policiais, bem como não pouparemos esforços quanto ao incremento da capacidade de execução das atribuições de cada corporação e quanto ao reforço da sua disciplina interna, além de tudo fazer no sentido do incremento do profissionalismo e da execução eficaz da missão.

3. O serviço policial responsável pelo trânsito concentrará o seu esforço na prevenção de ocorrência de acidentes rodoviários através de medidas que visem o cumprimento das leis estradais, a educação e a sensibilização. Para articular com o desenvolvimento e reordenamento da sociedade de Macau, colaboraremos activamente na ordenação do tráfego nas novas vias. Prestaremos atenção à fluidez do tráfego, à prevenção da sinistralidade bem como à sensibilização e educação sobre a segurança rodoviária. Desenvolveremos o estudo e projecto da instalação do sistema de fiscalização de vídeo "CCTV" nas vias públicas principais. Através de diversos sistemas de fiscalização electrónica, combateremos as transgressões no intuito de garantir a segurança dos utentes rodoviários.

4. Para prestar um serviço de migração de boa qualidade e eficácia, adoptaremos medidas adaptadas à evolução da situação, a fim de acelerar a passagem e atenuar a pressão dos fluxos respectivos. Iremos estudar a reestruturação dos Serviços de Migração bem como tomar medidas quanto à racionalização do respectivo pessoal no contexto da missão policial que também lhe cabe, dando primazia à especialização dos recursos humanos e autonomia do funcionamento do serviço. Melhoraremos e aperfeiçoaremos o sistema de passagem automática mediante o uso BIR inteligente. Desenvolveremos obras de ampliação do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco. Recorreremos à colaboração com serviços policiais vizinhos no sentido de reforçar a colaboração bilateral nesta área, e de assegurar a fluidez e a segurança nos postos fronteiriços.

5. Os SA estudarão e implementarão diversas medidas destinadas às facilidades de passagem automática nos postos fronteiriços, com recurso a métodos científicos no âmbito aduaneiro, promovendo a utilização do sistema do comércio electrónico para elevar a eficácia do trabalho, tudo no sentido de facilitar e apoiar o desenvolvimento dos sectores do turismo e da logística. Acompanharemos as obras de edificação do novo edifício de

comando dos SA e promoveremos o incremento da ditação de navios de patrulha. Por outro lado, incrementaremos o trabalho de gestão e de recrutamento do pessoal. A actividade aduaneira será reforçada através da introdução de equipamentos avançados, no sentido de melhor prevenir e reprimir tráficos ilícitos em compromisso com a fluidez das relações comerciais.

6. O EPM prosseguirá uma série de trabalhos relacionados com a sua reestruturação, optimizando a gestão e funcionamento, elevando a qualidade do pessoal, aumentando o grau de transparência de trabalho, no sentido de intensificar as atribuições sobre a orientação e apoio dos reclusos, com vista à auto-correcção e inserção social da população prisional. Além disso, serão iniciadas as obras da construção da nova cadeia.

7. Reforçar-se-á a gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros das Corporações e Organismos das Forças de Segurança de Macau com vista à sua distribuição e utilização racional. Promoveremos a informatização dos assuntos administrativos, simplificando o procedimento administrativo e elevando a eficácia de execução da lei. Recorreremos às mais modernas tecnologias para mobilizar e organizar de forma razoável as forças policiais. Serão implementados diversos planos destinados ao crescimento das infra-estruturas e ao melhoramento das técnicas, aperfeiçoando, também, a gestão dos recursos humanos.

8. No que diz respeito ao serviço de bombeiros, temos como objectivos a valorização profissional através do melhoramento das técnicas e das capacidades do pessoal. Em primeiro lugar, faremos uma organização racional a nível de operações, elaborando os planos de contingência, reforçando ao mesmo tempo a gestão, a formação do corpo dos bombeiros, elevando a qualidade do pessoal e investindo nos equipamentos avançados no sentido de melhor garantir a segurança das pessoas. O Gabinete Coordenador de Segurança, com o apoio do CB e demais organismos, aperfeiçoará a estrutura da protecção civil no sentido de elevar os índices de prevenção e protecção perante sinistros e grandes calamidades, optimizando a gestão e coordenação centralizada por forma a reduzir o efeito dos sinistros.

Relativamente à execução concreta das linhas de acção governativa da área de governação sob responsabilidade do Secretário para a Segurança, durante o ano de 2007, as corporações e organismos da sua tutela elaborarão planos de trabalho pormenorizados, tendo em conta a realidade e a particularidade das suas funções, fazendo-o com rigor e cuidado.

Em face das expectativas de desenvolvimento futuro da economia de Macau, bem como da evolução da actividade criminosa, temos por dever devotar-lhes uma atenção permanente, enfrentando-as com uma atitude aberta e ponderando-as em todas as suas vertentes, prevenindo as modernas tendências e evolução da segurança pública para que consigamos surpreender os criminosos e melhor combater a sua actividade. Por isso, procuraremos caracterizar a nossa intervenção estratégica e operacional pela maior eficácia e prontidão possíveis. Iremos

Área da Segurança

empenhar-nos na garantia da segurança das pessoas, dos bens dos cidadãos e dos turistas, com vista a salvaguardar a imagem internacional de Macau. Na consolidação da garantia da segurança da sociedade de Macau e de quem nos visita, caminharemos para a criação de uma sociedade harmoniosa em que os cidadãos vivam em paz e tranquilidade, e afeiçoando um ambiente propício ao investimento, seguros que estamos de que só assim contribuiremos para que a prosperidade sócio-económica da Região Administrativa e Especial de Macau se mantenha em crescimento.

Área dos Assuntos Sociais e Cultura

No ano de 2006, com o grande apoio prestado pelo Governo Popular Central, e face ao desenvolvimento geral de Macau, todos os sectores sob a tutela do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura aproveitaram e desenvolveram, com sucesso, os diversos recursos disponíveis, tendo sido reforçado o planeamento nas diversas áreas e exercidas de forma rigorosa as políticas programadas. Para além disso, acompanhando o desenvolvimento da sociedade e a fim de serem dadas respostas às necessidades sociais, os serviços empenharam-se na concretização dos objectivos estratégicos de elevação da qualidade de vida dos cidadãos.

No próximo ano, e com base nos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos, procurar-se-á aperfeiçoar os métodos de trabalho e elevar a eficácia na execução das políticas, bem como o aproveitamento dos recursos favoráveis ao desenvolvimento da sociedade será maximizado com vista ao melhoramento progressivo das actividades das diversas áreas.

Paralelamente, procurar-se-á reduzir o efeito dos eventuais factores geradores de instabilidade social. Em conjunto com a população, construir-se-á uma comunidade harmoniosa promovendo o desenvolvimento humano integral e saudável, no sentido de elevar a qualidade de vida e a competitividade geral de Macau.

No domínio da Saúde

No ano de 2006, e face à alteração da situação da saúde pública a nível mundial, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau centrou a sua actuação no reforço da capacidade de prevenção, controlo e tratamento das doenças transmissíveis, tendo implementado, com eficácia e em conjunto com o Continente Chinês e Hong-Kong, planos de prevenção e contingência relacionados com a pandemia da gripe, no âmbito de saúde pública.

Foram implementadas, com determinação, as medidas de prevenção e controlo das doenças transmissíveis tais como o SIDA, a Febre de Dengue e a Tuberculose, por forma a proteger a saúde da população de uma forma mais generalizada. Através da realização de vários estudos detalhados, foi aprofundado o conhecimento sobre o estado de saúde da população de Macau, os problemas de saúde comuns e a taxa de prevalência dos factores de risco nos adultos, entre outros. Preparou-se legislação e promoveu-se a sensibilização para um ambiente sem fumo e também a vigilância no domínio da segurança alimentar, bem como a preparação da candidatura de Macau como “comunidade segura”, tendo-se criado condições favoráveis para uma elevação do nível de saúde da comunidade.

Foram adoptadas diversas medidas, tais como a contratação de mais profissionais de saúde, a realização de cursos de formação e avaliações de conhecimento profissional destinadas ao pessoal de saúde, designadamente, nas áreas de cardiologia, ortopedia, estomatologia e neurologia, para assegurar que o nível de assistência médica de Macau possa ser melhorado e consolidado.

Encontram-se em curso obras de construção e ampliação das instalações médicas dos

Serviços de Saúde, tendo entrado em funcionamento o novo centro de saúde da Areia Preta. A esta unidade foram acrescentados o serviço de medicina tradicional chinesa e a consulta externa de desabitação do tabaco. Em simultâneo, e através da cooperação com entidades sem fins lucrativos, foram intensificados alguns serviços, nomeadamente cuidados de reabilitação comunitários, tratamentos de estomatologia para estudantes e visitas domiciliárias, tendo-se proporcionado aos cidadãos um serviço de cuidados de saúde, mais aperfeiçoado.

No sentido de melhorar a eficácia geral dos serviços médicos, foram desenvolvidos os recursos comunitários de saúde e foi ministrada formação aos médicos licenciados do sector privado, tendo-lhes sido permitido transferir os seus doentes para determinados serviços públicos de saúde, para efeitos de tratamento ou exame.

Para além disso, foi aperfeiçoado o regime de triagem e os espaços dos diversos serviços clínicos foram redefinidos em função do desenvolvimento, a médio prazo, do Hospital. Foi aumentado o número de serviços médicos destinados aos doentes renais, adoptou-se o sistema imagiológico de alta tecnologia e o sistema electrónico de requisição de análise laboratorial e desenvolveu-se o mecanismo de cooperação no âmbito da inspecção de medicamentos, entre outros.

Têm vindo a ser desenvolvidos os trabalhos relativos à elaboração de projectos de novos diplomas e à revisão dos diplomas legais existentes, por forma a conciliá-los com o desenvolvimento do Sistema de Saúde e no sentido do sucesso das reformas empreendidas.

Atento o rápido progresso da economia e as céleres mudanças verificadas na Sociedade, o Governo da Região Administrativa esforçar-se-á, no ano de 2007, no sentido da intensificação da execução das linhas de acção nas diversas vertentes dos cuidados de saúde, nomeadamente na prevenção da doença, no tratamento e na reabilitação, tendo em consideração os vários factores respeitantes ao desenvolvimento mais recente dos cuidados de saúde, às necessidades da sociedade e aos recursos disponíveis, vigiando atentamente a evolução dos diversos tipos de doenças transmissíveis, aperfeiçoando os planos de prevenção e contingência da gripe das aves e da pandemia de gripe com observância pelas orientações da Organização Mundial de Saúde.

A implementação de regulamentos internacionais de saúde será planeada e consolidado o mecanismo de emergência estabelecido em conjunto com as regiões vizinhas. Serão revistos os actuais programas de vacinação e estudada a inclusão de novas vacinas. Serão desenvolvidos, em profundidade, os trabalhos relacionados com o “Plano de Cidade Saudável” e, em resposta à estratégia global de “alimentação equilibrada e exercício físico regular”, promovida pela Organização Mundial de Saúde, será mobilizada a participação de toda a população.

As iniciativas destinadas a garantir a segurança comunitária e a elevar a qualidade de saúde da população serão desenvolvidas de uma forma mais abrangente e pormenorizada, e deverão incluir o estudo da localização de postos de serviço de saúde nas zonas recentemente

desenvolvidas, em função do crescimento urbanístico e da evolução demográfica.

Por forma a otimizar os serviços prestados aos cidadãos de Macau, quer no âmbito dos cuidados de saúde primários, quer no dos cuidados de saúde diferenciados, procurar-se-á o aumento da eficácia de gestão, através da optimização da organização dos diversos recursos e da consolidação da cooperação técnica com instituições e organizações de saúde do Continente Chinês, e do estrangeiro.

Será estreitada a cooperação com organizações médicas locais sem fins lucrativos e com instituições médicas do sector privado, elevada a eficácia geral das actividades médicas e impulsionado o desenvolvimento paralelo dos sistemas de saúde público e privado. Por forma a assegurar os trabalhos promovidos na área médica e na área de enfermagem, serão desenvolvidas, com dinâmica, a cooperação com a Organização Mundial de Saúde, no âmbito da medicina tradicional chinesa, bem como as actividades de promoção e ensino da saúde, em função das políticas de saúde. Os planos de criação de um centro de exame físico destinado a funcionários públicos serão concretizados e a complementarização do sistema de cuidados de saúde será aperfeiçoada, mediante a revisão de diplomas legais e a criação de infra-estruturas.

No domínio da Educação

Em 2006, o ensino superior desenvolveu-se de forma positiva e as instituições de ensino superior melhoraram a gestão da qualidade das técnicas do ensino, optimizaram as capacidades dos docentes e seleccionaram os melhores alunos para frequência dos seus cursos, bem como melhoraram o respectivo ambiente de aprendizagem, por forma a elevar a qualidade do ensino em geral e a formar pessoas mais qualificadas.

No sentido de promover a reforma do ensino superior, procedeu-se à elaboração e alteração de vários diplomas legais respeitantes ao ensino superior, bem como as diferentes instituições foram apoiadas na revisão dos seus estatutos, por forma a consagrar a sua autonomia na criação de novos cursos, criando-se, assim, melhores condições para que as instituições de ensino superior possam exercer as suas actividades de ensino. Em Março, foi aprovado, pela Assembleia Legislativa, o “Regime Jurídico da Universidade de Macau”, e no início do corrente ano lectivo, entraram em vigor os seus novos estatutos e regulamentos internos.

Para fazer face ao desenvolvimento social e económico e às necessidades advindas do desenvolvimento de várias áreas de ensino, as instituições de ensino superior criaram novos cursos e alteraram a estrutura programática de cursos já existentes na área da Gestão Comercial e Industrial, Direito do Comércio Internacional, Gestão Turística Internacional, Gestão de Logística, Estudos Governamentais, Comércio Electrónico, Ciências do Ambiente, entre outros.

O Centro de Formação Técnica de Turismo e Jogos de Fortuna e Azar tem vindo a organizar cursos para formar pessoal qualificado para este sector. Por outro lado, foram criados cursos técnico-profissionais e cursos de línguas para satisfazer a procura de mão-de-obra dos diversos

sectores da economia e para incentivar os cidadãos à formação contínua.

As instituições de ensino superior têm vindo a aumentar o apoio financeiro à investigação científica, no sentido da intensificação da investigação nas áreas relacionadas com os jogos de fortuna e azar, da política referente à importação de mão-de-obra, do Direito Fiscal de Macau, dos espaços verdes ambientais e da gestão de turismo, sendo que alguns dos projectos de investigação obtiveram resultados positivos, como por exemplo na área da medicina chinesa, na área da concepção de programação informática e de tecnologias microelectrónicas.

O Governo da RAEM tem vindo a incentivar as instituições de ensino superior a intensificar o intercâmbio com o exterior, no sentido da promoção do desenvolvimento académico na área da investigação científica.

Para acompanhar o desenvolvimento sustentável da sociedade e no sentido da melhoria da qualidade de vida da população, torna-se necessária a formação de recursos humanos qualificados, pelo que o desenvolvimento do ensino superior a nível mundial continua a ser acompanhado, e têm sido promovidas reformas adaptadas à real situação de Macau e criadas melhores condições para que as instituições de ensino superior exerçam as suas actividades de ensino na RAEM.

Em 2007, será dada continuidade ao processo de revisão do “Regime Jurídico do Ensino Superior” e dos diplomas legais que o complementam, como também será preparada a implementação do “Regime de Avaliação do Ensino Superior”, e apoiadas as instituições de ensino superior na revisão dos seus estatutos de modo a promover a sua autonomia na criação de novos cursos.

As instituições de ensino superior continuarão a ser apoiadas com vista à intensificação da investigação científica, à optimização dos planos de estudos, bem como no regime de avaliação do ensino, assim como na escolha de novas formas de ensino que permitam aos estudantes obterem melhores resultados e na construção, a longo prazo, de diversos projectos de instalações e equipamentos académicos.

As instituições de ensino superior serão, ainda, apoiadas na criação de cursos conforme as necessidades do desenvolvimento social, e serão implementados cursos das mais reputadas instituições de ensino superior do exterior, e, paralelamente, serão intensificados os cursos de língua estrangeira e cursos de educação geral que permitam aumentar a cultura geral e a capacidade criativa dos estudantes.

A realização de actividades inter-universitárias continuará a ser apoiada, por forma a elevar as qualidades humanas dos estudantes do ensino superior, como também será intensificada a diversificação dos serviços de apoio ao prosseguimento de estudos de nível superior; do mesmo modo, as instituições de ensino superior de Macau continuarão a ser incentivadas a realizar intercâmbios de cooperação com entidades congéneres do exterior, de forma a

adquirem mais experiência na área do ensino e aumentarem a sua reputação no panorama do ensino superior internacional.

No âmbito do ensino não superior, em 2006, o governo da RAEM promoveu e impulsionou, globalmente, a elaboração de legislação deste sistema do ensino e a fim de concretizar as diversas reformas do sistema educativo, preparou-se para actualizar a sua estrutura de funcionamento, em termos administrativos e financeiros. Através do aumento do investimento, melhorou-se, ainda mais, o ensino em turmas reduzidas, reforçou-se o ambiente educativo das escolas, optimizou-se o aproveitamento dos recursos da área educativa e mediante a promoção do regime do pessoal de enfermagem da escola, concretizou-se efectivamente o plano de promoção da saúde escolar. A implementação de um total de 12 anos de escolaridade gratuita e a aplicação do regime do subsídio generalizado ao ensino secundário complementar constituem factores promotores do desenvolvimento da educação nas escolas.

Criou-se, igualmente, a Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Curricular, no sentido de promover, cabalmente, o desenvolvimento dos programas curriculares e da pedagogia. A melhoria da pedagogia, da atmosfera global do ensino e da aprendizagem contribuiu para aumentar a eficiência da aprendizagem dos alunos. Investigaram-se, igualmente, as razões do abandono escolar por forma a facilitar a adopção de políticas mais adequadas. Organizaram-se diversas formações e intercâmbios adequados ao desenvolvimento profissional do pessoal docente. Procedeu-se ao estudo do desenvolvimento profissional do pessoal docente de Macau, criando, assim, uma boa base para o aumento da qualidade do ensino. Foi realizada, formalmente, neste ano lectivo, a Avaliação Escolar Global, com vista a apoiar as escolas no seu aperfeiçoamento e desenvolvimento constantes. Na sequência da avaliação específica sobre a higiene escolar, iniciou-se a avaliação sobre o programa curricular e do ensino da Educação Física. As escolas continuaram a ser incentivadas a leccionar cursos técnico-profissionais e procedeu-se a uma avaliação da distribuição de recursos e da prestação de serviços no ensino especial.

Promoveu-se o desenvolvimento da educação de alunos sobredotados, e foi, gradualmente, criada uma rede de educação comunitária, tendo-se estabelecido o rumo do desenvolvimento da educação contínua no sentido da criação de um ambiente de aprendizagem permanente.

No que se refere aos serviços juvenis, a terceira fase da recolha de dados dos indicadores sobre a juventude foi concluída, e com base no estudo inicial sobre Estratégia do desenvolvimento integral dos jovens de Macau, elaborou-se a respectiva proposta. Paralelamente, promoveu-se o desenvolvimento global dos serviços juvenis, através da actualização das formas de financiamento dos apoios destinados ao desenvolvimento da juventude e do estudo sobre o modelo do funcionamento eficaz das associações juvenis, bem como da investigação sobre a criação do mecanismo das acções de formação para agentes e da implementação do plano de desenvolvimento saudável dos jovens.

Para além disso, e através de diversas medidas de apoio, reforçou-se nos jovens o amor pela Pátria e por Macau, a educação moral, os conhecimentos científicos e a educação artística.

Iniciou-se o estudo para a criação do Pavilhão de Exposições e Espectáculos Artísticos para Jovens, a fim de alargar ainda mais o espaço destinado a favorecer o crescimento dos jovens e fomentar o seu crescimento saudável.

Em 2007, o Governo da RAEM empenhar-se-á na promoção, junto das novas gerações, do amor pela Pátria e por Macau, de boas qualidades morais, da observância da disciplina e do cumprimento da lei. Com base na nova lei do sistema educativo não superior e a fim de aperfeiçoar o sistema normativo da educação, dar-se-á início aos trabalhos de revisão e consulta pública dos seguintes diplomas: Quadro geral do pessoal docente; Funcionamento das escolas particulares; Organização curricular; Conselho de Educação, entre outros, procedendo-se, ao mesmo tempo, à respectiva actualização do mecanismo de funcionamento administrativo e financeiro.

Através do aumento contínuo dos recursos, será assegurado o desenvolvimento da escolaridade gratuita. A concessão do subsídio de escolaridade gratuita por turma será estendida ao ensino secundário geral. A par da implementação da concessão generalizada do subsídio aos alunos do ensino secundário complementar, encontra-se em estudo a programação da implementação da escolaridade gratuita a este nível de ensino. O ambiente escolar e os equipamentos pedagógicos continuarão a ser aperfeiçoados.

Em simultâneo com a adopção de medidas eficazes de promoção de um desenvolvimento curricular estável, procurar-se-á concretizar o estudo e a definição do enquadramento da organização curricular, bem como a definição das competências académicas exigidas em cada nível de ensino.

Continuar-se-á a pôr em prática a avaliação escolar global e a desenvolver a avaliação específica. A rede escolar do ensino especial e os cursos técnico-profissionais continuarão a ser desenvolvidos. Serão disponibilizados os apoios necessários à promoção do sucesso da aprendizagem dos alunos com dificuldades de aprendizagem, dos repetentes, dos que abandonaram a escola e dos provenientes de famílias economicamente carenciadas. Realizar-se-ão concursos e actividades favoráveis ao desenvolvimento das potencialidades dos alunos para disponibilizar uma garantia sólida ao seu desenvolvimento diversificado e completo. Além disso, através da definição do enquadramento do regime dos docentes e da concessão de apoios financeiros às escolas, aumentar-se-ão, de forma programada, os diversos trabalhadores especializados em regime de exclusividade para diminuir o trabalho dos professores nas funções não lectivas, enriquecendo, gradualmente, os recursos pedagógicos na internet. Será dado seguimento ao resultado dos estudos do desenvolvimento profissional dos docentes. A formação de docentes, na própria escola, será aumentada e será incentivado o seu contínuo desenvolvimento profissional através do abandono provisório das funções lectivas. Continuar-se-á a fomentar o desenvolvimento da educação contínua, alargar-se-á a rede do plano

Prémio de Aprendizagem Permanente, assim como se investirão recursos para disponibilizar formas flexíveis de aprendizagem que se articulem com as diversas situações e necessidades daqueles que desejem estudar. Na área da juventude, serão elaboradas propostas sobre o desenvolvimento integral dos jovens e serão recolhidos os respectivos comentários. Reunir-se-ão os apoios das várias associações e instituições da sociedade para disponibilizar, aos agentes dedicados aos serviços juvenis, mais oportunidades de desenvolvimento profissional, incluindo acções de formação em liderança e gestão, criando assim, conjuntamente, com os jovens o ambiente necessário para o seu crescimento contínuo. Ao mesmo tempo, através da melhoria contínua dos espaços e instalações para a realização das suas actividades, disponibilizar-se-ão, para os jovens, mais oportunidades para participarem em actividades artísticas, recreativas, desportivas e acções de educação em grupo, bem como será aumentada ainda mais a qualidade das respectivas actividades e serviços, no sentido de, continuamente, fomentar o seu desenvolvimento integral.

No domínio da Acção Social

O trabalho desenvolvido na área de acção social, durante o ano de 2006, foi orientado, quer para o apoio à população mais vulnerável e carenciada na melhoria da situação de emprego e das suas condições de vida, quer para o reforço da rede social de apoio, por forma a dar satisfação às necessidades mais prementes da comunidade. A actualização do valor do subsídio de subsistência às famílias e a execução de um conjunto de acções, das quais se destacam o serviço de apoio a novos imigrantes em Macau, as actividades para a promoção de um ambiente comunitário harmonioso, o Plano de Apoio Comunitário ao Emprego e o Projecto de Serviço sobre Vida Positiva, que, junto da população mais carenciada, contribuíram para atenuar a pressão resultante das fragilidades da vida quotidiana, reforçar a confiança na reintegração profissional, intensificar a participação na vida em sociedade, assim como sensibilizar para a importância da harmonia na vida comunitária.

Relativamente aos jovens em situação de risco na fase de crescimento, ao envelhecimento populacional, às necessidades das pessoas portadoras de deficiência ou com perturbações derivadas do vício do jogo, melhorou-se o planeamento e a prestação de serviços com base nos serviços já existentes, sendo de destacar as seguintes acções: criação de um centro de protecção das crianças; introdução do Serviço de Acolhimento Familiar; execução do projecto "Luta contra a Adversidade" destinado a jovens e preparação para a entrada em execução do Projecto de Intervenção Comunitária; promoção do Programa de Formação de Orientadores para Idosos; avaliação da "Procura dos Cuidados Continuados para Idosos"; reforço dos serviços de encaminhamento e de apoio centrados na comunidade destinados às pessoas portadoras de deficiência e o aperfeiçoamento dos procedimentos de reabilitação dos jogadores compulsivos e dos toxicodependentes.

Do mesmo modo, desenvolveram-se esforços no sentido de criar, nos diversos domínios da acção social, sistemas de recolha de dados, quer sobre a situação actual dos serviços, quer

relativos à previsão da respectiva procura, por forma a obter uma referência segura e completa para o planeamento e o apetrechamento dos serviços.

Além disso, tendo em vista o objectivo de aperfeiçoar, continuamente, a qualidade dos serviços, através do envolvimento das instituições de serviço social e da contribuição dos próprios utentes, desenvolveram-se mecanismos que incluem um regime de avaliação, critérios de teste e mecanismos de execução, que proporcionaram condições favoráveis à cooperação entre os vários organismos envolvidos e à integração dos vários recursos comunitários disponíveis.

No sentido de acompanhar de perto o ritmo do progresso socio-económico de Macau e responder à procura interna de apoio por parte dos serviços sociais, a prioridade dos trabalhos a desenvolver no âmbito da acção social no ano de 2007 será auxiliar a população mais vulnerável, zelar pela melhoria da sua situação de emprego e das suas condições de vida, bem como promover a sua participação social. Simultaneamente, para fazer face aos eventuais problemas sociais, serão adoptadas medidas de natureza preventiva e desenvolvidos os necessários trabalhos para minimizar os efeitos negativos.

No próximo ano, o Governo da RAEM acompanhará activamente a tendência de subida dos preços do custo de vida e continuará a aperfeiçoar e aprofundar, quer os projectos de apoio financeiro às famílias carenciadas, quer outros projectos de apoio. Com a distribuição adequada e racionalizada dos recursos comunitários disponíveis pelas áreas de apoio ao emprego, a consolidação da função da família, a promoção da harmonia comunitária, o apoio aos imigrantes recém-chegados e a prevenção e tratamento da problemática do jogo, o Governo aperfeiçoará as redes de apoio e prestação de serviços, no sentido de providenciar o melhoramento contínuo da qualidade de vida da população mais vulnerável e carenciada. Os procedimentos adoptados na prestação dos serviços de apoio à população jovem serão reformulados e optimizada a sua eficácia, reforçando o conceito de prestação de serviços assentes na família e na comunidade; o serviço de acolhimento será remodelado; o Projecto de Intervenção Comunitária e o Projecto de Apoio Comunitário serão desenvolvidos em articulação com a reforma do Regime de Protecção Social da Jurisdição de Menores, de forma a sensibilizar os jovens das nefastas consequências da delinquência e reforçar, simultaneamente, a protecção social das crianças, por forma a prevenir a eventual reincidência e a promover um crescimento saudável.

Será dada continuidade ao processo de criação do Sistema Indicador do Envelhecimento da População da RAEM e, simultaneamente, a preparação da entrada em funcionamento do sistema de serviço de cuidados continuados para idosos, com o reforço dos serviços de apoio aos idosos com deficiências motoras ou demência senil, com o incentivo e promoção do plano de aprendizagem contínua dos idosos como forma de melhoria da respectiva qualidade de vida.

Pretende-se, ainda, que os diversos serviços de reabilitação sejam reforçados continuamente

e que a “equipa de apoio comunitário para reabilitação da saúde mental” seja criada de forma a assegurar, em tempo oportuno, o apoio aos necessitados, prevenindo a ocorrência ou minimizando os efeitos de perturbações individuais ou de grupo.

Ao mesmo tempo, será alargada a cobertura das acções de educação preventiva contra o abuso do consumo de drogas e do serviço de terapia de manutenção, disponibilizando aos utentes um leque de serviços diversificados destinados a reduzir os danos provocados pela toxicodependência. Em 2007, serão ainda organizadas a “Conferência de Alto Nível sobre a Problemática de Envelhecimento Populacional da Comissão Económica e Social para a Ásia-Pacífico da ONU” e a “Conferência Nacional sobre Prevenção e Tratamento do Abuso de Medicamentos 2007”, com o objectivo de dinamizar o intercâmbio entre os trabalhadores destes sectores, promover o desenvolvimento dos respectivos serviços e melhorar a qualidade do apoio prestado.

No domínio do Turismo

Na mesma perspectiva da afirmação de Macau como Cidade de Turismo multi-facetado de qualidade, procedeu-se ao lançamento do “slogan” “Macau – num Mundo de Diferença, a Diferença é Macau” como lema de campanha nesta área, retirando proveito da auspiciosa “marca” do Património Mundial para reforçar a implementação da imagem de Macau como “Cidade de Cultura”.

De acordo com o lema “Ano do Património Mundial de Macau – 2006”, foram organizadas, para reforço da imagem de Macau a nível internacional, diversas actividades promocionais de grande projecção, direccionadas para os principais mercados. Entre estas, destacam-se a da “Caça ao Tesouro VISA”, a do “Passaporte do Património Mundial de Macau” e a da “Visita de Familiarização da Imprensa Internacional”.

Refira-se, ainda, a realização de iniciativas baseadas na História e Cultura de Macau, como sejam o novo itinerário das “Excursões com Interesse Cultural” e o “Roteiro da Montanha Perfumada – História do Dr. Sun Yat-Sen”, e projectos como o do “*New Macau, New Guide*”, que inclui um concurso para a criação de novos itinerários turísticos para Macau. Por outro lado, com o lançamento de produtos com características inovadores, pretende-se afirmar Macau na Ásia, como “Cidade de Cultura e Entretenimento”, nas vertentes cultural, de entretenimento, convenções e exposições.

O aperfeiçoamento dos Serviços e dos mecanismos de informação continua a ser uma das prioridades, tendo entrado já em funcionamento o “Centro de Actividades Turísticas e Culturais” e o “Centro de Turismo de Negócios”.

Por forma a acompanhar o tendencial progresso do sector de convenções e exposições, promoveu-se o planeamento do desenvolvimento deste sector na RAEM. Em colaboração com a Associação Internacional de Congressos e Convenções (ICCA) irá dar-se formação aos

profissionais locais e proceder-se à sua publicitação nas regiões vizinhas e junto de organizações internacionais, com base no sucesso que obtiveram a “Mesa Redonda de nível ministerial sobre as Políticas para o Turismo da Ásia-Pacífico da Organização Mundial do Turismo” e da “44.ª Reunião da Comissão para a Ásia Oriental e o Pacífico”, contribuindo-se, assim, para a expansão do referido sector.

De acordo com as linhas estratégicas relativas ao desenvolvimento global da estrutura dos diferentes mercados turísticos, estreitou-se a relação de colaboração com a Administração Nacional do Turismo da China (CNTA) e a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, Guangdong/Hong Kong/Macau, Fujian/Macau.

Tendo em consideração a prioridade da estratégia de consolidação do mercado da Grande China (*Greater China*), tem sido intensificado o esforço promocional noutros mercados de origem, por forma a aumentar o número de visitantes daí provenientes.

Procedeu-se, por fim, à revisão de diplomas reguladores do sector turístico, aperfeiçoaram-se múltiplos procedimentos relativos ao licenciamento, intensificaram-se as acções de inspecção aos estabelecimentos ligados ao Turismo, combateram-se com rigor as irregularidades aí detectadas, melhoraram-se os mecanismos para reclamações e incentivou-se o sector privado no sentido da formação permanente do seu pessoal para a melhoria geral da qualidade dos serviços da indústria turística.

No que respeita ao desenvolvimento de um sector turístico multi-facetado e de qualidade, e no sentido da concretização da respectiva diversificação na actual conjuntura económica, serão aproveitadas as vantagens dos diversos recursos disponíveis nesta área, reforçando-se a sua integração e planificação, e acompanhando-se activamente as necessidades operacionais dos mercados, em colaboração com o sector privado.

No próximo ano, para além do incentivo à criação de novos produtos originais, será dada especial atenção à integração harmoniosa desses novos produtos turísticos no Património Cultural, por forma a permitir o seu conhecimento por todos os que visitam Macau, bem como usufruir das novas estruturas destinadas ao lazer e ao entretenimento.

Pretende-se que Macau seja tido como um destino multi-facetado e fascinante, atractivo de turistas de lazer, de negócios e de outros interesses, ampliando-se, assim, o respectivo mercado, e criando-se uma nova marca turística de alta qualidade.

No que respeita à estratégia da promoção turística, e tomando em consideração as últimas tendências dos mercados mundiais, serão envidados esforços em aspectos de pormenor, através da adopção de métodos inovadores, os quais devem destacar a diversificação e o encanto singular de Macau.

Dar-se-á continuidade ao estreitamento das relações com as entidades responsáveis pelo

Turismo na China Continental e do exterior, especialmente no âmbito da cooperação regional, por forma a aumentar a eficácia das promoções conjuntas e concretizar a situação “win win” no turismo regional.

As necessidades do desenvolvimento do sector de Convenções e Exposições serão devidamente acompanhadas, dando-se prioridade à elevação da qualidade dos profissionais e ao potencial competitivo do sector privado, e por forma a definir o posicionamento do Turismo de Negócios, serão acelerados os estudos do desenvolvimento deste sector, no curto e médio prazos.

Para fazer face ao rápido desenvolvimento do sector turístico, serão melhorados determinados aspectos e facilidades complementares; estreitar-se-á a colaboração com outros Serviços, bem como com o sector privado; a qualidade dos serviços turísticos será melhorada com base em conceitos inovadores; reforçar-se-á o sistema de tratamento de reclamações e queixas, tratando-se com rigor as situações de irregularidade.

Para além disto, proceder-se-á a uma maior divulgação dos diplomas existentes no âmbito do Turismo, sensibilizando-se a população para a cultura do Turismo e espírito cidadania, por forma a que se alcance, em conjunto, um desenvolvimento sustentado e auspicioso do Turismo de Macau.

No domínio da Cultura

Celebra-se, este ano, o 20.º aniversário do Festival Internacional de Música de Macau. Ao longo dos anos este Festival tem-se desenvolvido e evoluído, tendo-se tornado parte da vida espiritual dos cidadãos e transformado num monumento cultural de estilo único nesta pequena cidade.

Com a realização anual do Festival Internacional de Música de Macau e do Festival de Artes de Macau, fomenta-se o desenvolvimento cultural, em particular a educação artística local. Actualmente, várias dezenas de jovens artistas são subsidiados pelo Governo para frequentarem cursos de aperfeiçoamento no exterior.

Símbolo de uma nova era no desenvolvimento do ensino de dança em Macau, o Curso de Formação Profissional em Dança Chinesa e em Ballet Clássico em regime completo decorre já de forma normal, após um ano de prática pedagógica. As apresentações escolares levadas a efeito pela Orquestra de Macau e pela Orquestra Chinesa de Macau contribuíram para o grande impulso da educação artística dos jovens. Para melhorar gradualmente a protecção do património cultural de Macau, as zonas envolventes do património mundial foram incluídas nas zonas de protecção. Com a introdução de todas as melhorias e a atribuição de um novo nome, o programa de “Bolsas de Investigação Académica” adquiriu um carácter mais científico e atractivo para os investigadores de todo o mundo realizarem investigações sobre a história e culturas de Macau. A fim de promover os hábitos de leitura e apoiar a investigação académica,

foi realizado um estudo e uma consulta pública sobre o sistema de organização das bibliotecas públicas e da nova Biblioteca Central. Graças à cooperação cultural entre Guangdong, Hong-Kong e Macau, obtiveram-se grandes progressos a vários níveis, como sejam o da realização de espectáculos, de exposições e de projectos no âmbito museológico, cultural e bibliotecário.

No próximo ano, tendo em vista a formação de uma sociedade humanista e mais ilustrada, será reforçada a preparação de quadros qualificados em diversas modalidades artísticas e promovida, empenhadamente, a criatividade artística local. Os grandes eventos culturais locais serão desenvolvidos de forma a atingir, a longo prazo, prestígio internacional. Pretende-se, igualmente, criar um ambiente adequado ao desenvolvimento científico das indústrias culturais. Será, também, dada continuidade aos trabalhos de protecção do património cultural, intensificando o restauro, a requalificação e a manutenção dos pontos de interesse, melhorando gradualmente os mecanismos de gestão e de coordenação. As bibliotecas locais reforçarão a sua ligação com as bibliotecas da Região do Delta do Rio das Pérolas e do exterior, incluindo o trabalho preparatório da construção da nova Biblioteca Central. Será elevada a qualidade dos serviços prestados ao público nos diversos estabelecimentos culturais, bem como reforçada a cooperação e o intercâmbio cultural a nível regional e internacional.

No domínio do Desporto

Com base na experiência adquirida na organização dos 4.^{os} Jogos da Ásia Oriental, foi executado, de uma forma geral e pormenorizada, o projecto dos 1.^{os} Jogos da Lusofonia, servindo também de preparação dos 2.^{os} Jogos Asiáticos em Recinto Coberto a realizar em 2007. De acordo com o slogan “4 Continentes, 1 Língua, Unidos pelo Desporto”, o evento proporcionou a intensificação da profunda amizade que une os povos dos países e regiões participantes, que aproveitaram, com sucesso, a plataforma de um evento multidesportivo internacional. O evento permitiu efectuar uma larga promoção de Macau no exterior, afirmando a capacidade organizativa de Macau e criando oportunidades para futuras colaborações.

No ano de 2006, a entrada em funcionamento de várias instalações desportivas modernas contribuiu para a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento contínuo do desporto de alta competição e do programa Desporto para Todos.

Através da implementação de projectos de formação e dos apoios concedidos, foram elevados o nível de competição dos atletas locais e a qualidade profissional dos agentes desportivos e, ainda, detectados jovens talentos e reforçada a formação.

A organização de eventos desportivos internacionais permitiu um enriquecimento da experiência de competição dos atletas, bem como a promoção do intercâmbio técnico, o que veio a contribuir para a elevação do nível do desporto de alta competição de Macau.

Na área da promoção e da generalização da prática desportiva, tiveram lugar, este ano, no âmbito do Desporto para Todos, mais de 700 cursos de recreação e manutenção, destinados

a indivíduos de diferentes faixas etárias, proporcionando-lhes, assim, um maior número de oportunidades de praticar desporto, regular e continuamente.

Nesse contexto, foram organizadas actividades de grande dimensão, sob os temas da família, festas tradicionais, contacto com a natureza e integração social dos portadores de deficiência, concretizando-se, desta forma, o objectivo do Desporto para Todos.

A Rede das Instalações Desportivas Públicas, criada na sequência do aumento do número de instalações e da necessidade de optimização da utilização eficaz dos espaços desportivos, veio facilitar o acesso dos cidadãos de Macau a instalações desportivas modernas e confortáveis e traduziu-se na promoção da segurança desportiva, através de acompanhamento permanente dos praticantes, por monitores aí colocados para o efeito.

Foram definidos programas de melhoria da saúde pública e fixados critérios de avaliação da condição física da população, através de projectos, nos quais intervieram vários serviços públicos, elaborados com base nos dados recolhidos no estudo sobre a Avaliação da Condição Física da População, dando-se assim a devida relevância ao Desporto na melhoria da condição física da população.

Em 2007, o Governo da RAEM continuará a investir essencialmente nas políticas de elevação do nível do desporto de alta competição e na generalização do programa do Desporto para Todos.

Através de uma aplicação racional dos recursos, da optimização da prestação de serviços e do melhoramento dos modelos de funcionamento, serão criadas mais condições favoráveis a um maior desenvolvimento das actividades desportivas da RAEM.

O papel social do Desporto traduz-se na criação de bons hábitos desportivos e na prática regular de actividade física, determinantes para a qualidade de vida e saúde pública.

Assim, o Governo da RAEM dará particular atenção à promoção e consolidação das políticas de generalização da prática desportiva, através da diversificação e popularização de actividades promovidas no âmbito do Desporto para Todos, estimulando uma ampla participação dos cidadãos na adequação das políticas de desenvolvimento desportivo aos resultados da Avaliação da Condição Física da população de Macau, da criação de condições favoráveis à prática do desporto e do reforço das acções de educação e de sensibilização para os cuidados de saúde, especialmente para a necessidade de integrar hábitos desportivos no quotidiano da população.

Paralelamente, será promovido o desenvolvimento estável do desporto de competição. Assim, através de uma colaboração estreita com escolas e órgãos desportivos de associações, proceder-se-á à detecção e formação de novos talentos.

No sentido de aumentar a capacidade de competição de atletas, a qualidade profissional e a capacidade de gestão dos dirigentes desportivos, serão desenvolvidos programas de apoio e formação vocacionados para estes aspectos, incluindo a aplicação dos conhecimentos da medicina desportiva e serviços de cuidados de saúde, a participação em eventos internacionais de alta competição e o melhoramento dos mecanismos de apoio às associações.

Com as medidas enunciadas, pretende-se promover, com uma maior intensidade, o desenvolvimento do desporto de competição de Macau.

Na área dos equipamentos, será dada continuidade à política de optimização dos recursos desportivos e, neste contexto, a “Rede das Instalações Desportivas Públicas” será alargada física e funcionalmente, através da procura de um maior número de espaços desportivos.

Ainda, no sector dos equipamentos desportivos, será estudada a instalação de simuladores do desporto com fins recreativos. Paralelamente, serão organizadas competições internacionais de grande dimensão e realizados os 2.^{os} Jogos Asiáticos em Recinto Coberto, a cujos trabalhos será dedicado o maior empenhamento, no sentido da promoção da internacionalização do desporto da Região, do prestígio e do posicionamento de Macau no mundo do Desporto.

Área de Transportes e Obras Públicas

A situação da execução geral das acções da área de Transportes e Obras Públicas para o ano 2006 é a que seguidamente se discrimina:

Tendo em conta o desenvolvimento da sociedade e da economia, em 2006, a área de Transportes e Obras Públicas continuou a envidar todos os esforços para executar, oportunamente e por ordem de prioridade, o reforço da capacidade da rede de transportes no interior da cidade e da ligação desta com o exterior, a construção de infra-estruturas, o reordenamento das zonas urbanas, a reformulação das redes viárias, as construções ambientais. Através da melhoria das infra-estruturas habitacionais e comerciais, optimizaram-se os trabalhos em todas as áreas. Têm sido envidados todos os esforços para incentivar a diversificação das indústrias e melhorar a qualidade de vida da população.

A ampliação da placa Sul de estacionamento do Aeroporto Internacional de Macau foi concluída no terceiro trimestre do corrente ano. Está a ser executada a ampliação do terminal de carga do Aeroporto. A construção do novo terminal marítimo de passageiros no Pac On, Taipa, está a decorrer a bom ritmo. A reformulação, em grande escala, da Rotunda Ferreira do Amaral e das redes rodoviárias nas zonas envolventes elevará a capacidade de escoamento do trânsito daquela zona. Foi iniciado o aterro a Sul da Avenida do Dr. Sun Yat Sen para criação de espaços indispensáveis ao alargamento das vias públicas. Foi implementado o projecto da construção do túnel subaquático para veículos entre Macau e a Taipa.

Em 2006 foram iniciadas as tarefas de reordenamento dos bairros antigos. O Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos de Macau entrou em funcionamento e está a recolher opiniões de diferentes sectores da sociedade para a elaboração do respectivo regime jurídico. Concluiu-se o estudo sobre o planeamento urbanístico para criação das zonas novas. Através da execução de aterros visa-se satisfazer as carências de terrenos necessários ao progresso e ao sustentável crescimento social e económico de Macau.

Continuaram as obras de reordenamento e embelezamento das vias públicas e aperfeiçoamento de infra-estruturas das zonas urbanas. Está em curso a consulta pública sobre o projecto de reordenamento preliminar da zona circundante à Rotunda de Carlos da Maia, ao Porto Interior e à Barra. Foram efectuadas obras de manutenção nas partes comuns dos sete complexos habitacionais do Bairro Iao Hon, num total de 46 blocos. A praça do Tap Seac, a concluir em princípio do próximo ano, irá melhorar as infra-estruturas de trânsito e de turismo da zona e do bairro de S. Lázaro.

A construção de vários parques de estacionamento público subterrâneos ficará, sucessivamente, concluída até finais do corrente ano e no próximo ano. Foram aumentadas as instalações de trânsito e melhorado o ambiente de trânsito, de acordo com a situação real de todas as zonas urbanas. Foram adoptadas várias providências de modo a aperfeiçoar a gestão do trânsito. Foi iniciada a elaboração do projecto legislativo relativo à organização e funcionamento da Direcção dos Serviços de Tráfego e iniciada a auscultação da opinião pública sobre a introdução do Sistema de Transporte de Metro Ligeiro em Macau.

Área de Transportes e Obras Públicas

Aumentaram-se os recursos públicos destinados à construção de vários blocos de habitação social na Ilha Verde e em Mong Há no empenhamento de acréscimo de habitação social, de modo a resolver a questão habitacional das pessoas com baixos rendimentos. Foram iniciados os trabalhos para a melhoria da administração de edifícios de Macau, tendo sido coordenados e tratados, até o final de Agosto do corrente ano, 361 conflitos e queixas relacionadas com a administração de habitação social e de edifícios privados.

A fim de satisfazer as exigências resultantes do rápido desenvolvimento social e económico, aumentou-se o investimento na protecção ambiental. Além da ETAR de COTAI, em ampliação, e da ETAR do Parque Industrial Transfronteiriço, em construção, foram iniciadas as obras de ampliação da Central de Incineração de Resíduos Sólidos, a construção da Estação de Tratamento de Resíduos Perigosos e a construção do projecto piloto do sistema de recolha automática de resíduos sólidos urbanos.

Após se transformar serviço público permanente, a estrutura e as funções da Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações podem melhor responder às necessidades resultantes do rápido desenvolvimento das telecomunicações e das tecnologias da informação. Os trabalhos relativos ao licenciamento do sistema 3G de telecomunicações móveis foram realizados a bom ritmo, constituindo uma base favorável para nova era nas telecomunicações e das tecnologias da informação de Macau.

Realizados diversos estudos e definiram-se medidas concretas para um aumento gradual da percentagem de importação de energia eléctrica. Com o objectivo de introduzir fontes de energia mais limpas e assegurar o fornecimento estável de energia, concluiu-se o concurso para a concessão do serviço público de importação e transporte de gás natural. A reavaliação a médio prazo do contrato de concessão de electricidade criará condições para a redução das tarifas.

A fim de assegurar a segurança e a estabilidade da qualidade de abastecimento de água, foi constituído o Grupo Especializado Guangdong-Macau; paralelamente, foi também criado um grupo de emergência, interserviços, para adoptar soluções e disposições, com intuito de minimizar os prejuízos e os efeitos, para a população, resultantes da salinidade da água, que poderá afectar o território nos finais do corrente ano e no princípio do próximo ano.

As Linhas de Acção Governativa da área de Transportes e Obras Públicas para o Ano 2007 pautar-se-ão por:

Acompanhando os objectivos gerais das linhas de acção governativa da RAEM, as políticas da área de Transportes e Obras Públicas prosseguirão o objectivo de *“melhorar progressivamente as infra-estruturas para o desenvolvimento da cidade, incentivar a diversificação das indústrias sectoriais e melhorar a qualidade de vida da população”*.

Com base nisto e tendo em conta o rápido desenvolvimento da sociedade e da economia, prioritariamente em 2007, na área de Transportes e Obras Públicas, implusionar-

–se-ão várias construções e planos, com o objectivo de aumentar a capacidade de recepção das fronteiras marítima, terrestre e aérea de Macau, aperfeiçoar as redes rodoviárias e os planos a longo prazo no interior da cidade, disponibilizar mais habitação social, proceder ao reordenamento dos bairros antigos, elevar a capacidade das infra-estruturas de protecção ambiental, construir uma nova era nas telecomunicações e das tecnologia da informação de Macau, introduzir fontes de energia mais limpas e assegurar a qualidade e a segurança do abastecimento de água.

Acompanhando a política de “vistos individuais”, iniciar-se-á a ampliação do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco de modo a aumentar a capacidade de recepção do Posto até 500 mil pessoas por dia. Após a conclusão da ampliação do terminal de carga do Aeroporto, proceder-se-á ao estudo sobre a execução de aterros na zona entre os *taxiways* para alargamento das placas destinadas ao estacionamento de aviões. O novo terminal marítimo de passageiros na Taipa, cuja conclusão se prevê o primeiro trimestre de 2008, acrescentará, através do ajustamento do projecto em tempo oportuno, o número de lugares para atracação de embarcações e um placa de helicópteros.

Desenvolver-se-á a construção do túnel subaquático para veículos entre Macau e a Taipa, constituindo uma artéria principal que liga a península de Macau à Taipa que possibilita a circulação ininterrupta de viaturas no período de tufões. Concluída a reformulação da Rotunda Ferreira do Amaral e das vias envolventes bem como o reordenamento das redes viárias junto da Avenida da Amizade e do Jardim das Artes, criar-se-á uma rede rodoviária sobreposta, de grande envergadura, com equipamentos comerciais, passagens para peões, estacionamento, lazer, arborização, turismo e outras. Por forma a elevar a capacidade de escoamento do trânsito, realizar-se-á a ampliação em grande escala, através de aterros adequados, da Avenida do Dr. Sun Yat Sen, no Porto Exterior.

Tomar-se-ão mais providências com vista a atenuar o problema de trânsito. Continuará o planeamento e a construção de vários auto-silos subterrâneos, a reformulação das redes rodoviárias nas diversas zonas urbanas de acordo com as necessidades, adoptando providências para reforço da segurança rodoviária, melhoria das instalações de trânsito, optimização dos serviços de transporte público, entre outros. Paralelamente, acompanhar-se-á a criação da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego. Far-se-á uma ampla consulta pública sobre a viabilidade de introdução do Sistema de Transporte de Metro Ligeiro, integrar-se-ão as atribuições de diferentes serviços públicos e optimizar-se-á a rede de transportes públicos existente, com o objectivo de, a longo prazo, aumentar a eficiência e a melhoria da gestão do trânsito no interior da cidade e intensificar a capacidade de recepção de turistas.

Para auxílio às famílias mais carenciados na aquisição de habitação, estão a ser construídos, em ritmo acelerado, vários blocos de edifícios destinados à habitação social em Mong Há e na Ilha Verde; foi ajustado o plano de construção de habitação social de acordo com a realidade e as necessidades de modo a aumentar a oferta de fracções; paralelamente, acelerar-se-á o

ritmo de apreciação de uma série de diplomas legais existentes que regulam a habitação social e habitação económica, aperfeiçoando o respectivo regime por forma a mais eficientemente aproveitar os recursos públicos.

Na promoção do plano de reordenamento dos bairros antigos, proceder-se-á a uma série de trabalhos: elaboração, pelo Grupo de Trabalho Interdepartamental, do projecto de regime jurídico para o reordenamento dos bairros antigos de Macau, recolha de opiniões através do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos, com vista a elaborar futura legislação. Realizar-se-á o realojamento dos moradores dos 4 blocos de habitação social do Edifício “Soi Lei”, criando condições para o reordenamento do Bairro Iao Hon. Disponibilizar-se-ão recursos, através da criação do Fundo de Reparação Predial, para promoção de obras de conservação e reparação dos edifícios antigos.

Através de novo planeamento urbanístico para criação de zonas novas, obter-se-ão terrenos em quantidade adequada para o desenvolvimento sustentável de Macau. Melhorar-se-á o trânsito de todas as zonas urbanas, o ambiente comercial e habitacional, de acordo com o papel de cada zona urbana e a sua necessidade do desenvolvimento, e promover-se-á o desenvolvimento harmonioso das zonas urbanas novas e antigas, através do ajustamento adequado do plano inicial e da melhoria da paisagem urbana, da beneficiação das redes rodoviárias e do reordenamento das redes de drenagem, entre outras formas.

Proceder-se-á à ampliação da ETAR de COTAI e da Central de Incineração de Resíduos Sólidos, à construção da estação de tratamento de resíduos especiais e perigosos e à execução do projecto piloto do sistema de recolha automática de lixo na zona norte, aumentando a capacidade de tratamento de resíduos e água residual de Macau. Em 2007, será formalmente criada a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental; de uma forma contínua e gradual, aperfeiçoar-se-á a legislação ambiental, intensificar-se-á a capacidade de monitorização e de estudo ambiental, divulgar-se-á a propaganda e a educação ambiental e promover-se-á o intercâmbio e a cooperação com entidades do exterior da RAEM, no âmbito da protecção ambiental, elevando a eficiência dos trabalhos ambientais.

Serão adoptadas providências e reforçada a supervisão para assegurar a segurança de tráfego aéreo e marítimo de Macau. No sentido de promover o desenvolvimento sustentável da indústria da aviação em Macau e rapidamente responder às necessidades dos operadores, negociar-se-ão, de forma activa, com a China Continental, condições de expansão das redes aéreas e de aumento da competitividade do Aeroporto Internacional de Macau. Reforçar-se-á a comunicação e cooperação com os organismos marítimos da região vizinha, intensificando a gestão das águas circunvizinhas de Macau, destacando-se a procura de soluções para a questão das embarcações ilegais. Serão concluídos os trabalhos preparatórios sobre o Centro Internacional de Matrícula de Embarcações.

Em 2007, Macau encaminhará para uma nova era nas telecomunicações e das tecnologias da informação. O sistema 3G de telecomunicações móveis entrará em funcionamento no

segundo semestre, de acordo com o calendário. Proceder-se-á ao estudo e planificação duma rede da banda larga sem fios, revendo-se o contrato de concessão da CTM, por forma a criar condições para a redução do custo de exploração e para o desenvolvimento saudável do mercado de telecomunicações de Macau.

Na área de energia, a concessionária, a quem será atribuída a concessão do serviço público de importação de gás natural, será exortada a assegurar a conclusão das respectivas obras dentro dos prazos estabelecidos, promovendo de forma gradual a utilização de gás natural na produção de energia eléctrica, reduzindo a emissão de gases poluentes. Foram concluídos os trabalhos de reavaliação intermédia do contrato de concessão de electricidade e será formalmente concretizada a redução das tarifas, a revisão da fórmula de cálculo da sobretaxa de ajustamento do preço de combustível, o aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização, que visam pressionar a concessionária a responder às exigências da sociedade.

No sentido de assegurar a segurança e a estabilidade de abastecimento de água, o do Grupo Especializado Conjunto Guangdong-Macau continuará a coordenar esforços com os serviços competentes da China Continental, no sentido de promover a implementação, com maior brevidade, das medidas, a curto, médio e longo prazo, para a solução do problema de salinidade. Para isso, a Capitania dos Portos constituirá um departamento com atribuições na gestão das actividades hídricas, para coordenação dos planos e construção de empreendimentos hídricos, a realizar entre a zona do delta do Rio das Pérolas junto de Macau e a China Continental. O reservatório de Ká-Hó será restaurado a fim de recuperar a sua função de reserva de água, planeando-se a sua ampliação bem com das duas ETAR's de Coloane, com vista a aumentar a capacidade anti-salinidade e a capacidade de tratamento do sistema de abastecimento de água.

Para além dos serviços de meteorologia e de monitorização, serão realizados vários estudos sobre a qualidade do ar. De acordo com o desenvolvimento urbanístico e a necessidade do funcionamento dos Serviços Públicos, efectuar-se-ão e aperfeiçoar-se-ão os trabalhos de cartografia e cadastro, conforme o planeado. Para facilitar os cidadãos serão lançados, em 2007, novos serviços postais e pagamento das facturas através da *internet*. A construção da ala principal do Centro de Ciência de Macau está em curso e irá proporcionar instalações importantes para a generalização e a educação do conhecimento científico e tecnológico de Macau.

Comissariado contra a Corrupção

Em 2006, no cumprimento das suas atribuições de combate à corrupção e de provedoria de justiça, o Comissariado contra a Corrupção continuou a orientar-se pela estratégia simultaneamente vocacionada para quatro áreas, “campanha anti-corrupção”, “prevenção”, “promoção de actos normativos” e “educação”. Empenhou-se, nomeadamente, em intensificar a supervisão das áreas objecto da atenção dos cidadãos, analisar os factores institucionais adversos a eleições limpas, impulsionar a promoção da integridade na Administração Pública, empreender projectos de pesquisa sobre áreas ligadas à vida da população, reforçar a educação cívica, generalizar o sentido da integridade de forma a promover, em múltiplos níveis, um ambiente íntegro em Macau.

Até Setembro de 2006, foram recebidas 636 queixas e participações, das quais 282 reuniram condições para se fazer o seu acompanhamento. Foram instruídos 38 processos e, juntos os transitados do ano anterior e os reabertos, o número dos processos tratados foi de 97. Até ao momento, 45 processos foram dados como findos, incluindo os 15 encaminhados para o Ministério Público. Acresce que, até Novembro, foram julgados vários processos remetidos pelo CCAC, entre os quais um sobre burla relativa a seguros, um relativo a corrupção passiva por agente alfandegário no Cais de Sampanas e outro de corrupção eleitoral, no âmbito das eleições para a constituição da 3.^a Assembleia Legislativa da RAEM, realizadas em 2005.

No referente ao combate à corrupção, foi concluída a investigação de 2 casos relacionados com as eleições, que envolveram mais de 200 pessoas. De entre os casos descobertos, salientam-se os de corrupção praticada por agentes de autoridade e de burla praticada por funcionários públicos. Terminadas as eleições legislativas do ano passado, o CCAC procedeu de imediato a um balanço das acções empreendidas e formulou propostas, já enviadas para consulta do Governo da RAEM.

Até finais de Setembro, foram recebidas 5.186 declarações de rendimentos e interesses patrimoniais e os declarantes foram maioritariamente funcionários e agentes públicos no início das suas funções ou que sofreram alteração do seu cargo. Até ao momento, nenhum funcionário foi juridicamente responsabilizado por falta da entrega da declaração dentro do prazo estabelecido.

No âmbito da provedoria de justiça, as queixas recebidas até Setembro totalizaram 192, incidindo na sua maioria sobre matérias referentes ao regime da função pública e a outras matérias estreitamente ligadas à vida quotidiana da população, enquanto o número de pedidos de apoio ou de informações recebidos foi de 531.

No tocante à pesquisa de funcionamento, foi concluído o projecto de pesquisa sobre o funcionamento da Divisão de Veículos do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, ao mesmo tempo que, numa outra subunidade do referido Instituto, a Divisão de Condução, a aplicação de medidas de melhoria foi objecto de acompanhamento. Por outro lado, desenvolveu-se, em colaboração com a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, um projecto que incide sobre os procedimentos no tratamento de obras ilegais.

Comissariado contra a Corrupção

No plano de pesquisa de regimes jurídicos, deu-se início a um estudo sobre a intervenção da Administração no uso e gestão de prédios privados.

Em 2005, o CCAC emitiu as “Orientações para uma Conduta Íntegra dos Trabalhadores da Administração Pública”. Actualmente, de entre os 55 serviços participantes no projecto, 49 já têm o seu código interno. Destes, 34 têm um código adequado às funções que desempenham, 15 optaram por adoptar directamente as “Orientações” produzidas pelo CCAC ou por lhes introduzir algumas normas adicionais que as completam, e os restantes, que ainda se encontram na fase de elaboração e terão o seu código interno próprio dentro em breve, usam as mesmas “Orientações” como instrumento transitório.

No intuito de aprofundar o conhecimento dos cidadãos sobre o funcionamento dos serviços públicos e sobre os diplomas legais com maior incidência na vida quotidiana da população, o CCAC lançará, em finais de 2006, a edição “Casos tratados pela Provedoria de Justiça”. Com esta edição, pretende-se dar a conhecer à sociedade, de forma acessível, alguns dos casos tratados pelo CCAC e que ocorrem com maior frequência ou se consideram mais ligados à vida quotidiana dos cidadãos.

No intuito de melhorar o sentido da integridade nos funcionários, continuaram a realizar-se palestras de sensibilização subordinadas a temas específicos e, até Setembro, num total de 36 sessões estiveram 2.012 participantes. A par disso, foram organizadas 34 palestras, destinadas a associações e empresas concessionárias que, por sua vez, contaram com 1.388 participantes.

No que se prende com a educação dos jovens para a honestidade, até finais de Setembro, 4.851 alunos do ensino primário participaram em 129 palestras sobre a “Nova Geração Íntegra”. Quanto aos alunos do ensino secundário, foi lançado o programa “Semana da Integridade” e foram realizadas palestras de sensibilização. Estão a decorrer os preparativos para a produção de material didáctico versando a honestidade. Uma página electrónica dedicada à honestidade da juventude também se encontra em fase de planeamento.

O CCAC empenhou-se em expandir as relações comunitárias e colher opiniões e sugestões relativas à promoção da integridade. Por outro lado, palestras sobre temas variados foram organizadas na Delegação do CCAC para associações e escolas. Há ainda a referir que, à Delegação, os cidadãos apresentaram 357 queixas, participações e pedidos de apoio e informações.

No capítulo de intercâmbio e cooperação internacionais, em 2006 o CCAC esteve representado em várias conferências internacionais de grande envergadura e com temas sobre o combate à corrupção, o que lhe permitiu alargar vias de cooperação internacional nessa área. Em Maio deste ano, o Comissário contra a Corrupção, chefiando uma delegação do CCAC, participou na 8.ª Reunião do Grupo de Iniciativa Anti-Corrupção da Ásia-Pacífico, em Manila, em que Macau se tornou membro da Iniciativa. No relatório anual relativo às tendências de corrupção na Ásia, publicado em Março pela Consultoria de Risco Político e Económico,

Macau é o 4.º melhor classificado, logo a seguir a Singapura, Japão e Hong Kong. A Transparência Internacional publicou, em Novembro, o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) 2006, onde Macau vem pela primeira vez contemplado. De entre os 163 países e territórios avaliados, onde se incluem 25 da região Ásia-Pacífico, o Território de Macau é o 6.º melhor classificado na região Ásia-Pacífico e o 26.º melhor classificado a nível mundial.

Em 2007, o CCAC continuará a procurar reforçar os meios de combate à corrupção, diversificar os serviços prestados no âmbito da provedoria de justiça, expandir as relações comunitárias e promover uma atmosfera íntegra para que esta se torne uma tendência social predominante e de adesão voluntária. Com a extensão a Macau da “Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção”, procurar-se-á, no quadro da aplicação do referido instrumento internacional, assegurar as acções de prevenção da corrupção e aprofundar o estudo dos respectivos regimes jurídicos vigentes.

Na área do combate à corrupção, o CCAC continuará a empenhar-se na melhoria do grau de integridade dos funcionários públicos, especialmente os dos quadros intermédio e superior. Em face do rápido crescimento económico e da intensificação e complexidade das actividades empresariais, que podem constituir factores nutrientes da corrupção, serão reforçadas as medidas de prevenção e supervisão sobre as suas ligações com os sectores públicos envolvidos, realizadas pesquisas de regimes jurídicos e de funcionamento, numa valorização do papel da provedoria de justiça na supressão de falhas administrativas, e será intensificada a cooperação com as associações, as instituições de ensino superior e as empresas, tendo por objectivo a difusão do sentido do primado da lei e da ética empresarial.

Na área da provedoria de justiça, a diversificação de formas de intervenção continuará a ser uma aposta, tendo por objectivo ajudar os queixosos a resolver os seus problemas concretos com maior celeridade. Quando, com a intervenção num caso, se revelar impossível resolver o problema de fundo nele envolvido, recorrer-se-á à pesquisa de regimes jurídicos e de funcionamento, como forma de acompanhamento. Em 2007 o CCAC procurará estabelecer parcerias na pesquisa de funcionamento com mais serviços públicos, à medida que serão empreendidos projectos de estudo sobre leis e regimes estreitamente ligados à vida da população. Para além disso, promover-se-á a divulgação, a níveis diversificados, das funções da provedoria de justiça.

Na área da sensibilização, continuará, em 2007, a realização de palestras com temas que variam de acordo com as áreas dos funcionários públicos, enquanto serão reforçadas permutas com o pessoal de direcção e chefia, no intuito de elevar o sentido da gestão ética nos serviços públicos.

No referente à sensibilização da juventude, a Delegação do CCAC, as escolas e as associações serão mobilizadas para um esforço conjunto visando divulgar, a todos os níveis, conceitos e valores morais correctos nos jovens de diferentes escalões etários. Para além disso, o CCAC esforçar-se-á por concluir o projecto de produção de novo material didáctico versando a honestidade e destinado aos alunos do ensino secundário.

Comissariado contra a Corrupção

Em 2007 serão reforçadas as acções de educação cívica, especialmente no que diz respeito à divulgação de uma consciência moral nos eleitores, que se tornará um projecto permanente, de desenvolvimento contínuo. No intuito de aprofundar as acções comunitárias e facilitar aos cidadãos a apresentação de queixas e participações, o CCAC estudará a criação de uma delegação sua nas Ilhas.

Com o desenvolvimento económico da RAEM, a situação da sua integridade torna-se objecto de uma cada vez maior atenção das organizações internacionais. O CCAC recebe de braços abertos a fiscalização e a avaliação feitas por organizações internacionais sobre Macau nessa área e fará tudo ao seu alcance para, juntamente com a população local, dar contributo ao seu desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau.

Comissariado de Auditoria

2006 foi um ano em que o Comissariado da Auditoria enfrentou sérias provas e desafios. Não obstante, o Comissariado nunca deixou de cumprir, de forma constante e determinada, as funções próprias consagradas no seu diploma orgânico, tendo realizado, de forma segura e metódica, a auditoria financeira às contas do Governo e várias auditorias específicas e de resultados, cumprindo assim a sua responsabilidade na fiscalização da boa execução e aplicação das finanças públicas.

Em 2006, a tarefa prioritária foi proceder à auditoria dos 4.^{os} Jogos da Ásia Oriental, que geraram grande preocupação no seio da população. Para além da auditoria financeira sobre Jogos da Ásia Oriental, procedeu-se a uma série de auditorias específica e de resultados sobre os arranjos financeiros e o funcionamento do “Comité Organizador dos 4.^{os} Jogos da Ásia Oriental – Macau, S.A.” e, ainda, sobre a construção das instalações e de recintos desportivos.

Através da análise dos vários aspectos acima mencionados, o Comissariado da Auditoria espera poder apresentar sugestões de auditoria com valor acrescentado, beneficiando a acumulação de experiência pelo governo da RAEM e com o objectivo último de que a organização futura de actividades de grande envergadura possa vir a ser mais eficiente e eficaz.

Relativamente à auditoria financeira que se realiza anualmente, com a auditoria orientada por risco já integrada nos seus objectivos a atingir a médio e longo prazo, em 2006, o Comissariado prosseguiu a análise e o estudo dos sistemas das operações financeiras públicas, a fim de ganhar valiosas experiências para a implementação, o mais breve possível, da auditoria orientada por risco.

Relativamente à auditoria de resultados e à auditoria específica, o Comissariado, com base na contínua avaliação de experiências e aferição de resultados, reforçou, em 2006, os factores de prudência e de rigor nos procedimentos de avaliação dos relatórios de auditoria concluídos. Em 2006, foram divulgados os relatórios de auditoria de resultados sobre a “Aquisição, utilização, manutenção, conservação e abate de equipamentos médicos” e “Assiduidade do pessoal de fiscalização dos Serviços Públicos e seu controlo”. No âmbito do programa de auditoria sobre os 4.^{os} Jogos da Ásia Oriental, o Comissariado da Auditoria já concluiu o “Relatório de auditoria das contas do Comité Organizador dos 4.^{os} Jogos da Ásia Oriental – Macau, S.A.”, o “Relatório de auditoria específica dos 4.^{os} Jogos da Ásia Oriental” e relatórios de auditoria de resultados sobre determinados aspectos dos 4.^{os} Jogos da Ásia Oriental.

Em 2006, o Comissariado manteve a realização de diálogos e encontros interactivos com os responsáveis pelos sectores financeiros dos serviços públicos e a divulgação junto dos mesmos de sugestões de auditoria relativas a determinadas matérias financeiras e de gestão, procurando assim, através do esforço conjunto entre o Comissariado e os serviços públicos, reforçar e consolidar a cultura de auditoria harmoniosa criada nos últimos anos.

Para fazer face aos trabalhos de auditoria do Governo, cada vez mais complexos e

Comissariado de Auditoria

diversificados, e para melhorar ainda mais a actividade de auditoria, elevando a qualidade e a quantidade dos trabalhos, deu-se início em 2006 à reestruturação do funcionamento orgânico do Comissariado da Auditoria. O projecto de reestruturação encontra-se já concluído e está presentemente a ser apreciado pelas instâncias competentes, de acordo com a tramitação fixada.

A auditoria apoiada em tecnologias de informática é um objectivo de médio curto prazo do Comissariado da Auditoria. Em 2006, continuou-se a recolher informações e experiências práticas mais recentes do exterior, as quais eram analisadas, conjugadamente com o sistema informático utilizado actualmente nos serviços públicos locais, tendo em vista a criação duma base sólida para a implementação, o mais cedo possível, da auditoria apoiada em tecnologias de informática.

A fim de consolidar e desenvolver a cooperação amigável criada ao longo dos anos com instituições congéneres do Continente e estrangeiras, em 2006, o Comissariado da Auditoria, para além de continuar a manter relações estreitas com o Comissariado Nacional da Auditoria, participou activamente em conferências e actividades de intercâmbio realizadas por organizações internacionais de auditoria, permitindo alargar as vias de contacto internacional e obter informações de auditoria actualizadas.

Em 2006, deu-se continuidade à realização de cursos e seminários específicos dirigidos ao pessoal de auditoria. Para reforçar a equipa do Comissariado, foram admitidos, em 2006, elementos de pessoal técnico e foi-lhes ministrado um programa de formação “feito à medida” e com o acompanhamento no regime de “big brother”, com vista a que pudessem dominar as competências exigidas e iniciar-se na actividade de auditoria o mais depressa possível.

No ano de 2007, o Comissariado terá de adoptar um pensamento inovador e antecipativo, reflectir constantemente sobre as próprias insuficiências e, dentro do quadro legal, alargar e aprofundar as tarefas de auditoria, de modo a melhor fiscalizar e promover uma eficiente, estável e boa gestão financeira que o governo da RAEM tem vindo persistentemente a perseguir.

No novo ano, com a reestruturação concluída e com mais recursos, o Comissariado da Auditoria poderá desenvolver melhor a auditoria financeira às contas do Governo, bem como realizar auditorias específicas e de resultados, em melhores condições.

No âmbito da auditoria financeira, com a auditoria orientada por risco já integrada nos seus objectivos a atingir a médio e longo prazo, o Comissariado da Auditoria irá, no próximo ano, com melhores condições de redistribuição de recursos humanos, prosseguir a análise de auditoria aos subsistemas existentes nas operações financeiras públicas, esperando poder criar, num futuro próximo, um modelo de análise de sistema capaz de identificar os domínios ou as actividades de alto risco.

A auditoria aos 4.^{os} Jogos da Ásia Oriental constituiu para o Comissariado um manancial

de ideias e experiências novas no que concerne às auditorias específicas e de resultados. A partir do próximo ano, o Comissariado espera poder efectuar a auditoria de resultados individualmente a mais serviços públicos, com o objectivo último de proporcionar benefícios com maior valor acrescentado para a gestão e funcionamento dos respectivos serviços públicos auditados. No âmbito da auditoria específica, serão feitos arranjos e realizados estudos aprofundados sobre a viabilidade de auditar sociedades com participações do Governo.

O novo regime de administração financeira pública é aplicado em todos os serviços públicos a partir de 2007 e, conseqüentemente, deverá também ser alterado o “Despacho da Comissária da Auditoria n.º 2/2001”, que tem vindo a regular a elaboração das contas entregues pelos serviços públicos ao Comissariado da Auditoria. A alteração passará, primeiro, pelo exame geral do despacho e, seguidamente e no quadro de funcionamento do novo regime de gestão financeira, pela revisão integral do despacho, introduzindo-se as alterações necessárias, por forma a permitir que os serviços dotados de autonomia possam elaborar e entregar sem problemas as suas contas de gerência relativas a 2007.

Como primeiro passo em direcção à auditoria apoiada em tecnologias de informática, o Comissariado normalizará as especificações dos mapas electrónicos entregues pelos serviços públicos, com maior detalhe e rigor, o que, com o apoio das tecnologias informáticas, facilitará os serviços públicos na elaboração e entrega uniformizada das suas contas de gerência, bem como aumentará a eficácia e a eficiência no exame das contas pelo Comissariado. Simultaneamente, o Comissariado continuará, a par e passo e de acordo com os recursos disponíveis, a realizar outros estudos e trabalhos preparatórios no âmbito da auditoria apoiada em tecnologias de informática.

A cultura de auditoria harmoniosa tem por base o conhecimento, o respeito e a aceitação por parte dos serviços públicos e da sociedade em geral. Em 2007, e com o novo funcionamento orgânico em vigor, o Comissariado da Auditoria afectará mais recursos, e através de formas e vias diversificadas, para a realização de acções de informação e de promoção.

A formação de pessoal é uma actividade basilar do Comissariado da Auditoria. No próximo ano, o Comissariado irá investir mais recursos na organização de cursos de formação específicos e orientados ao pessoal de auditoria e envidará todos os esforços para participar activamente em conferências e actividades de intercâmbios internacionais, por forma a permitir ao pessoal de auditoria enriquecer os seus conhecimentos técnicos e alargar a visão internacional e ser capaz de enfrentar novos desafios.

**Projecto de Orçamento
das Receitas e Despesas da
Região Administrativa Especial
de Macau para o ano de 2007
— Síntese —**

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2007

- SÍNTESE -

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2007 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2007 Proposta
RECEITAS CORRENTES	28,232,278,900.00	01-01 Governo da RAEM	11,520,000.00
01 - IMPOSTOS DIRECTOS	21,821,397,000.00	01-02 Gabinete do Chefe do Executivo	105,407,900.00
02 - IMPOSTOS INDIRECTOS	1,323,906,300.00	01-03 Sec. Conselho Executivo	8,328,000.00
03 - TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	774,987,100.00	01-06 Gab. Sec. para a Administração e Justiça	20,628,400.00
04 - RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	952,075,800.00	01-07 Gab. Sec. para a Economia e Finanças	58,102,500.00
05 - TRANSFERÊNCIAS	1,554,055,100.00	01-08 Gab. Sec. para a Segurança	17,778,500.00
06 - VENDA DE BENS DURADOUROS	3,220,000.00	01-09 Gab. Sec. para os Assuntos Sociais e Cultura	102,357,600.00
07 - VENDA DE SERVIÇOS E BENS NÃO DURADOUROS	842,335,500.00	01-10 Gab. Sec. para os Transportes e Obras Públicas	31,845,600.00
08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	960,302,100.00	01-11 Gab. Coordenadores de Empreendimentos	64,522,400.00
RECEITAS DE CAPITAL	2,660,047,700.00	01-12 Del. Económica e Com. de Macau - China, em Portugal	13,500,000.00
09 - VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	46,742,900.00	01-13 Del. Económica e Com. de Macau (Junto da União Europeia)	5,375,000.00
10 - TRANSFERÊNCIAS	0.00	01-15 Delegação da RAEM em Pequim	20,135,000.00
11 - ACTIVOS FINANCEIROS	78,112,000.00	01-17 Del. Económica e Comercial de Macau, junto da OMC	9,405,600.00
13 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,477,820,000.00	01-18 Gabinete para a Reforma Jurídica	20,288,000.00
14 - REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	57,372,800.00	03-00 Dir. Serv. Administração e Função Pública	161,650,200.00
		05-00 Dir. Serv. Educação e Juventude	1,863,371,000.00
		07-00 Dir. Serv. Estatística e Censos	90,598,500.00
		08-00 Dir. Serv. Regulação de Telecomunicações	30,903,900.00
		09-00 Dir. Serv. Finanças	226,651,100.00
		11-00 Pensões e Reformas	5,017,500.00
		12-00 Despesas Comuns	2,595,328,300.00
		13-00 Gab. Apoio ao Ensino Superior	42,674,500.00
		18-00 Dir. Serv. Identificação	137,446,000.00
		19-00 Dir. Serv. Economia	110,073,000.00
		20-00 Estabelecimento Prisional de Macau	187,689,500.00
		21-00 Serv. Alfândega da RAEM	288,047,000.00
		22-00 Dir. Serv. Meteorológicos e Geofísicos	42,168,800.00
		23-00 Dir. Serv. Turismo	107,955,000.00
		24-00 Gabinete de Comunicação Social	69,920,800.00
		25-00 Serviços de Polícia Unitários	19,535,000.00
		26-00 Dir. Inspeção e Coordenação de Jogos	113,381,800.00
		27-00 Capitania dos Portos	132,238,000.00
		28-00 Dir. Serv. Forças de Segurança de Macau	1,445,430,400.00
		29-00 Dir. Serv. para os Assuntos Laborais	181,138,500.00
		30-00 Conselho dos Magistrados Judiciais	620,000.00
		31-00 Dir. Serv. Cartografia e Cadastro	43,580,400.00
		32-00 Polícia Judiciária	223,000,000.00
		34-00 Dir. dos Serviços de Assuntos de Justiça	172,901,500.00
		35-00 Dir. Serv. Solos, Obras Públicas e Transportes	152,000,000.00
		37-00 Instituto do Desporto	89,639,100.00
		38-00 Instituto Cultural	128,180,700.00
		40-00 Investimentos do Plano	7,300,000,000.00
		50-03 Fundo de Acção Social Escolar	190,048,000.00
		50-04 Fundo para Bonificações do Crédito à Habitação	13,385,000.00
		50-05 Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização	481,781,000.00
A transportar	30,892,326,600.00	A transportar	17,135,549,000.00

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2007

- SÍNTESE -

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2007 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2007 Proposta
Transporte.....	30,892,326,600.00	Transporte.....	17,135,549,000.00
		50-06 Fundo de Turismo	380,366,500.00
		50-07 Instituto de Acção Social	857,145,900.00
		50-10 Obra Social da Polícia Judiciária	2,215,600.00
		50-11 Obra Social da Polícia de Segurança Pública	37,759,000.00
		50-15 Direcção dos Serviços de Correios	299,538,000.00
		50-16 Cofre dos Assuntos de Justiça	125,985,000.00
		50-17 Imprensa Oficial	86,000,000.00
		50-18 Fundo de Pensões	1,220,301,400.00
		50-20 Fundo de Segurança Social	1,677,225,700.00
		50-21 Fundo do Estabelecimento Prisional de Macau	2,276,500.00
		50-22 Autoridade Monetária de Macau	169,403,400.00
		50-23 Instituto de Habitação	96,000,000.00
		50-25 Autoridade de Aviação Civil	34,561,000.00
		50-26 Instituto de Promoção do Comércio e do Invest. de Macau	134,268,600.00
		50-27 Comissariado Contra a Corrupção	95,676,000.00
		50-28 Serviços de Saúde	1,950,840,000.00
		50-29 Universidade de Macau	576,297,200.00
		50-31 Instituto Politécnico de Macau	402,063,400.00
		50-32 Fundo de Desenvolvimento Desportivo	341,404,500.00
		50-33 Fundo de Cultura	171,130,000.00
		50-34 Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	1,370,900.00
		50-35 Conselho de Consumidores	15,150,000.00
		50-36 Instituto de Formação Turística	86,000,000.00
		50-37 Fundo Social da Administração Pública de Macau	18,885,000.00
		50-38 Conselho do Ambiente	25,310,000.00
		50-39 Obra Social do Corpo de Bombeiros	3,911,100.00
		50-41 Serviço do Comissariado da Auditoria	54,920,000.00
		50-42 Gabinete do Procurador	191,366,000.00
		50-43 Gabinete do Presidente do Tribunal da Última Instância	199,860,000.00
		50-44 Assembleia Legislativa	52,000,000.00
		50-45 Fundação Macau	745,519,200.00
		50-46 Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	1,158,800,000.00
		50-47 Obra Social dos Serviços de Alfândega	2,055,500.00
		50-48 Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia	68,223,000.00
		50-49 Obra Social da Capitania dos Portos	1,872,000.00
		Provisão para Acumulação de Saldo de Execução Orçamental	2,471,077,200.00
TOTAL	30,892,326,600.00	TOTAL	30,892,326,600.00